

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

LIGIA CARLA GABRIELLI BERTO

**A POLÍTICA ECONÔMICA DOS EX-PRESIDENTES FHC E LULA NAS
CHARGES DO JORNAL O GLOBO (1995-2010)**

CURITIBA

2018

LIGIA CARLA GABRIELLI BERTO

**A POLÍTICA ECONÔMICA DOS EX-PRESIDENTES FHC E LULA NAS
CHARGES DO JORNAL O GLOBO (1995-2010)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Área de concentração: Mediações e Cultura.

Orientadora: Prof.a Dra. Marilda Lopes Pinheiro Queluz.

CURITIBA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B545p Berto, Ligia Carla Gabrielli
A política econômica dos ex-presidentes FHC e Lula nas charges do jornal O Globo (1995-2010) [recurso eletrônico] / Ligia Carla Gabrielli Berto. – 2018.
1 arquivo texto (190 f.) : PDF ; 4,28 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Área de Concentração: Mediações e Culturas, Curitiba. 2018.

Bibliografia: f. 187-190.

1. Tecnologia - Dissertações. 2. Cardoso, Fernando Henrique, 1931-. 3. Silva, Luis Inácio Lula da, 1945-. 4. O Globo (Jornal). 5. Caricaturas e desenhos humorísticos. 6. Análise do discurso. 7. Dialogismo (Análise literária). 8. Intertextualidade. 9. Brasil - Política e governo - 1995-2002. 10. Brasil - Política e governo - 2003-2010. I. Queluz, Marilda Lopes Pinheiro, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 600

Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR
Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794

TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 520

A Dissertação de Mestrado intitulada **A POLÍTICA ECONÔMICA DOS EX-PRESIDENTES FHC E LULA NAS CHARGES DO JORNAL O GLOBO (1995-2010)** defendida em sessão pública pelo(a) candidato(a) **Ligia Carla Gabrielli Berto** no dia **31 de agosto de 2018**, foi julgada aprovada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade, Linha de Pesquisa – Mediações e Culturas, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Prof. Dr. Gilson Leandro Queluz - (UTFPR)
Prof. Dr. Luciano Henrique Ferreira da Silva - (UTFPR)
Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani - (UEL)
Prof^a. Dr^a. Marilda Lopes Pinheiro Queluz- *Orientadora*

Curitiba, **31 de agosto de 2018**.

A via original deste documento encontra-se arquivada na Secretaria do Programa, contendo a assinatura da Coordenação após a entrega da versão corrigida do trabalho.



Agradecimentos

Agradecimentos valorosos à Marilda Lopes Pinheiro Queluz, minha orientadora, com toda sua paciência e dedicação imensuráveis que contribuíram para ampliar meus conhecimentos e capacidades. Aos integrantes da banca: Rozinaldo Antonio Miani, Luciano Henrique Ferreira da Silva e Gilson Queluz, pelo tempo disponibilizado para leitura e pelas contribuições bibliográficas que somaram a esta dissertação uma dimensão ainda maior de sua relevância social e comunicativa.

Agradecimentos a meus amigos, apoiadores e incentivadores, e em especial à minha família, meu esposo Róbson Luciano Berto e minha filha Giulia Gabrielli Berto que, sobretudo tiveram paciência e entenderam que a ausência momentânea ao longo dos dois anos de mestrado eram momentos de profunda e necessária reflexão, a eles meu amor e gratidão pelo apoio e incentivo de sempre seguir em busca do objetivo.

Essa dissertação também é mérito de vocês.

RESUMO

BERTO, Ligia Carla Gabrielli. A política econômica dos ex-presidentes FHC e Lula nas charges do jornal O Globo (1995-2010) [recurso eletrônico] / Ligia Carla Gabrielli Berto.-- 2018. 1 arquivo texto (190 f.) : PDF ; 4,28 MB.

Esta dissertação faz uma análise de mensagens metafóricas publicadas através das charges dos ex-presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, divulgadas no jornal O Globo, entre 1995 e 2010. As charges são enunciados, de uma situação comunicativa que depende do momento histórico em que foi produzida, mas que se transformam a cada leitura. Como tal, estão sujeitas às mais diversas influências, desde a projeção do autor que perpassa por suas ideologias pessoais e profissionais, e a submissão editorial do veículo de comunicação. Os conceitos de Bakhtin a respeito de heteroglossia, dialogismo e intertextualidade nos ajudam a interpretar as camadas de significação que se constituem nas charges. A metodologia consiste em levantar os exemplos para análise e comparação dos exemplos classificados pela política econômica dos dois governos. A análise verifica quais são as estratégias de construção da crítica através da ironia, da paródia ou das metáforas. A pluralidade de temas permite ainda uma narrativa histórica dos fatos e a recorrência em que as metáforas exploram temas como artes, cinema, natureza, animais, esportes e referências específicas como a reprodução de fotos. É perceptível que as narrativas em tom de deboche nem sempre remetem a um teor risível.

Palavras chave: Charge. Caricatura. Enunciado. FHC. Lula.

Abstract

BERTO, Ligia Carla Gabrielli. The economic policy of former presidents FHC and Lula in the cartoons of the newspaper O Globo (1995-2010) [electronic resource] / Ligia Carla Gabrielli Berto .-- 2018. 1 text file (190 f.): PDF; 4.28 MB.

This dissertation analyzes metaphorical messages published through the cartoons of the former presidents of Brazil, Fernando Henrique Cardoso and Luiz Inácio Lula da Silva, published in the newspaper O Globo, between 1995 and 2010. The cartoons are enunciated, of a communicative situation that depends on the historical moment in which it was produced, but which are transformed with each reading. As such, they are subject to the most diverse influences, from the author's projection through his personal and professional ideologies, and the editorial submission of the vehicle of communication. Bakhtin's concepts of heteroglossy, dialogism, and intertextuality help us to interpret the layers of meaning that make up cartoons. The methodology consists of taking the examples for analysis and comparison of the examples classified by the economic policy of the two governments. The analysis verifies the strategies of constructing criticism through irony, parody, or metaphor. The plurality of themes also allows a historical narrative of the facts and the recurrence in which metaphors explore themes such as arts, cinema, nature, animals, sports and specific references such as photo reproduction. It is noticeable that the debauched narratives do not always refer to a laughable content.

Keywords: Charge. Caricature. Statement. FHC. Squid.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CHICO CARUSO EM O GLOBO: 01.01.1995	24
FIGURA 2: CHICO CARUSO, O GLOBO EM: 02.01.2003	26
FIGURA 3: AROEIRA. O GLOBO EM: 16.11.1995	27
FIGURA 4: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 22.12.2003	30
FIGURA 5: CHICO CARUSO. O GLOBO EM 21.05.2000	37
FIGURA 6: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 21.02.2006	40
FIGURA 7: CAPA DE O GLOBO EM 20.02.2006.....	44
FIGURA 8: DETALHE CAPA O GLOBO EM: 20.02.2006.....	45
FIGURA 9: CAPA DE O GLOBO EM: 21.02.2006.....	46
FIGURA 10: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 09.07.2009	47
FIGURA 11: CHICO CAUSO. O GLOBO EM: 11.07.2009	47
FIGURA 12: CHICO CAUSO. O GLOBO EM: 12.07.2009	48
FIGURA 13: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 07.09.1995	50
FIGURA 14: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 11.10.05	52
FIGURA 15: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 12.06.2005	55
FIGURA 16: CAPA DE O GLOBO EM: 12.06.2005.....	56
FIGURA 17: CAPA O GLOBO EM: 13.06.13.....	63
FIGURA 18: CAPA DE O GLOBO EM: 17.06.2013.....	64
FIGURA 19: CAPA O GLOBO EM: 17.06.2013 (RECORTE E GRIFOS DA PEQUISA).	64
FIGURA 20: FONTE: FEDERAÇÃO ÚNICADOS PETROLEIROS	65
FIGURA 21: “O POVO NÃO É BOBO, ABAIXO A REDE GLOBO” . CARTA CAPITAL.....	66
FIGURA 22: O GLOBO. PÁGINA CENTRAIS 14 E 15. LANÇAMENTO CADERNO DIGITAL “MEMÓRIA”	68
FIGURA 23: CAPA O GLOBO EM: 09.03.2011.....	69
FIGURA 24: REPORTAGEM FORÇAS ARMADAS RESISTEM À COMISSÃO DA VERDADE. O GLOBO EM: 09.03.2011	70
FIGURA 25: REPORTAGEM O GLOBO “APESAR DA RESISTÊNCIA DE MILITARES, COMISSÃO DA VERDADE SERÁ MANTIDA” EM: 10.03.2011	71
FIGURA 26: PÁGINA 20. OPINIÃO. PAPEL DE DILMA GANHA ESPAÇO NA CORRUPÇÃO	

EM: 23.09.2017.....	73
FIGURA 27: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 20.01.2016	78
FIGURA 28: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 13.12.2002	88
FIGURA 29: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 02.07.1995	92
FIGURA 30: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 17.02.1998	93
FIGURA 31: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 27.07.2001	94
FIGURA 32: ERTHAL. OGLOBO EM: 20.05.1996.....	95
FIGURA 33: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 23.08.1995	97
FIGURA 34: CHICO CARUSO. O GLOBO EM: 24.08.1995	98
FIGURA 35: AROEIRA. OGLOBO EM: 17.08.1995	99
FIGURA 36: REPRODUÇÃO O GLOBO. OPINIÃO, PÁGINA 06. 17.08.1995	101
FIGURA 37: REPRODUÇÃO O GLOBO. OPINIÃO, PÁGINA 6 EM: 17.08.1995.....	102
FIGURA 38: AROEIRA. O GLOBO EM: 19.08.1995	103
FIGURA 39: AROEIRA. OGLOBO EM: 23.08.1995	105
FIGURA 40: AROEIRA. OGLOBO E: 12.05.1996.....	106
FIGURA 41: AROEIRA. OGLOBO EM: 18.03.1996	107
FIGURA 42: AROEIRA. OGLOBO EM: 09.03.1996	109
FIGURA 43: ERTHAL. O GLOBO EM: 19.09.1995	110
FIGURA 44: REPRODUÇÃO CARTA DO LEITOR. O GLOBO EM: 19.09.1995	112
FIGURA 45: AROEIRA. OGLOBO EM: 20.09.1995	113
FIGURA 46: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 07.03.1995	115
FIGURA 47: REPRODUÇÃO DA CAPA DE O GLOBOEM: 07.03.1995	116
FIGURA 48: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 01.02.1996	117
FIGURA 49: REPRODUÇÃO O GLOBO. CAPA. 01.02.1996	118
FIGURA 50: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 11.11.1997	119
FIGURA 51: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 02.10.1998	120
FIGURA 52: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 04.01.1999	121
FIGURA 53: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 05.03.1999	122
FIGURA 54: AROEIRA. OGLOBO EM: 07.06.1995	124
FIGURA 55: AROEIRA. OGLOBO EM: 10.06.1995	125
FIGURA 56: ERTHAL. OGLOBO EM: 09.06.1995.....	126
FIGURA 57: ERTHAL. OGLOBO EM: 01.04.1996.....	127
FIGURA 58: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 05.06.1996	128

FIGURA 59: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 07.06.1996	130
FIGURA 60: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 06.06.1996	131
FIGURA 61: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 26.09.2002	133
FIGURA 62: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 16.10.2002	134
FIGURA 63: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 25.09.2002	138
FIGURA 64: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 16.01.2003	139
FIGURA 65: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 20.10.2002	140
FIGURA 66: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 17.02.2003	143
FIGURA 67: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 21.02.2003	146
FIGURA 68: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 16.06.2003	147
FIGURA 69: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 17.06.2003	148
FIGURA 70: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 19.06.2003	148
FIGURA 71: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 25.08.2003	150
FIGURA 72: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 04.02.2003	151
FIGURA 73: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 20.01.2003	153
FIGURA 74: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 12.05.2003	154
FIGURA 75: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 16.05.2003	155
FIGURA 76: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 17.07.2003	156
FIGURA 77: CHICO CARUSO. OGLOBO: 31.07.2003	157
FIGURA 78: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 04.09.2003	158
FIGURA 79: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 10.02.2004	160
FIGURA 80: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 03.12.2005	162
FIGURA 81: CHICO CARUSO. OGLOBO. EM:12.01.2006	164
FIGURA 82: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 24.02.2008	165
FIGURA 83: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 26.04.2008	166
FIGURA 84: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 28.04.2008	167
FIGURA 85: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 02.05.2008	168
FIGURA 86: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 07.04.2009	169
FIGURA 87: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 10.04.2009	170
FIGURA 88: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 20.08.2007	172
FIGURA 89: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 20.04.2008	173
FIGURA 90: REPRODUÇÃO, CAPA DE OGLOBO EM: 18.04.2008	174
FIGURA 91: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 21.04.2008	175

FIGURA 92: REPRODUÇÃO O GLOBO, 01.07.2008.....	176
FIGURA 93: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 01.07.2008	177
FIGURA 94: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 07.07.2008	178
FIGURA 95: CAPA O GLOBO EM: 01.07.2008	179
FIGURA 96: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 01.09.2008	180
FIGURA 97: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 26.03.2009	181
FIGURA 98: CHICO CARUSO. OGLOBO EM: 04.11.2010	183

Sumário

1. INTRODUÇÃO	14
2. TEORIAS PARA PENSAR AS CHARGES/CARICATURAS	19
2.1 CARICARE	20
2.2 CHARGE ENQUANTO IMAGEM	29
2.3 A CHARGE: UM ENUNCIADO DIALÓGICO	34
2.4 HETEROGLOSSIA E VOZES SOCIAIS	39
2.4.1 Dialogismo e intertextualidade.....	51
2.5 CARNAVALIZAÇÃO	53
3. TOMANDO PARTIDO	58
3.1 A INFLUÊNCIA EDITORIAL NO HUMOR.....	59
3.1.1 Manifestações de Junho de 2013.....	61
3.1.2 “A verdade é dura, Rede Globo apoia a ditadura”	64
3.1.3 “Apesar da resistência de militares, Comissão da Verdade será mantida”	68
3.1.4 Das manifestações de 2013 ao <i>Golpe Branco</i> em 2016	71
3.2 CHICO CARUSO “CONSERVADOR OU REACIONÁRIO”	74
4. DIFERENÇAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS ENTRE FHC E LULA	82
4.1 FHC GOVERNA SOB O NEOLIBERALISMO ARTICULADO PELOS NORTE AMERICANOS	83
4.2 LULA ADMINISTRA SOB UM NOVO PARADIGMA PARA O BRASIL: O NEODESENVOLVIMENTISMO	85
5. OS PARÂMETROS DO PROJETO ECONÔMICO DE FHC	90
5.1 PLANO REAL.....	91
5.2 DESREGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA E FINANCEIRA	95
5.3 ESTÍMULO AO COMÉRCIO EXTERIOR	110

5.4	ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS, VIA POLÍTICA CAMBIAL FIXA	114
5.5	PRIVATIZAÇÕES	123
5.6	FIM DO OPORTUNISMO NEOLIBERAL	132
6.	PROJETO ECONÔMICO DO GOVERNO LULA	136
6.1	CARTA AO POVO BRASILEIRO: RENÚNCIAS E POSSIBILIDADES	137
6.2	A POLÍTICA ECONÔMICA INICIAL	141
6.2.1	Os juros e a dívida pública “Real”	144
6.3	REFORMAS INSTITUCIONAIS: PREVIDÊNCIA, TRIBUTÁRIA E MONETÁRIA	151
6.4	POLÍTICA ECONÔMICA “FLEXÍVEL” PARA O SEGUNDO MANDATO	160
6.5	O BRASIL DAS “COMMODITIES”	163
6.6	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E A CRISE MUNDIAL	171
6.7	PRÉ-SAL	179
6.8	MINHA CASA, MINHA VIDA DESPREZADO NAS CHARGES ...	181
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

1. INTRODUÇÃO

Os leitores habituais de jornais impressos costumam procurar no seu conteúdo todo tipo de informação: reportagens, análises, artigos ou críticas que podem ser textuais ou mesmo visuais. Para muitos, é lendo a “entrelinha” da notícia que se tem base para a formulação de uma opinião. É fato que os leitores são diferentes entre si, e nem sempre seguem em busca de uma interpretação, muitos querem apenas informações superficiais do dia. Hoje, o hábito de ler um jornal impresso está diminuindo rapidamente (LAGE, 2003), principalmente devido ao momento de convergência digital entre a mídia tradicional e as novas tecnologias e fórmulas propiciadas pela internet. Uma das facilidades nestes novos modelos de consumo de notícias é que na rede digital o contexto é atualizado a todo instante, diferentemente do jornal impresso, analisado aqui, através de um acervo digital, o que também demonstra a preocupação do veículo em manter-se “vivo” diante das inovações.

E como o contexto político brasileiro sempre foi um dos principais assuntos dos chargistas da imprensa brasileira desde o século XIX, a presença de caricaturas e charges nos periódicos impressos sempre teve evidência nas publicações diárias com destaque em páginas centrais e mesmo na capa do jornal (LIMA, 1963). Com a recorrência e a facilidade de entendimento as charges se tornaram referência de muitos leitores habituais que passaram a ver, por este prisma, um interesse maior no noticiário político, já que ao interpretar uma cena eles também participavam do deboche e poderiam rir da situação. Assim as contundentes críticas feitas às autoridades e aos personagens eminentes da história contribuíram para transformar os desenhos satíricos em poderosas armas de combate. As charges foram, e ainda são utilizadas como recursos simbólicos de críticas e instrumentos para a formação da opinião pública. Com as novidades digitais e a crescente perda de leitores para os meios virtuais, muitos jornais estão deixando de existir. Alguns conseguiram migrar e efetivar o que se designa como convergência digital, mantendo grandes portais de notícia via internet, mas neste modelo que se

coloca como acessível a todos, o modo de ver a questionadora charge também vai sendo alterado.

Diante disso, o que nos interessa nesta pesquisa é perceber como a notícia foi tratada através das charges, consideradas como recursos de uma linguagem aparentemente mais acessível do jornalismo impresso. O que se propõe é uma interpretação do registro político feito através do humor gráfico que utiliza estratégias discursivas, narrativas sequenciadas, metáforas visuais, paródias e muitas críticas para desvendar acontecimentos da política brasileira. O objetivo desta dissertação é analisar as charges referentes a dois políticos que passaram pela presidência do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, publicadas no jornal O Globo, entre 1995 e 2010, dentro de um recorte editorial sobre os assuntos da economia, com exemplos coletados no acervo digital do mesmo jornal. Pretendia-se colocar exemplos aleatórios dos registros, mas, ao longo da pesquisa, mostrou-se necessário e mais eficiente usar uma ordem cronológica dos acontecimentos para também assim comparar o tratamento dado a esses dois governantes.

A charge assim como uma foto, tenta captar um dado momento, construído através de um enquadramento, um ângulo ou um registro que aumenta a ilusão de uma circunstância real (MAUAD, 2005). Entretanto, a charge e a caricatura têm características mais explícitas de composição, já que são criadas a partir de certos exageros, estilos pessoais de traço, carregando o toque de humor e de ironia em relação ao personagem representado. A caricatura também reforça características nem sempre aparentes, porém, perceptíveis por serem atravessadas por fatores culturais e mesmo ideológicos do autor, do jornal em que foi publicada, passando pelas influências do contexto e do repertório dos quais o leitor parte para a construção de uma interpretação (FARACO, 2003).

O que nos instiga a pesquisar esses dois personagens, dois ex-presidentes da história recente do país é o pressuposto de que ambos foram tratados de modos diferentes pela imprensa, sobretudo pelos traços dos chargistas, cuja crítica é voltada para a aparência e as diferentes origens sociais. Além do tratamento aos personagens, outro aspecto é analisar como esses recursos, do humor gráfico, contribuíram ao longo dos anos, para

descrever uma interpretação oferecida aos leitores como única, evidenciada numa análise atenta para as influências editoriais do conteúdo noticioso que compunha a charge. O Globo é um importante jornal da imprensa brasileira, com forte tendência conservadora. Sua linha editorial acaba por demarcar o território em que são publicadas as charges como notas da história e desta maneira, ter influência sobre ela, até porque este veículo é um dos mais ricos do país, pertencente à poderosa: Organizações Globo.

Existem diferentes modos de entendimento do desenho de humor. O humor gráfico é um conceito amplo que se define como a linguagem que contribui para que se faça uma leitura crítica dos acontecimentos, principalmente, da política brasileira, envolvendo caricaturas, charges, cartuns, quadrinhos. Para Joaquim Fonseca (1999) a caricatura é o principal mecanismo do humor gráfico e que abrangeria os demais. Desde as primeiras charges/caricaturas divulgadas nos periódicos brasileiros, especialmente a partir de 1840, os traços fazem rir ou lamentar enredos e, segundo Renato Lemos (2001), contribuem para contar a história da política do Brasil. O interesse pelo assunto instigou outros autores como Rodrigo Patto Sá Motta (2006), Renato Lemos (2001), Joaquim da Fonseca (1999) e o precursor dos estudos sobre a história da caricatura no Brasil, Herman Lima (1963). Existem frentes de investigação mais recentes que decidiram enquadrar a caricatura como uma expressão visual de desenho humorístico limitado a definições de exageros visuais do rosto de personalidades ou não, focadas nos traços e não nas cenas. Eventos que se debruçam ao estudo de imagens através do humor, como o Salão Universitário de Humor UNIMEP e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, distinguem os desenhos humorísticos entre: charges, caricaturas, cartum e histórias em quadrinhos e tiras.

Na charge, a representação gráfica de uma pessoa ou de um fato é exagerada para chamar atenção para um contexto, um costume ou para algo que se pretende criticar. A semelhança se constitui por equivalência à referência que se tem do indivíduo ou ao conjunto dessas expressões, o que a faz uma manifestação crítica e humorística (FONSECA, 1999). Mas, para entender o contexto no qual a crítica está inserida é necessário ter

conhecimento sobre o fato, o personagem ou a referência ilustrada. Para que o efeito humorístico aconteça é importante que o repertório e o conteúdo ironizado sejam compartilhados pelos leitores. Nesse sentido, o leitor é cúmplice e coautor do efeito de humor.

Para a busca de uma possibilidade de interpretação dessas ilustrações, pretende-se considerar a proposta de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003) entendendo a charge como um enunciado, “a real unidade da comunicação discursiva”, que é a materialidade de uma situação comunicativa que depende do momento histórico em que foi produzida e se transforma a cada leitura. O conceito de heteroglossia considera, entre outros fundamentos, que o enunciado é uma resposta no universo discursivo que, carrega diferentes vozes sociais, com diferentes valores e relações de poder. O indivíduo se constrói dialogicamente e sofre inúmeras influências devido às tensões sociais às quais está sujeito no universo da cultura (FARACO, 2003) o que nos permite a análise das diversas camadas que imprimem significados individuais ou coletivos e que nos levam a uma compreensão do que se vê ou lê. Para Bakhtin, o indivíduo leva em conta uma carga de valores, adquirida ao longo de sua existência e que está presente nos signos. Fiorin (2006) ressalta a importância das interferências externas de formação individual entre elas a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política ou outras manifestações a partir do núcleo de convivência, mostrando como o discurso do outro que está presente no nosso.

Já o conceito de carnavalização permite pensar as inversões de valores, os deslocamentos de significados, o questionamento das distinções sociais e das hierarquias, tendo o riso e a ironia como principais elementos de dessacralização do poder.

Foi feita uma composição cronológica da divulgação das charges no jornal e um apanhado dos principais momentos econômicos dos dois governos através do tema economia. Desta forma, foi possível limitar o número de charges em análise. Para delinear os projetos econômicos de maior impacto dos governos de FHC e de Lula, foram utilizados como referência os seguintes autores: Lauro Mattei e Luis Felipe Magalhães, em “A política econômica durante o governo Lula: cenários, resultados e perspectivas” (2010), Luiz

Carlos Bresser-Pereira, com “O paradoxo da esquerda no Brasil” (2006), além das considerações de Giovanni Alves em “Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil” (2014), Fábio Giambiagi em “Economia Brasileira Contemporânea 1945-2010” (2011) e Marcos Nobre com a análise feita em “Choque de Democracia, razões da revolta” (2013).

Na pesquisa foram observados os principais elementos que se repetem ao longo dos anos como forma de evidenciar conceitos metafóricos usualmente interpretados no contexto político e popularmente conhecidos. O que se supõe é que esses elementos contribuem para ampliar a compreensão do leitor, pois, como revela Fiorin (2006), não se pode alcançar a realidade pura, mas apenas mediada e corrompida com as influências diversas. E tendo em vista que somos consumidores de imagens, e como a cada século, as novidades tecnológicas para divulgação das mesmas só aumentam, vale refletir sobre as propostas de análise da imagem de Martine Joly (2007) que afirma que é necessário provocar/discutir modos, e percursos de decifração do conteúdo.

A dissertação é constituída por sete capítulos divididos entre a introdução que apresenta o tema de pesquisa e os apontamentos esperados neste trabalho. O capítulo 2 concentra as fundamentações teóricas da pesquisa, tais como: definições sobre humor gráfico e as variantes próximas da charge, além das teorias que contribuem para a leitura das mesmas, e os dados econômicos que diferem os dois personagens analisados. O capítulo 3 indica as questões ideológicas envolvidas nesta análise, passando pelos conceitos básicos de direita e esquerda no Brasil que contribuem para o entendimento das posições editoriais dos chargistas e do jornal que os publica. O capítulo 4 elenca as diferenças político ideológicas entre os dois personagens centrais desta pesquisa. No capítulo 5 são analisados os exemplos usados para representar os projetos econômicos do governo de FHC e, no capítulo 6, estão as charges de projetos econômicos de Lula. O capítulo 7 aponta algumas considerações e desdobramentos possíveis, construídos a partir do desenvolvimento da pesquisa.

2. TEORIAS PARA PENSAR AS CHARGES

Oito anos separam dois momentos marcantes da história política recente do Brasil: os primeiros mandatos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, e de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), em 2003. Os desdobramentos desses dois governos até hoje são visíveis no país e a narrativa histórica dos mandatos deles também pode ser lida através de charges que caricaturizaram ambos. Nesta análise, pretende-se encontrar como se deu o registro da história política, através do humor.

Muitos pesquisadores fizeram análises atentas do enredo político nacional através de charges e caricaturas como Rodrigo Patto Sá Motta (2006), Renato Lemos (2001), Joaquim da Fonseca (1999) e mesmo o precursor destes estudos no Brasil, Herman Lima (1963). Todos revelam que o principal assunto dos chargistas na imprensa brasileira sempre foi a política e os principais alvos eram personagens políticos, o que, ao longo do tempo, tornou-se um grande atrativo dos periódicos impressos. Hoje em dia os jornais precisam disputar espaço com os meios virtuais e criar novas estratégias para conquistar os leitores. Entretanto, o recorte de tempo aqui se atém a um período no qual o discurso político foi reforçado com as charges que mostravam a cena através de traços que se esforçavam para destacar a fisionomia dos personagens (MOTTA, 2006), e evidenciar a proposta da charge de provocar o riso, a reflexão ou mesmo acender o peso da crítica. As análises das charges apontam algumas leituras possíveis do enredo publicado, sempre reforçando, o quão influenciada, pode ter sido seja pelos interesses do jornal, a ideologia do autor ou mesmo nuances históricas da época da publicação.

A exposição das ações dos políticos através das charges não é garantia de que tenham impressionado o público que as leu, tampouco de que a mensagem tenha sido interpretada da maneira desejada (MOTTA, 2006). Porém, neste trabalho vamos nos debruçar para fazer apontamentos e confrontações a respeito do que a imagem nos diz, levando em consideração detalhes que a compõem e sugerem as intenções do autor, experimentando

algumas possibilidades de interpretação com base em conhecimentos sobre a linguagem necessários para uma análise mais apropriada (JOLY, 2007). Além disso, é preciso considerar o quanto as convicções pessoais e as informações prévias dos personagens ou enredo da notícia são influentes no processo de leitura. Por exemplo, qualquer charge crítica a Lula pode ser interpretada com desprezo pelos seguidores dele, assim como um ato cômico atribuído a FHC pode gerar estranheza em quem concorda com a atitude dele que está sendo ironizada.

Os conceitos bakhtinianos a respeito dos diversos textos, que margeiam as interpretações dos enunciados, vão permear esta análise. A intertextualidade e a carnavalização são conceitos que não podem ser desprezados, diante dos mecanismos a serem considerados para que o enunciado provoque a reflexão.

O estudo de Romualdo (2000) contribui para entender como o uso jornalístico da charge ganha força. O autor afirma que o leitor pode deixar de ler textos escritos optando apenas pela leitura da charge que, por ser um texto imagético e humorístico, atrai mais atenção e lhe transmite mais rapidamente um posicionamento crítico sobre personagens e fatos políticos (ROMUALDO, 2000).

2.1 CARICARE (HUMOR GRÁFICO)

É preciso refletir sobre a referência da designação de uma charge ou caricatura dentro do humor gráfico e, para isso, faremos um breve retorno à origem conceitual dos termos. A caricatura é o conceito mais antigo, originário do verbo italiano *caricare* que significa carregar, sobrecarregar com exagero a imagem de uma pessoa ou um personagem já conhecido, e o termo teria sido usado pela primeira vez em 1646, por A. Mosini em uma coleção dele intitulada “*ritratini carichi*” baseada em retratos dos irmãos Agostinho e Annibale Carracci (FONSECA, 1999). Segundo Fonseca, Motta (2006) e Lima (1963) os irmãos deram início, assim, às sátiras personalizadas. De acordo com Gombrich (2007), o surgimento da caricatura tal como a conhecemos hoje está ligado à descoberta teórica da diferença entre semelhança e equivalência. As

caricaturas do século XVII geraram uma discussão entre a forma de retrato fiel das pessoas em oposição à forma semelhante, debate para além da interpretação já que não eram unânimes entre os retratados, e isso contribuiu para reforçar o uso dessas expressões visuais, deixando-as mais irreverentes e permitindo desnudar simbolicamente a imagem real do caricaturado.

Motta (2006) esclarece que as expressões caricatura e charge são frequentemente utilizadas como sinônimos, mas não há definições padronizadas, já que existem classificações e usos de acordo com a concepção de cada pesquisador. A caricatura, aliás, foi sinônimo mais amplo de humor gráfico e muitos ainda fazem essa referência para designar as produções visuais humorísticas, de um modo geral.

Uma das primeiras obras dedicadas ao estudo do tema é atribuída ao Capitão Francis Grose, cujo livro foi publicado em Londres, 1788, e atribuída à arte os exemplos de pinturas satíricas que, ao assemelharem-se à poesia, conseguiam empregar com mais êxito uma vingança social ou mesmo um ultraje aos personagens (LIMA, 1963), saindo da literatura e ganhando espaço nos retratos carregados, originando as caricaturas.

Outros estudos também reforçam que quanto mais forte a posição social do retratado, maior o prazer experimentado pelo leitor, na leitura das linhas que o ironizam (RIANI, 2002). Talvez, por esse motivo, as caricaturas sempre despertaram interesse do público que acompanhava as notícias e acontecimentos através dos jornais. E é necessário ressaltar que elas não precisam, necessariamente, ser narradas apenas pela comicidade, ela pode provocar reflexões preocupantes, principalmente no relato da vida real e que afeta o cidadão.

O surgimento do desenho de humor permitiu maior aproximação das classes subalternas em relação à política. A caricatura ajuda a traduzir os eventos, conflitos e grandes personagens políticos para a linguagem popular, tornando tais temas mais palatáveis para indivíduos iletrados e/ou socialmente excluídos. Ela contribui para desmistificar e dessacralizar o poder, mostrando líderes e chefes de Estado como seres humanos falíveis e, eventualmente, ridículos (MOTTA, 2006, p.18).

A caricatura já foi “um termo genérico aplicado a todos os desenhos humorísticos, que pudessem provocar risos, críticas escancaradas e uma sátira

demarcada” (RIANI, p.25, 2002). Hoje, porém, é considerada pela maioria dos estudiosos do tema, uma categoria dentro do humor gráfico usado para ressaltar traços marcantes dos caricaturados. O Salão Universitário de Humor UNIMEP e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação distinguem os desenhos humorísticos entre: charges, caricaturas, cartum e histórias em quadrinhos. As primeiras são definidas como desenhos humorísticos relacionados a acontecimentos que ocorreram recentemente, ou seja, de fácil leitura para quem está familiarizado aos acontecimentos diários de uma determinada comunidade. Já as caricaturas, na atualidade, se diferem porque são vistas como retratos de pessoas famosas, ou desconhecidas mesmo, marcadas por distorções anatômicas, e que exigem mais técnica de representação do rosto ou de diferenças corporais. E, dentro dessa concepção, o cartum é o desenho de humor generalizado que não faz referência a um fato específico, nem a um personagem único, o que o tornaria mais próximo de uma linguagem universal e compreendido em uma duração temporal maior. As histórias em quadrinhos são narrativas sequenciais mostradas em etapas, quadro a quadro. Estas são constituídas por imagens sequenciadas e marcadas pelos cortes de cenas, com começo, meio e fim (RIANI, 2002).

A charge é um texto de humor que aborda algum fato ou tema ligado ao noticiário (RAMOS, 2016). A análise de Ramos nos indica o caminho necessário ao afirmar que a charge recria na ficção um fato, estabelecendo com a notícia uma relação intertextual. Assim como Romualdo (2000), descreve a charge como um texto visual humorístico que critica uma personagem, fato ou acontecimento político específico, de modo que vamos ajustar a compreensão para esta pesquisa com base no que o autor define:

A charge (...) por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal.(...) A caricatura será compreendida como o desenho que exagera propositalmente as características marcantes de um indivíduo. (...) a charge e a caricatura não são excludentes. A caricatura, compreendida de acordo com esse conceito particularizado, aparece, com frequência, como um elemento constituinte das charges. (ROMUALDO, 2000, p.33).

Neste trabalho, charges e as caricaturas que vão, ao longo da análise, mostrar-se complementares, já que a maior parte dos exemplos utilizados apresenta charges ressaltando traços marcantes dos personagens retratados, calcadas muito mais nas características físicas, expressões faciais e gestuais dos ex-presidentes do que nos fatos jornalísticos ou nos cenários.

Outro ingrediente necessário para a leitura das charges é o conhecimento prévio do público da composição da imagem, seja do enredo, evento ou episódio, no qual o personagem está situado (FONSECA, 1999). As condutas sociais definidas em determinada época, sociedade ou povos são diferentes e contribuem para que se perca a força de compreensão quando analisada fora do contexto. Mesmo que consiga demonstrar com comicidade as características físicas ou ações de um personagem, se o destinatário desconhecer o personagem da charge não conseguirá entender o questionamento proposto e específico de determinada época (RIANI, 2002). As expressões se tornam mais relevantes à medida que, dentro do contexto do momento retratado, são de fácil entendimento, o que pode inclusive atrair a ira de quem está no foco do deboche.

No contexto jornalístico, a charge constituiu-se como aliada do discurso editorial e funcionava, desde o início, como crônica política. A charge consegue traduzir, direta ou indiretamente uma opinião, tornando-a acessível aos leitores (MOTTA, 2006). Os atos dos líderes políticos do país são temas recorrentes nas charges, de modo que periódicos as utilizam como registro de críticas a determinados temas. No jornal O Globo, estudado neste trabalho, a grande maioria das charges analisadas estamparam a capa do jornal. O tema, geralmente, era referente a uma manchete do noticiário político do dia ou de dias próximos; outros exemplares usados nesta análise acompanharam a seção editorial do veículo em questão. Editorial é o espaço reservado a expressar ou mesmo assumir uma posição ou a opinião do jornal com relação aos mais variados temas, e também contribui para fixar determinadas diretrizes dos dirigentes do veículo.

Levar o público ao riso pode ter dois efeitos para quem discursa. Em primeiro lugar, é uma maneira de conquistar a simpatia da plateia e, às vezes, desvia sua atenção de pontos frágeis do argumento defendido. Segundo, e mais importante aqui, o domínio da arte do discurso político

demanda o talento de tornar o adversário risível ante o público. Apresentar um líder em traços ridículos é uma forma de desacreditá-lo e desmoralizá-lo, e, conseqüentemente, esvaziar sua argumentação ou proposta e derrotá-lo (MOTTA, 2006, p.20).

A charge, no contexto jornalístico, pode ser usada como uma arma, uma crítica, sendo que as criações em efeitos e contrastes podem demarcar posições e expectativas, provocando o riso e um deslocamento sobre os significados de senso comum. A charge é um delineamento importante a ser considerado em um jornal se faz referência de opinião sobre determinado acontecimento, nota-se que o tema deve ser de fato importante e, como ressalta Romualdo (2000), com muita probabilidade de aparecer em outros textos do jornal. Desta forma, o leitor terá a possibilidade de relacioná-los e mesmo usar essas referências para auxiliar na interpretação. As relações intertextuais entre charges e textos podem ir de encontro ao assunto registrado ou não, sendo na divergência que se poderá notar uma posição crítica, com relação à primeira orientação.



Figura 1: Chico Caruso em O Globo: 01.01.1995.

A figura 01, referente ao dia da posse de FHC, nos mostra o tom da representação do início do governo e o modo como as charges compõem uma

narrativa paralela. A ênfase no traje de gala e o brinde com as taças ressaltam a sofisticação e o pertencimento às elites dominantes. O que os políticos dizem nem sempre é o que a charge ilustra. A frase “E como dizem os caricaturistas...Caras novas, vida nova!” ironiza o próprio fazer do caricaturista e propõe desmontar a hipótese de que o novo governo será diferente. A sátira está no fato de que os outros personagens além de FHC já são velhos conhecidos do público brasileiro. Para se nominar apenas alguns, Pedro Malan ao lado direito de FHC, Ministro da Fazenda e José Serra, ao lado esquerdo, que seria o Ministro do Planejamento. Ambos também serão figuras constantes nas charges, até porque eram considerados os homens fortes da economia. A expressão facial de FHC também indica que nem ele parece acreditar na proposta que o grupo de ministros representaria, pois, a expressão das sobrancelhas deixa o riso dele um tanto incrédulo. A expressão facial é composta principalmente pela sobrancelha e pela boca que indicam o estado emocional do personagem central (RAMOS, 2016) o que nos permite deduzir a sensação do presidente naquele momento imaginado sob a ótica do humor gráfico.

O chargista consegue ultrapassar as representações físicas e revelar traços psicológicos do personagem, o que tem reconhecimento no papel comunicativo por possibilitar outras leituras através da imagem produzida por ele (RIANI, 2002).



Figura 2: Chico Caruso, O Globo em: 02.01.2003.

A posse de Lula também foi um exemplo de opinião através da caricatura. Neste caso, o reforço do chargista ao discurso propagado na campanha política dele e da afirmação de que um homem da classe trabalhadora, um operário, assumia o cargo mais importante do país está explícita no signo verbal. A frase “o Brasil toma posse de si mesmo” faz essa relação. A cor vermelha em evidência também quer demarcar a tendência político ideológica de Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) que é representando pela cor e é, muitas vezes, citado pelos partidos de oposição como representantes dos “vermelhos”¹ da “esquerda”. Na charge, o autor

¹ Na história política, a cor vermelha foi associada às bandeiras de revolucionários ligado à Comuna de Paris, em 1871, sob a influência de Karl Marx. Giannotti (2007) descreve que, antes disso, em 1845 os trabalhadores (conhecido como proletários, aqueles que possuem proles - filhos) haviam se unido à burguesia para lutar pela redução jornada de trabalho. Mas, a burguesia teria se aliado aos proletários apenas pela necessidade de mais tarde usar a força dos trabalhadores para derrotar o rei e a nobreza, que tinham voltado ao poder após o fim do ciclo da grande Revolução Francesa. No confronto entre proletários e burgueses, milhares de trabalhadores foram fuzilados e outros deportados de Londres. Num “verdadeiro banho de sangue, bandeiras ensanguentadas passaram a aparecer nas mãos dos trabalhadores. Este foi o começo da utilização de uma bandeira vermelha como símbolo da luta de operários” (GIANNOTTI, 2007, p. 32).

parece distribuir tinta vermelha nos rostos dos que acompanham a passagem do presidente, o que reitera o efeito de que Lula é apoiado pela grande maioria da população. O verde e o amarelo aparecem também, mas em menor quantidade, numa relação clara às cores da bandeira do Brasil. É possível fazer uma proximidade com a crítica feita aos ministros de FHC na figura 01, comemorando com velhos políticos, enquanto Lula comemora com o povo, com o Brasil inteiro, que agora é vermelho. A expressão facial de Lula não foi explorada em detalhes, mas se vê algo relativo à emoção, um riso discreto. A frase “No flagrante, o Brasil toma posse de si mesmo” reforça a ideia de proximidade entre os brasileiros e aquele que seria o representante das classes populares, em certa oposição à elite de FHC.

Os traços geralmente carregados para indicar a expressão facial, ou como reforço de contornos físicos dos personagens ajudam a nortear a leitura. As charges ajudam a coroar, destronar ou mesmo reforçar mensagens sobre os personagens. A linguagem visual bem humorada e acessível oferece uma chance para a participação mais próxima da vida política através do deboche, o que acaba por contribuir para diminuir a distância entre poderosos e cidadãos comuns e ainda ironiza o poder que se afere aos políticos (FIORIN, 2006).



Figura 3: Aroeira. O Globo em: 16.11.1995.

FHC estava no primeiro ano do primeiro mandato e a proposta de aprovar uma lei para autorizar a reeleição entrava em debate. Aroeira retoma o visual de um personagem conhecido dos brasileiros, “Zé do Caixão”², e constrói essa relação no título da caricatura “Zé Mojica Cardoso, o Zé da Reeleição”. Na caricatura, o Zé da Reeleição tem os traços do rosto de FHC escancarados, com os dentes saltando da boca, o olhar desconfiado, indicando que ele está prestes a atacar com sua mão erguida, com elementos que remetem ao Zé do Caixão, como a barba e o chapéu. Os cinco dedos erguidos, com longas unhas, fazem referência às cinco propostas usadas na campanha, no caso de uma possível reeleição. Um deles cita, de forma irônica, que entre as intenções está a de oferecer emprego, mas a frase “emprego todo mundo procurando”, indica que a situação do país não é confortável e até o presidente quer o emprego por mais tempo. No outro dedo, a proposta para “agricultura” revela o desprezo pelo tema, já que na ironia “sem terra” está a alegação constante do governo para protelar ações da reforma agrária. No terceiro dedo, ou na terceira proposta “segurança”, o subtítulo “bancária” faz uma menção que reforça o programa político do sistema que FHC representa, a segurança para transações econômicas dos ricos, afortunados e grandes empresários. A quarta proposta “educação”, resumida a “um sobrenome, claro”, ou seja, o autor critica quem tem influência porque conquista aquilo que precisa independente da formação. Por quinta proposta aparece o “transporte”, o “boeing presidencial”, longe das necessidades dos brasileiros, a garantia de transporte é apenas para o próprio presidente. Estas ironias, críticas e zombarias dão um sentido grotesco à figura de FHC, mas só funciona se o público souber quem é Zé do Caixão e estiver por dentro dos debates políticos.

² José Mojica Marins é um cineasta brasileiro que se apresenta geralmente com o figurino de seu personagem mais conhecido, marcado pelas roupas pretas alusivas à morte, já que é um agente funerário e que adota unhas compridas. Ele visitou o presidente Fernando Henrique Cardoso na semana que a caricatura foi publicada.

2.2 CHARGE ENQUANTO IMAGEM

A charge é uma imagem e, como tal, comunica, transmite, tem significações e nos faz compreender através da proximidade icônica com os referentes, criando a ilusão de que entendemos mais facilmente quando a vemos. Para compreender sua especificidade é necessário um mínimo de análise (JOLY, 2007) que pode ser mais complexa do que parece.

Instrumento de comunicação, divindade, a imagem assemelha-se ou confunde-se com aquilo que ela representa. Visualmente imitadora, pode tanto enganar como educar. Reflexo, ela pode conduzir ao conhecimento. (...) Consciente ou não, esta história constituiu-nos como somos e convida-nos a abordar a imagem de um modo completo, a atribuir-lhe espontaneamente poderes mágicos, ligada como está a todos os nossos grandes mitos. (JOLY, 2007,p.19).

Para responder aos significados referenciais da imagem nas charges pode-se fazer uso da teoria da semiótica³ que nos ajuda a compreender a composição, e ainda pode-se recorrer à análise de discurso que faz relação

³ A semiótica como filosofia das linguagens tem como precursores Ferdinand Saussure (1857-1913) e Charles Sanders Peirce (1839-1914). Saussure dedicou-se a explicar a partir da linguística, que a língua não era a única forma de expressão de signos. Para dar sentido ao que propunha ele isolava sons e fonemas, que sozinhos não fariam sentido; depois separava as palavras como signos linguísticos e ao estudar a natureza desses signos os descrevia “como uma entidade psíquica com duas faces indissociáveis, ligando um significante (os sons) a um significado (o conceito)” (Joly, 2007, p.33). Ou seja, no exemplo da pronúncia da palavra caneta, a fala não está ligada a caneta real que se usa para escrever, mas ao conceito de caneta que possuímos através da experiência construída intelectualmente, para um indivíduo terá uma forma, para outros será diferente, demarcados pela construção individual. Segundo Joly (2007) é a teoria para uma relação específica da língua entre sons e sentidos, mais comumente referenciada como significante e significado. Após mais de um século das conjunturas feitas por Saussure, Joly explica que essa base teórica ainda é referência importante para operacionalizar a compreensão de vários aspectos das mensagens, já que contribuem para “melhor compreender o que é uma imagem, o que ela diz e, sobretudo, como ela o diz”.

mais próxima com os registros da realidade sociopolítica do país. Ambos podem indicar caminhos a serem percorridos na análise das imagens.

Joly descreve desde o princípio teórico como se formam as construções de imagem dos referentes iniciais a partir do signo. “Efetivamente, um signo é um signo apenas quando exprime ideias e suscita no espírito daquele ou daqueles que o recebem uma atitude interpretativa” (JOLY, 2007, p.30), ou seja, o indivíduo vê e interpreta e como interpreta é o que interessa esclarecer.

O estudo dos signos contribui para inferir significados nas charges, pois recorrem à materialidade do objeto e ao modo como afetam nossos sentidos. “Apercebermos significa algo diferente – é a particularidade essencial do signo” que, como Joly (2007) explica, pode ou não estar presente, mas aperceber a imagem é identificar o referencial que ajuda a designar ou dar significado para outra coisa ausente. Para as teorias de Peirce, um signo é algo que significa outra coisa para alguém. Assim, o signo mantém uma relação entre pelo menos três polos: signo (significante), referente (objeto ou aquilo que ele representa) e significado (interpretante, aquilo que significa). Joly ressalta aqui que o processo semiótico depende do contexto da aparição do signo e também do conhecimento do receptor.

Vejamos a figura número 04.

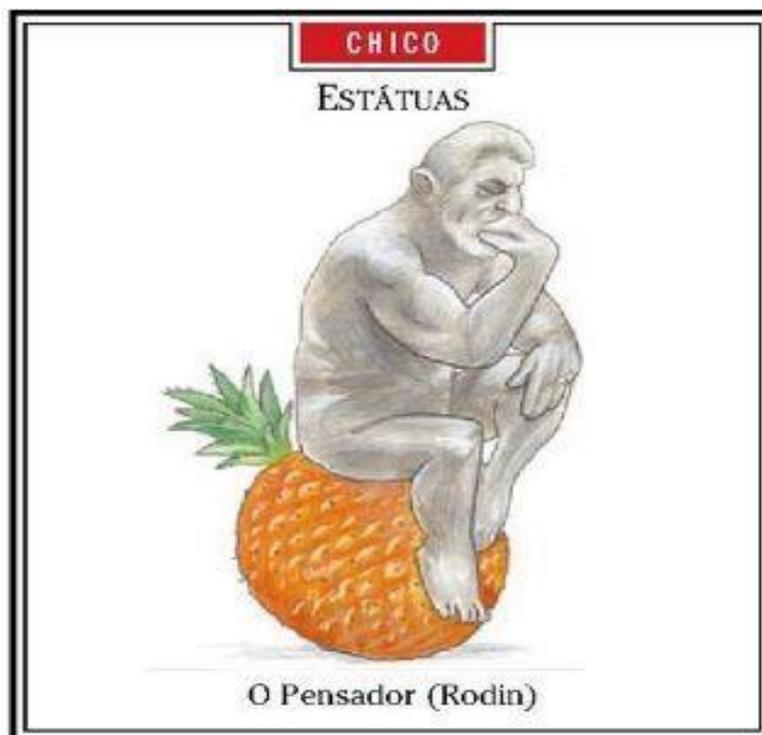


Figura 4: Chico Caruso. O Globo em: 22.12.2003.

O abacaxi nesta caricatura tem outro referencial para além de uma fruta que é. Se vê um abacaxi, mas se afere a ele outro significado neste contexto, aqui o abacaxi é uma metáfora. Popularmente, no Brasil, costuma-se comparar um problema de difícil solução ao ato de descascar um abacaxi, fruta com casca grossa, repleta de espinhos e que, no caso, representa os problemas do país. Os problemas estariam nos pensamentos de Lula? Um homem concentrado, em reflexão, preocupado, como apontam as linhas definidas em sua testa. A outra questão de significado está na relação da imagem em uma paródia à escultura *O Pensador* do francês Auguste Rodin⁴ que retrata um homem em profunda meditação, lutando contra uma poderosa força interna. No contexto da época, Lula encerra o primeiro ano de governo com contradições políticas: expulsou aliados antigos do PT e se uniu a conservadores econômicos ligados ao PSDB, partido de oposição.

A metáfora usada neste exemplo é uma das derivações de classificações dos signos. Metáforas são figuras de linguagem que substituem um termo por outro, de forma análoga. Joly (2007) coloca que a classificação dos signos, pode três tipos distintos: 1. o ícone – que mantém relação de analogia com aquilo que representa o referente. Um desenho figurativo de uma árvore é um ícone e não a espécie em si. Além da semelhança visual, o ícone também pode ser sonoro como a imitação do galope de um cavalo, não é o animal, mas, é um referencial que remete a ele; 2. o índice – é a relação casual física com aquilo que representa, como por exemplo, fumaça é um indicativo de que há fogo; 3. o símbolo – mantém uma relação de convenção, como as bandeiras que representam os países, a pomba branca que representa a paz. Segundo Joly, essa classificação foi abundantemente explorada e também criticada, mas é considerada útil para compreensão dos diferentes tipos de

⁴ Auguste Rodin (1840-1917) foi um escultor francês que se notabilizou pela forte expressividade que imprimiu ao corpo humano nu. Originalmente, *O Pensador* (1880) foi concebida como parte de uma encomenda para um museu de artes decorativas de Paris, *Os portões do Inferno*, inspirada em personagens da Divina Comédia, de Dante. Como o museu não foi construído, essa escultura se tornou uma obra independente (FARTHING, 2011).

imagens e o modo de funcionamento da interpretação e aferição de valores e significados.

Se toda imagem é representação, tal implica que ela utilize necessariamente regras de construção. Se estas representações são compreendidas por outros que não aqueles que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, por outras palavras que elas devem grande parte da sua significação ao seu aspecto de símbolo, segundo a definição de Peirce. E ao permitir-nos estudar esta articulação da imagem entre semelhança, vestígio e convenção, isto é, entre ícone, indício e símbolo, que a teoria da semiótica nos permite perceber não apenas a complexidade mas também a força da comunicação pela imagem (JOLY, 2007, p. 44).

A partir desses referenciais, o abacaxi, na figura 04, seria um ícone, representando uma metáfora. Peirce também tem um detalhamento teórico para essa representação metafórica. No que se refere à imagem, ele a inclui como uma subcategoria do ícone, para que a imagem mantenha uma relação de analogia qualitativa entre o significante e o referente. “Um desenho, uma foto, uma pintura figurativa, retomam as qualidades formais do seu referente: formas, cores e proporções que permitem seu reconhecimento” (JOLY, 2007, p.40). Peirce descreve a imagem através do diagrama e da metáfora, como integrantes de outra subcategoria do ícone: diagrama faz uma analogia com o interior do objeto: o organograma de uma sociedade por exemplo, representa uma organização que não está visível, mas pode ser compreendida e a metáfora trabalha o paralelismo que pode ser verbal ou não, atribuindo novo significado próximo ao que a palavra em si representa (JOLY, 2007).

A imagem não é todo o ícone mas é um signo icônico, do mesmo modo que o diagrama ou a metáfora. Mesmo se a imagem é apenas visual, é claro que, assim que se quis estudar a linguagem da imagem e que surgiu a semiologia da imagem (...) esta semiologia se dedicou sobretudo ao estudo das mensagens visuais. A imagem tornou-se sinônimo de representação visual. (JOLY, 2007, p. 41).

A missão do analista é certamente decifrar as significações que estão naturalizadas nas mensagens visuais, mas isso implica algumas questões. Mesmo existindo “esquemas mentais” e representações ligadas às concepções gerais da humanidade, de acordo com Joly (2007), é impossível fazer uma leitura universal das imagens. Reconhecer determinadas representações pode ter significações particulares, ligadas ao contexto histórico e cultural, ao

contexto interno da produção e ao seu aparecimento, além de depender das “expectativas e os conhecimentos do receptor” (JOLY, 2007, p. 46).

A questão que gera maior dúvida sobre as interpretações das imagens é conhecer a intenção do autor, mas é necessário nos colocarmos enquanto receptores da imagem e assumir um ponto de vista, como resume Joly:

Acerca do que o autor quis dizer, ninguém sabe nada; o próprio autor não domina toda a significação da mensagem que produziu; não é também o outro, não vive na mesma época, nem no mesmo país, não tem as mesmas expectativas... interpretar e analisar uma mensagem, não consiste certamente em tentar encontrar uma mensagem pré-existente, mas em compreender que significações de determinada mensagem (...) provoca aqui e agora (JOLY, 2007, p.48).

No processo de entendimento comunicativo, que compreende as charges em análise, como enunciados, é importante considerarmos o sistema de comunicação como um todo, como linguagem. Bakhtin (cujas teorias serão foco de análise no item 2.3 e 2.4 deste capítulo) ressalta que todo signo é ideológico e sem signo não existe conhecimento. A realidade ideológica bakhtiniana está relacionada ao ambiente social que propicia a interação do sujeito englobando conhecimentos sobre: “a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política” em equivalência ao que é axiológico, do que tem valores (FARACO, 2003). Desta forma, um mesmo signo tem significados diferentes de acordo com a condição histórica ou mesmo social do leitor, sendo que todo e qualquer discurso dele será constituído com o diálogo entre vários enunciados construídos socialmente.

“Todo, signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo”, (BAKHTIN, 2014, p. 45). Assim, o autor reforça a importância de não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social, de modo que a representação do signo deixe de existir fora deste sistema. Assumindo esta relação para a leitura das charges, as análises refletem e refratam possibilidades, com significados particulares aos leitores.

2.3 A CHARGE: UM ENUNCIADO DIALÓGICO

A charge é uma imagem representada através de signos, carrega ideologias, posições axiológicas individuais e coletivas. Representar algo ou alguém só faz sentido se este alguém ou objeto também significar algo para o interpretante. Joly admite que o processo de interpretação depende não somente do contexto da aparição do signo, mas também do conhecimento do receptor.

Para entender essa complexidade para as camadas de análise que podem existir em uma charge, vamos recorrer aos conceitos de dialogismo de Mikhail Mikhailovitch Bakhtin.

Ver, enxergar, interpretar, analisar ou compreender são processos ligados ao ato comunicacional diante do objeto, presente no momento da análise das charges. Ao fazer esse trabalho mental ou verbal, o indivíduo está participando de um ato dialógico, não de um diálogo entre duas pessoas, mas de atos em todas as direções do discurso. Bakhtin foi um filósofo que buscou interpretar o ser como único, em uma trama complexa para ressaltar individualidades construídas coletivamente e sem dissociar o mundo da teoria e o mundo da vida (FIORIN, 2006), mergulhado em universos com valores importantes e vivos e que constroem todos os atos.

A destruição do contexto monológico só ocorre quando convergem duas enunciações iguais e diretamente orientadas para o objeto. Dois discursos iguais e diretamente orientados para o objeto não podem encontrar-se lado a lado nos limites de um contexto sem que se completem mutuamente ou, ao contrário, estejam em contradição ou em quaisquer outras relações dialógicas (por exemplo, na relação entre pergunta e resposta). Duas palavras de igual peso sobre o mesmo tema (...) devem tocar-se internamente, ou seja, entrar em relação semântica.(...) Mas um autor pode usar o discurso do outro para os seus fins pelo mesmo caminho que imprime nova orientação semântica ao discurso eu já tem sua própria orientação e a conserva. (...) Em um só discurso ocorrem duas orientações semânticas, duas vozes. (BAKHTIN, 2002, p.189).

É a partir dessa relação que surge o conceito de dialogismo que na linguagem seria um discurso vivo, que pode ser preenchido, modificado e está sempre aberto a novas 'versões', sem um ponto final.

Dialogismo também são as relações de sentido estabelecidas entre dois enunciados, e os enunciados são sempre respostas a alguma provocação da linguagem (FIORIN, 2006). Os enunciados carregam experiências, emoções e até juízos de valor. Como no exemplo de Fiorin (2006) dizer a frase “ele é gay” como unidade da língua, como palavra, não tem valores axiológicos, mas como enunciado tem percepção de que pode responder como respeito ou zombaria, de raiva ou de amor, de confiança ou desconfiança. Quando se converte o discurso a uma interpretação de enunciados, ele se torna sempre dialógico. Pode ser um diálogo face a face de fato, como pode ser a leitura de um texto, ou até mesmo a interpretação de uma imagem. Ao interpretar, mesmo sem verbalizar, o sujeito está participando do dialogismo, está respondendo a partir de suas experiências. Fiorin explica que o diálogo também pode existir entre um texto e outro, um exemplo é uma paródia de determinado texto, ela se constrói a partir do enunciado do primeiro texto e isso basta para tornar ambos enunciados, participantes do dialogismo. O exemplo nos remete à interpretação das charges, enunciados dialógicos autênticos, pois derivam da imagem de alguém.

Para Bakhtin, são os enunciados que permitem acesso a um entendimento ou mesmo à interpretação através da linguagem (FIORIN, 2006), já que, para ele, o indivíduo não tem acesso direto à realidade, o “real” é apresentado para o indivíduo semioticamente, ou seja, qualquer objeto que existe é nominado por outra pessoa, para existir precisa ser categorizado, e isso ocorre pelo discurso de outro: “é o discurso do outro no meu” (FIORIN, 2006).

A palavra está carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 2014, p. 99)

Outra premissa fundamental para leitura desse enredo está descrita por Faraco (2003) sobre as mediações como inerentes do dialogismo: “nós os seres humanos não temos relações diretas, não mediadas, com a realidade (...) vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações” (FARACO, 2003, p. 48). Tudo que sabemos foi mediado pela interpretação anterior, alguém já deu nome a determinado objeto, alguém já definiu este

conceito, alguém já interpretou os significados a que temos acesso, conhecemos através do outro.

Faraco (2003) é outra referência para estudar Bakhtin, destacando a criação ideológica que influencia o dialogismo. Para que a palavra ideologia não seja interpretada como algo negativo ou fundamentalista, Faraco recorre à Pavel N. Medvedev, que participava de estudos com Bakhtin e assinou em conjunto com ele alguns títulos. Medvedev era integrante do chamado Círculo de Bakhtin, que definia ideologia como o universo dos produtos do “espírito” humano, como heranças de um pensamento e de uma consciência social. Ideologia diz respeito para estes autores ao universo que engloba tudo que tem “valor” para o indivíduo. Para Medvedev, a criação ideológica é sempre social e histórica, nunca fechada a uma consciência individual.

Nesse processo Medvedev, (FARACO, 2003) ressalta que todos os produtos ideológicos são objetos dotados de materialidade:

Os signos são intrinsecamente sociais, isto é, são criados e interpretados no interior dos complexos e variados processos que caracterizam o intercâmbio social. Os signos emergem e significam no interior de relações sociais, estão entre seres socialmente organizados: não podem, assim, ser concebidos como resultantes de processos apenas fisiológicos e psicológicos de um indivíduo isolado” (FARACO, 2003, p. 48).

E seria através das mediações dialógicas fundamentadas axiologicamente que o mundo faria sentido para o indivíduo através da linguagem. A relação com o que se vivencia nunca é direta, mas sofre as influências que marcam e que ajudam a imprimir de volta. É recorrente o fato de que aprendemos e ressignificamos o mundo, ou nos termos bakhtinianos “os signos não apenas refletem o mundo mas também refratam, atravessados pelas características individuais” (FARACO, 2003).

A relação desse contexto com as análises propostas na interpretação das charges enquanto enunciados diz respeito ao processo de referenciação. Na dinâmica da história e do caráter múltiplo das experiências concretas dos grupos humanos, não descrevemos o mundo, mas o reconstruímos diante das referências individuais e coletivas. A essa pluralidade Bakhtin chama de “vozes sociais”, representando os múltiplos discursos usados para descrever

determinado objeto (FARACO, 2003). “Medvedev dirá que no horizonte ideológico de uma época ou grupo social, não há uma, mas várias verdades mutuamente contraditórias” (FARACO, 2003, p. 50).

Vejamos no exemplo a seguir, a dificuldade de se analisar a mensagem da figura 05, cujos signos semióticos não são suficientes para interpretação e é necessário recorrer à análise do enunciado enquanto signo ideológico fundamentado a partir do conceito de Bakhtin.

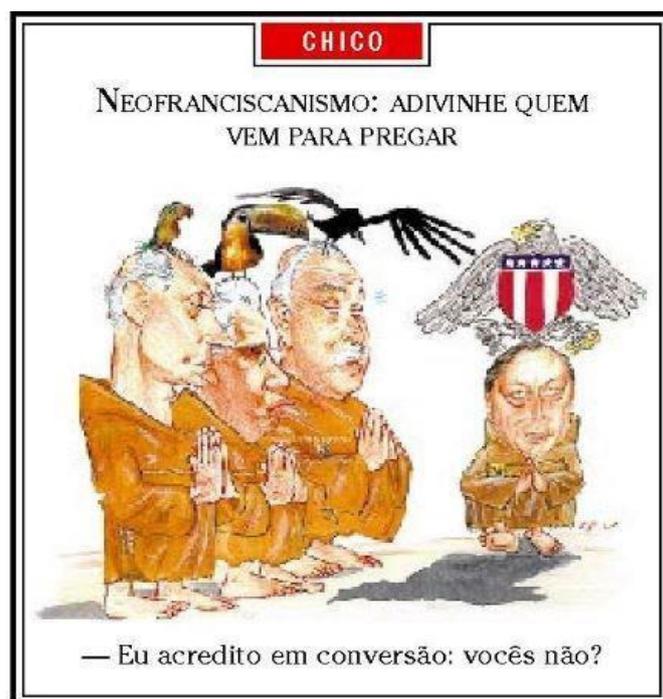


Figura 5: Chico Caruso. O Globo em 21.05.2000.

A leitura deste enunciado exige, além da identificação dos personagens, conhecimentos políticos anteriores ao regime militar no país. O Ministro da Fazenda, Pedro Malan, influenciado pelas políticas e leis dos Estados Unidos, simbolicamente representado pela águia que está sobre a cabeça dele com as cores da bandeira norte americana, anda em frente a três políticos, vestidos de padres franciscanos: o então senador Antônio Carlos Magalhães, FHC e Eduardo Suplicy. No enredo político, o título da caricatura indica uma diferente versão do Neoliberalismo, vertente política defendida pelo PSDB, partido político de FHC, reescrita como o Neofranciscanismo. Todos os personagens estão em pé como em reverência e no aguardo de uma orientação, ou mesmo “pregação” como propõe o título da caricatura. Malan implementou naquele ano

propostas econômicas no Brasil, a partir de referências dos Estados Unidos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada pelo governo FHC com parâmetros para gastos dos governantes e por exigência do FMI (Fundo Monetário Internacional). A cena poderia ser associada à influência dos Estados Unidos no governo brasileiro, e que poderia ser comparada com a versão de que o Padre Patrick Peyton trouxera ao Brasil, em 1960, influências americanas que teriam favorecido o Golpe Militar. Ele teria usado a comunicação com os católicos em discursos anticomunistas e conservadores que propunham oposição aos grupos de esquerda política (Giannotti, 2007). As aves também possuem significados relevantes: a águia imponente representa o governo dos Estados Unidos que influencia Malan; o corvo sobre ACM pode ser uma crítica pontual sobre a forma de agir do senador, sempre ladeando o governo em troca de seu apoio político. O corvo (uma ave do gênero das carnívoras) é comumente usado para representar quem tira vantagem sobre os demais ou alguém que trará azar. O tucano de FHC representa o PSDB, partido do político; e o papagaio de Suplicy, pode ser uma apologia à oratória do político ligado ao PT. A pluralidade de vozes, neste exemplo, é mais profunda e interpõe situações distintas e similares, mas que exigem um tipo de conhecimento bem específico.

As várias camadas interpretativas e a historicidade dos enunciados são captadas no próprio momento linguístico de sua constituição (FIORIN, 2006, p.55). Os símbolos apresentados na imagem tornam mais complexo o conteúdo representado e estabelecem muitos pontos de intertextualidade, ou seja, com diversas relações com outros textos e linguagens. Os símbolos são compartilhados por convenções historicamente situadas, representando determinados valores e significados sociais e culturais.

O que interessa ao analisar as charges é situá-las como linguagem, específica e heterogênea, que se difere do mundo real e que propõe, através de diversos signos, uma representação escolhida e orientada.

Joly reforça que é preciso, na análise das imagens, distinguir os principais instrumentos desta linguagem e o que significa a “sua presença ou a sua ausência e relativizar a sua própria interpretação” (Joly, 2007, p. 53). Como referência também é importante ressaltar que a imagem é composta por

diferentes tipos de signos icônicos, plásticos e linguísticos. Os signos icônicos são imagens heterogêneas, semelhantes, figurativas. Já os signos plásticos se formam a partir da compreensão das cores, das texturas e formas de sua composição interna e os signos linguísticos se revelam na linguagem verbal que são, em sua maioria, títulos, legendas e diálogos (Joly, 2007) mostrados para compreensão das charges, por exemplo.

2.4 HETEROGLOSSIA E VOZES SOCIAIS

Heteroglossia é a diversidade que se produz através das influências sociais no indivíduo. É um conjunto que pesa na formação dialógica e que se constrói através da linguagem. É, para Bakhtin (FARACO, 2003), uma multidão de vozes. Para o autor, importa menos a heteroglossia como tal e mais relevante é o encontro sociocultural dessas vozes e como se apoiam para contrapor, diluir, parodiar, arremedar, polemizar velado ou explicitamente, sempre gerando um processo de dialogização.

Todo enunciado é uma resposta e, no universo discursivo, através do dialogismo se propõe uma grande interação, com respostas novas o tempo todo. É através das vozes sociais que o indivíduo se constrói dialogicamente e a teoria de heteroglossia se funda para ser entendida através das influências e interações do indivíduo com a cultura (FARACO, 2003). É a refração do que se acumula ao longo da vida, constituindo esse universo de múltiplas relações. Seria o equivalente a “uma multidão de rotas, estradas, caminhos traçados pela consciência sócio ideológica em cada objeto” (FARACO, 2003, p. 54). Para designar as inúmeras possibilidades de refrações do objeto que Bakhtin introduz, “a expressão *vozes sociais* entendendo-as como complexos semióticos-axiológicos com os quais um determinado grupo humano diz o mundo” (FARACO, 2003, p.55).

O processo sócio-histórico ajuda a entender que a língua não é apenas um conjunto de variedades geográficas, temporais e sociais, esse universo está atravessado por valores sociais diversificados pela experiência dos grupos sociais. Segundo Faraco (2003) “aquilo que chamamos de língua é também e

principalmente um conjunto indefinido de vozes sociais” e o que importa nesse contexto é como essa diversificação se aproxima das questões dialógicas que por consequência se apoiam mutuamente, se contrapõem parcial ou totalmente e se diluem em outras vozes.

O verdadeiro ambiente de um enunciado é o plurilinguismodialogizado (são as fronteiras) em que as vozes sociais se entrecruzam continuamente de maneira multiforme, processo em que se vão também formando novas vozes sociais. (FARACO, 2003, p. 57)

Vejamos um exemplo de vozes sociais, em uma charge:



Figura 6: Chico Caruso. O Globo em: 21.02.2006.

A análise da figura 06 ajuda a ilustrar a incidência de diferentes vozes sociais no enunciado, inclusive com recursos plurilinguísticos, com ao menos duas línguas: o português e o italiano. Isso nos dá um exemplo prático da heteroglossia. Na charge a relação parodiada com a cúpula do PSDB e a máfia italiana pode ser entendida em diversos detalhes a começar com as referências à máfia italiana que aparecem no título “Don Corleone”, que foi um dos mais famosos personagens dos filmes reproduzidos no Brasil contando histórias similares às de famílias de mafiosos que existiam na Itália. A

referência mais imediata é a do filme *O poderoso chefão*, de 1972, dirigido por Francis Ford Coppola. Outras referências estão na toalha da mesa, xadrez, símbolo das cantinas italianas que usam peças similares. O vinho é outro detalhe que remete ao grupo italiano que produz e consome a bebida, e além da frase “*Ti prego*”, alusão ao idioma italiano cujo sentido varia entre “por favor” e “te peço”. Entretanto, a imagem mostra a intenção de FHC indicando a Geraldo Alckmin uma cadeira com pregos, brincando graficamente com a sonoridade e a tradução literal para o português. A sátira compara a cúpula do PSDB aos mafiosos da Itália, ao se reunirem para debater os rumos do partido para a eleição que seria disputada em 2006. As tratativas de quem seria o candidato do partido estavam em andamento. Aparecem FHC, Tasso Jereissati ex-governador do Ceará, o senador Aécio Neves de Minas Gerais e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a quem os demais parecem ter a pretensão de coagir. Alckmin pleiteava a indicação do partido para disputar a presidência do Brasil, e teria que seguir a cartilha dos líderes tucanos. A cadeira com os pregos também indicava que o político deveria ficar preso ao assento, sem querer levantar-se contra as decisões dos caciques nacionais do partido.

É dentro desse contexto de diálogo de vozes que expressamos algumas influências da composição. O dialogismo compreende a dimensão do processo de comunicação que inevitavelmente é perpassado por diversos discursos mesmo que o enunciador não se aperceba de todas as “vozes” que nele estão (FIORIN, 2006). Dessa forma, todo discurso que descreva qualquer objeto não está voltado para a realidade, mas para os discursos que precedem a composição ideológica do indivíduo.

Fiorin (2006) detalha que toda palavra dialoga com outras palavras e delas surgem outras palavras. Essa concepção refrata como eco muitas lembranças de outros enunciados para que o enunciador participe do diálogo e ele não precisa concordar. O dialogismo para Bakhtin se dá como uma resposta que refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante. Ao concordar ou não com um enunciado, existe um ponto de tensão de vozes sociais, como coloca Fiorin (2006). Até porque a sociedade é feita de grupos distintos, cujos interesses são diversos, significando que as relações dialógicas

são contraditórias, de modo que, ao concordar com uma posição, o indivíduo está rejeitando outra, gerando a contradição. Na análise da imagem 06, de modo bem simples, haverá quem concorde com a crítica e haverá quem não ache graça. Importante considerar que é assim que existe o enunciado, dentro de uma relação dialógica, dentro de uma posição na comunicação. Esta é a primeira, de três concepções para o dialogismo. No dialogismo constitutivo “todos os enunciados constituem-se a partir de outros” (FIORIN, 2006).

A formação do discurso individual e coletivo, para Bakhtin, considera que a maioria das opiniões do indivíduo se forma no convívio social, mas isso pode mudar de acordo com a situação e com a relação de forças que atuam no grupo social: em alguns momentos é a Igreja, em outros o partido, a ciência e tantas outras referências que se formam na coletividade desse indivíduo. Nessa formação social operam: passado, presente e futuro. No passado se constituíram as múltiplas tradições e legados que fazem o presente seu destinatário, e o futuro, passa pelos objetivos e pelas utopias. É importante ressaltar que o dialogismo é composto por forças centrípetas e centrífugas: as centrípetas pedem a centralização do enunciado, uma absorção de uma ideia geral sem muitos questionamentos, dentro de uma intenção de doutrinação do enunciado do indivíduo; já as centrífugas expandem essa tendência centralizadora, tentam impedir o discurso monologizador para um discurso ampliado, e o riso é um fator importante para isso. Fiorin (2006) lembra que ao parodiar determinada “imposição” se quebra o monológico e se descentraliza a visão da sociedade.

A lógica de Bakhtin resiste a qualquer movimento que tente impor vontades sociais de poder, ações que estanquem movimentos e tentem comprometer a heterogeneidade discursiva, algo como um ponto final no diálogo. As charges não deixam as forças centrípetas imperarem, elas refutam essa possibilidade, pois estão sempre abertas a novas interpretações e quebram a imposição. “Não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para o contexto dialógico” (FARACO, 2003, p.52).

Esta charge é um bom exemplo para mensurar também a intenção do jornal ao reforçar o debate de um determinado assunto em uma charge que tradicionalmente estampa a capa do veículo (a definição da linha editorial de O

Globo será detalhada no capítulo 3). A imagem em questão, não se refere a um título específico da capa do dia, mas ao assunto que predomina nas manchetes de dias anteriores como exemplo registrado na figura 07, capa de O Globo de 20 de fevereiro de 2006. Portanto, trata-se de uma data anterior à data de publicação da charge, onde se pode ler na metade inferior à direita, uma manchete sobre Geraldo Alckmin, um dos candidatos do PSDB na disputa pela indicação do partido, para concorrer nas eleições presidenciais. Mas, além, desse registro a pesquisa pode confirmar que no dia 21 de fevereiro de 2006, a escolha do candidato do PSDB que disputaria a eleição dominava o caderno de notícias sobre a política do país, no jornal O Globo. No caderno cuja editoria se chama “O País”, de um total de dez páginas, sendo uma a capa, outras três páginas e meia são voltadas quase exclusivamente a falar da disputa interna do PSDB. O Globo dedicou neste dia mais espaço aos assuntos debatidos pelo partido tucano que a todos os demais assuntos políticos e outros interesses nacionais.

Alckmin: 'Vou dar emprego para chuchu'

• Em campanha para ser escolhido candidato do PSDB à Presidência, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, fez uma brincadeira com o apelido "picolé de chuchu", pelo qual é conhecido por evitar posições polêmicas. Disse que o mote de sua campanha será: "O Brasil vai crescer para chuchu, vai ter emprego para chuchu". Alckmin garantiu que não tem plano B para a hipótese de José Serra ser o escolhido. **Página 3**

Figura 8: Detalhe Capa O Globo em: 20.02.2006.

No dia em que a charge foi publicada, dia 21 de fevereiro de 2006, o assunto não estava nas manchetes principais, mas no conteúdo interno do veículo. De modo que a leitura da imagem para o leitor não habitual seria facilitada à medida que folheasse o jornal, ou recorresse à memória dos temas do noticiário da semana.



Figura 9: Capa de O Globo em: 21.02.2006.

A seguir analisamos uma sequência de charges a respeito do aniversário do Plano Real (figuras 10, 11 e 12), que pode ser lida em uma narrativa que demarca o jogo de forças centrípetas e centrífugas. A leitura narrativa foi possível considerando todos os jornais publicados naquele período, o que apenas o leitor habitual, atento ao enredo, poderia perceber. Ao estabelecer esta relação entre textos diversos, e ao relacionar a charge com os outros textos do periódico para a narrativa, se projetou a intertextualidade das mensagens.

O tema da charge é o projeto econômico lançado em fevereiro de 1994, que teve à sua frente FHC por apenas um mês, já que o então ministro da fazenda logo se desincompatibilizou do cargo para se preparar para a candidatura à presidente da República, de modo que a imprensa a ele atribuía a imagem de criador do projeto, de pensador, intelectual ou único responsável pelo projeto econômico brasileiro.

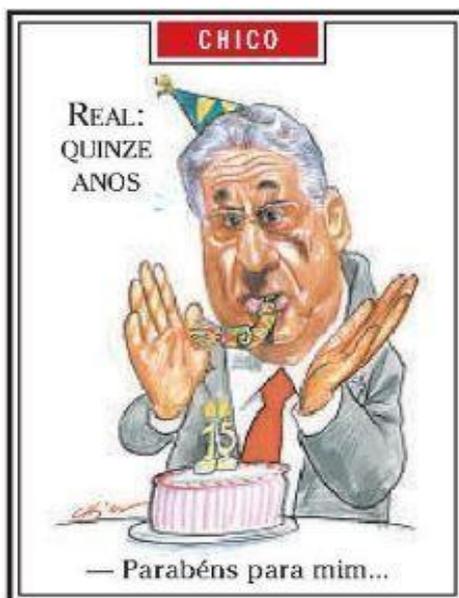


Figura 10: Chico Caruso. O Globo em: 09.07.2009.

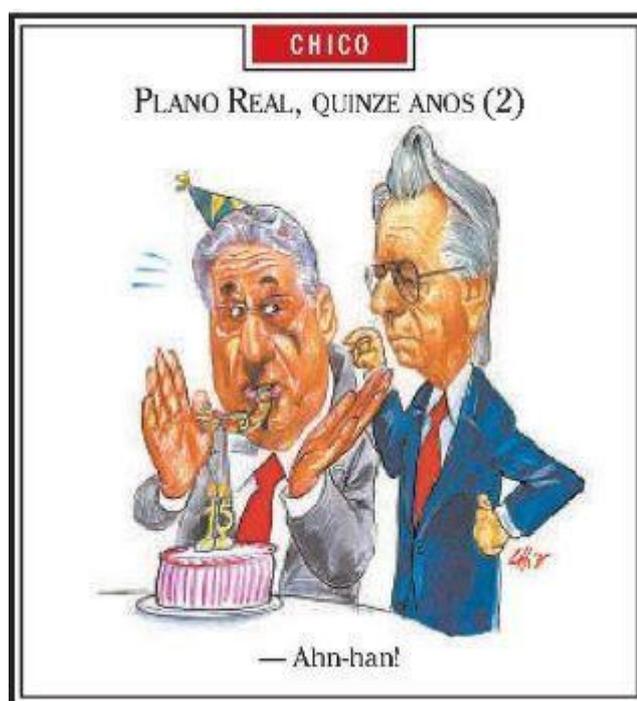


Figura 11: Chico Causo. O Globo em: 11.07.2009.



Figura 12: Chico Causo. O Globo em: 12.07.2009.

Na figura 10, FHC, propagado por diversos veículos de imprensa na década de 90 como o criador do plano real, comemora o aniversário de 15 anos desde a implantação do projeto. A mensagem comunicacional de associação do real à FHC até hoje é interpretada, equivocadamente, por muitos brasileiros, levados a pensar desta maneira (MATTEI; MAGALHÃES, 2010). A charge repercutiu e rendeu críticas e ciúmes entre outros políticos. O presidente do Brasil, na época da implantação do plano real, era Itamar Franco do PMDB e ele foi um dos que reclamava uma parcela de atuação para implementação do projeto. E, na narrativa das figuras 11 e 12, divulgadas nos dias seguintes do jornal O Globo, é ele quem acaba com a festa de FHC e leva o bolo de aniversário do plano real para comemorar. Aqui, as imagens servem de exemplos para entendermos a relação das teorias sobre as forças centrípetas que tentam impor uma mensagem, de unificação do discurso, elas estariam impondo que FHC criou o plano real e a história recente e as análises político econômicas mostram que muitas ações eleitorais estavam no jogo de interesses políticos do período, principalmente a intenção de eleger FHC presidente do Brasil. Já em oposição, as forças centrífugas ampliariam o entendimento, indicando que atribuir apenas a FHC a implantação do plano real seria um erro. As forças centrífugas nos pedem para ampliar o horizonte que não está presente nas charges. É uma resistência ao que se impõe.

Também tem relação com a interpretação dessas charges, o segundo conceito para dialogismo, no qual considera-se o discurso que é incorporado pelo enunciador como seu. Para Bakhtin (FIORIN, 2006), além das formas composicionais, é preciso atentar para o modo real da linguagem e o próprio modo de constituição do enunciado, absorvendo as interpretações alheias. Na figura 10, mesmo tendo noção da complexidade da implantação do plano real, e que diante disso não seria o único responsável pelo projeto, FHC comemora, assumindo mesmo que politicamente, um discurso criado como seu. O autor da imagem e o jornal que a publica encampam esta intenção, na análise única da imagem 10, que foi alterada ao longo dos dias.

O reforço da mensagem, transmitida através da charge, serve ainda para ironizar quem tem razão. Seria FHC, cuja expressão parece de incompreendido ou Itamar Franco que se mostra indignado com a fama do político que trabalhava sob seu comando. Joly ajuda a compreender através do que chama de fabricação da “imagem através da imagem”.

As imagens fabricadas imitam a sua principal característica é então a de imitar com tanta perfeição que elas se podem tornar virtuais e dar a ilusão da própria realidade, sem todavia o serem. Elas são então análogos perfeitos do real. Ícones perfeitos (JOLY, 2007, p. 44).

Já na análise do enunciado, Fiorin (2006) descreve duas formas de demarcar o discurso do outro no seu: uma é através da citação direta que cita de quem é a ideia, dá nome ao enunciador que influencia o discurso, o que Bakhtin chama de discurso objetivado; e outra possibilidade é o discurso bivocal, internamente dialogizado, em que o enunciador não se importa em esclarecer de quem são as citações, assumindo para si mesmo a ideia.

No discurso objetivado, o enunciador, no texto, pode expressar-se através de recursos da linguagem mesmo, como: discurso direto, discurso indireto, aspas ou negação. No discurso bivocal, nos interessa sobretudo a paródia, que aparece entre outras propostas como a estilização, a polêmica clara ou velada e o discurso indireto livre (FIORIN, 2006).

A paródia é um dos tipos de dialogismo mais recorrentes nas charges, a partir de uma analogia do conceito perpassado para a linguagem visual, deixando de lado o estilo da produção textual. A produção das charges é

proposital para que uma imitação acentuada ressalte as diferenças entre a referência e a paródia. Para entender o contexto, o leitor precisa resgatar sua memória e conhecimentos acumulados. “A paródia é uma imitação de um texto ou de um estilo que procura desqualificar o que está sendo imitado, ridicularizá-lo, negá-lo” (FIORIN, 2006, p.42).

Um exemplo de paródia está na figura 13, uma referência à pintura “Grito da Independência” de Pedro Américo, bastante recorrente nas charges de O Globo. Remontando o contexto político ilustrado em 1822, com Dom Pedro I às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo, a intertextualidade e a metáfora visual nos permitem refletir sobre os limites da independência do Brasil e nos questionar sobre outros momentos históricos, já que o presidente Fernando Henrique Cardoso se mostra dependente dos aliados políticos. A paródia do grito da independência, publicada no dia sete de setembro, tradicionalmente marcado por desfiles cívicos no país, faz pensar sobre o que se deve comemorar. A própria representação de Pedro Américo idealizou o evento como fato memorável, como parte de uma história grandiosa do país. As condições para a independência do Brasil, deixando de ser uma colônia de Portugal, ainda são questionadas por historiadores até hoje e essas críticas estão presentes no modo como o humor gráfico se apropria da narrativa para sátiras.



Figura 13: Chico Caruso. O Globo em: 07.09.1995.

Os casos de paródia ainda podem ser considerados exemplos de intertextualidade, dado que contêm particularidades textuais e também são da ordem da manifestação, da materialidade (FIORIN, 2006).

2.4.1 Dialogismo e intertextualidade

Alguns autores usam o termo intertextualidade como sinônimo ao dialogismo de Bakhtin, de forma errônea, segundo Fiorin. A versão que popularizou o termo intertextualidade surgiu a partir de 1967, quando a semioticista Julia Kristeva, na França, interpretou o dialogismo como um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de várias escrituras, um cruzamento de citações e passou a chamar o termo enunciado por texto e alterou, deste modo, a designação de dialogismo para intertextualidade. Roland Barthes difundiu o pensamento de Kristeva e a intertextualidade passou a ser o termo bastante usual por estudiosos do tema (FIORIN, 2006).

O equívoco para o uso dos termos como sinônimos estaria no fato de que Bakhtin considera que o enunciado é a forma de dar sentido e o texto é a forma de manifestação. “O enunciado não é manifestado apenas verbalmente, o que significa que, para Bakhtin, o texto não é exclusivamente verbal, pois é qualquer conjunto coerente de signos, seja qual for sua forma de expressão (pictorial e gestual, etc.)” (FIORIN, 2006, p. 52).

Discurso e texto são considerados distintos em si, mas poderíamos dizer, segundo Fiorin, que há relações dialógicas entre enunciados e entre textos, de modo que apenas as relações dialógicas materializadas deveriam ser chamadas de textos.

Isso pressupõe que toda intertextualidade implica a existência de uma interdiscursividade (relações entre enunciados), mas nem toda interdiscursividade implica uma intertextualidade. Por exemplo, quanto um texto não mostra, no seu fio, o discurso do outro, não há intertextualidade, mas há interdiscursividade (FIORIN, 2006, p. 52).

Para Kristeva:

Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade (KRISTEVA, 1974, p.64).

Para a autora existe uma relação entre autor e leitor (ou o equivalente a enunciador e enunciatário) de modo que essa relação participa dialogicamente de um eixo que cruza com a intertextualidade, como referente à relação de um texto e os demais intertextos, sejam eles novos ou anteriores ao texto que com eles dialoga (SILVA, 2003).

O que não interage diretamente com o entendimento de intertextualidade para Bakhtin poderia ser ainda a denominação de um tipo composicional de dialogismo: um texto no interior do outro texto, como um encontro de duas materialidades linguísticas, de modo que existam os dois textos, com independência um do outro (FIORIN, 2006).

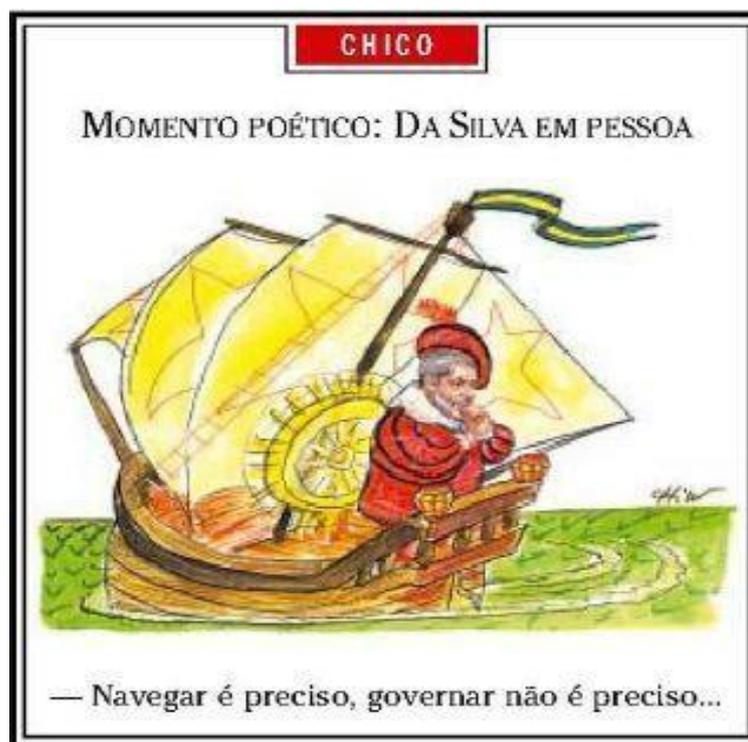


Figura 14: Chico Caruso. O Globo em: 11.10.05.

A figura 14 faz uma paródia e mostra um enunciado repleto de intertextualidades e expressões de linguagem. A cena remete aos navegadores portugueses. A roupa que Lula usa faz menção aos trajes tradicionais das imagens que nos mostram navegadores como Vasco da Gama, assim como a

embarcação remete às caravelas utilizadas nas viagens das comitivas portuguesas que desbravaram mares no século XV. A crítica, intertextual, porém, é relativa às viagens de Lula durante o primeiro mandato, como se o presidente não governasse o país e estivesse mais preocupado em viajar. O balanço da Presidência da República ao fim do segundo mandato de Lula, em 2010, indicou que ele fez 252 viagens ao exterior em oito anos de governo e esteve em 84 países. Cerca de metade delas, já nos primeiros quatro anos de governo, o que motivou essa paródia do chargista. E, além dos detalhes da imagem, as frases são exemplos de intertextualidade: “navegar é preciso, governar não é preciso”. O autor faz uma paródia com a frase do poeta Fernando Pessoa, cuja referência também aparece no título: “Da Silva em Pessoa”, ou seja, Lula na frase de Fernando Pessoa: “Navegar é preciso, viver não é preciso”.

Para findar os conceitos de dialogismo, o terceiro aspecto diz respeito à constituição do indivíduo como dialógico porque se constitui a partir do outro, a partir da construção da consciência, da apreensão do mundo sempre localizada historicamente com relação ao outro. O sujeito apreende as vozes de seu entorno, ele está imerso, o que implica dizer que suas relações dialógicas também estão (FIORIN, 2006). Vale ressaltar que como ele situa-se com relação ao outro, não está nunca fechado, está sempre aberto a mudar de posição e interagir com outros diálogos ou o mesmo que disposto a mudar de ideia.

O mundo interior é a dialogização de heterogeneidade de vozes sociais. Os enunciados, construídos pelo sujeito, são constitutivamente ideológicos, pois são uma resposta ativa às vozes interiorizadas. Por isso, eles nunca são expressão de uma consciência individual descolada da realidade social, uma vez que ela é formada pela incorporação de vozes sociais em circulação na sociedade (FIORIN, 2006, p. 58).

2.5 CARNAVALIZAÇÃO

O riso é elemento essencial para a leitura das charges, dentro do humor gráfico. O conceito de carnavalização de Bakhtin (2002) aponta para práticas em que um novo mundo seria possível, com uma proposta utópica de que os

padrões, poderes, hierarquias e todas as formas que convergem em forças centrípetas poderiam ser dissolvidos na sociedade.

A carnavalização transpõe o espírito carnavalesco para a arte compreendendo o mundo, superando toda e qualquer diferença entre os grupos sociais. Bakhtin viu no carnaval uma força poderosa e vivificante, transformadora, que poderia proclamar a relatividade de tudo (FARACO, 2003) justamente por permitir uma vida às avessas, em que as leis, proibições e restrições que determinam a estrutura e a ordem da vida ordinária são suspensas. Acabar com as hierarquias e as formas de reverência, piedade ou etiqueta, suspenderiam a desigualdade entre as pessoas.

O carnaval entendido por Bakhtin é a festa do século XVII que poderia ser traduzida como uma nova sociedade, já que durante as festas simulava-se a suspensão das leis, das proibições e das restrições. A estrutura era determinada dando outra ordem hierárquica para a vida em sociedade. A possibilidade de um outro mundo deveria negar o existente com o senso carnavalesco de mundo (FARACO, 2003).

A analogia com a filosofia do riso nos interessa na análise porque faz refletir sobre a dessacralização dos discursos oficiais e das regras que são consideradas imutáveis na sociedade. Bakhtin (2002) desenvolve esse conceito baseado na análise da obra Rabelais, de Doistoiévski, mas essa análise é considerada, pelo próprio autor, como uma contemplação utópica de alterar a concepção de mundo.

O riso participaria de uma nova construção histórica já que pode relativizar e dessacralizar os poderosos, fazendo com que a consciência sócio ideológica passe a percebê-los como um entre muitos. Na ambivalência carnavalesca que tudo relativiza, a natureza carnavalesca da paródia é outro ponto da visão ambivalente do enredo.

O riso carnavalesco também está dirigido contra o supremo; para a mudança dos poderes e verdades, para a mudança da ordem mundial. O riso abrange os dois pólos da mudança, pertence ao processo propriamente dito de mudança, à própria crise. No ato do riso carnavalesco combinam-se morte e o renascimento, a negação (a ridicularização) e a afirmação (o riso de júbilo). [...] É essa a especificidade do riso carnavalesco ambivalente (BAKHTIN, 2002, p.127)

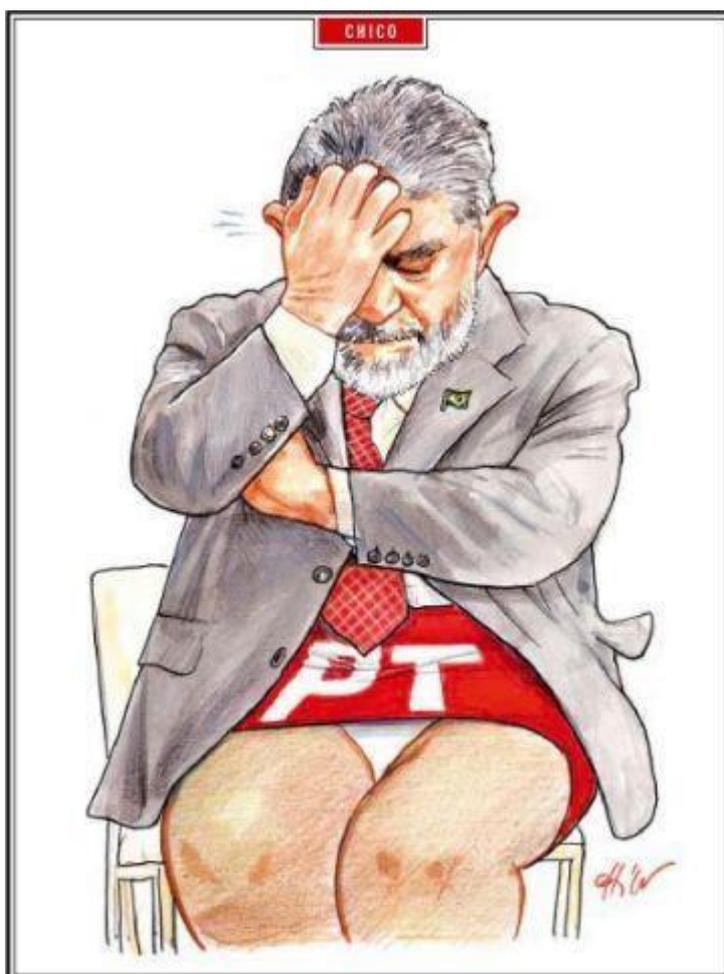


Figura 15: Chico Caruso. O Globo em: 12.06.2005.

A primeira análise da figura 15 é de gozação, zombaria. Ao publicar o presidente do país sentado, de saia e com a roupa íntima à mostra, o tom é de piada, de riso, o deboche que dessacraliza o poder de Lula. E outros símbolos da imagem ajudam a detalhar o tom que desrespeita o posto e também o partido dele, o PT. Lula aparece envergonhado, preocupado, em meio às notícias da época que relatavam esquemas de corrupção já no primeiro mandato de Lula, como o mensalão que chegava naquela semana ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares e ainda a denúncia de que o PT, junto com PMDB e PTB, usava cargos públicos federais para desviar verbas para as agremiações partidárias, caso que ficou conhecido como “fabriquinhas de dinheiro”. Ao desenhar Lula de “saia justa”, cria-se uma linguagem figurativa de um termo atribuído a uma situação embaraçosa. Saia justa era a situação em que Lula se encontrava perante a opinião pública. As gotículas ao lado do rosto

preocupado e cabisbaixo de Lula, também indicam constrangimento (RAMOS, 2016). A expressão da face é importante e mostra que a situação era de vergonha para Lula e para o partido que se identificava como representante mais próximo do povo, contrariando a imagem de honestidade. E o jornal fez uma crítica explícita a Lula, ao usar quase um quarto da capa para ilustrar o presidente envergonhado de si e do partido (figura 16).



Figura 16: Capa de O Globo em: 12.06.2005.

Há uma analogia possível com a carnavalização, não de mudança, mas pelo efeito de retirar o poder, e quase desnudar o presidente diante dos leitores do jornal. Analisar exige que se tenha à disposição, mentalmente, elementos semelhantes, mas que não estão presentes na mensagem, de forma que se pode fazer substituições comparativas e que, por vezes, são propositais. Assim, a associação mental permite localizar os elementos que compõem a imagem: vê-se um homem e não uma mulher; vê-se uma curva e não uma linha reta. Essas relações permitem a análise por aquilo que as imagens não

são (JOLY, 2007). A presença e a ausência exigem imaginação, mas ampliam a possibilidade de escolha.

É a partir desses fundamentos teóricos que passamos a analisar os exemplos selecionadas dos dois ex-presidentes do Brasil, voltados especificamente para os projetos econômicos de ambos.

3. TOMANDO PARTIDO

O humor pode ser um instrumento de reflexão: essa era uma das funções do bobo da corte que expressava críticas que só eram toleradas pelos reis através da sátira (MOTTA, 2006). Os chargistas dão forma a essa função, esse papel de zombar dos governantes políticos, tomando partido, apresentando suas interpretações e, algumas vezes, tentando trazer à tona uma verdade que se pretende esconder. As contradições entre o personagem e a situação real funcionam como crítica social. Os elementos intertextuais nos permitem observar como o humor funciona de modo efetivo nessas críticas que chegam ao destinatário. Motta (2006) traduz a relação das charges com os poderosos como ambígua, como uma técnica que pode provocar revolta colocando “mais lenha na fogueira” política ou mesmo desmobilizando a ira através do riso e favorecendo uma reflexão ponderada, acalmando os ânimos.

É com essa perspectiva que vamos mostrar como charges contribuíram para narrar os principais projetos econômicos dos ex-presidentes FHC e Lula, sendo incômodas mesmo quando não zombavam. Apesar deste aspecto, os políticos não devem ser vistos apenas como vítimas das charges: “Muitos deles as encaram como apontamentos de equívocos que podem ser corrigidos” (MOTTA, 2006).

Nesta pesquisa, o levantamento foi feito a partir dos 16 anos das gestões de FHC e de Lula. Foram elencadas 2.441 charges, nas quais os ex-presidentes foram registrados. O foco de análise são as cenas nas quais é possível identificar FHC ou Lula, caricaturizados por seus discursos, projetos, ações ou por críticas às políticas de governo capitaneadas por eles. De modo a facilitar a busca pelos itens a serem analisados, foram criados arquivos de imagens individuais para FHC e para Lula, sendo que cada um foi subdividido em pastas com os anos de administração e, dentro de cada subpasta anual, novos compartimentos com divisões dos meses. Os arquivos foram salvos através de um recorte da imagem exibida no acervo digital do jornal O Globo, com a extensão “png”, nominados um a um da seguinte forma: data, nome (do personagem), tema da editoria da notícia e uma referência pontual do assunto, como por exemplo: 01011995.FHC. ECONOMIA.PLANOREAL. O nome do

arquivo começa pela data em que foi divulgado no jornal, o que facilita o retorno ao acervo para dirimir eventuais dúvidas.

Neste levantamento de dados do governo FHC, foram representados em arquivos individuais, compartimentados em 1293 charges e, no governo Lula, foram mais 1148. Os arquivos foram subtraídos a partir de uma busca que passou por todos os exemplares do jornal O Globo que foram publicados e que estão armazenados digitalmente entre o período que compreende 01 de janeiro de 1995 e 31 de dezembro de 2010. Os exemplares do periódico são digitalizados diariamente e colocados no acervo e o acesso é permitido através do pagamento de uma assinatura mensal. Apenas poucos exemplares cujo acesso foi prejudicado por falha no armazenamento ou mesmo por impedimento judicial não foram somados a esta pesquisa.

Como forma de reduzir os exemplos e possibilitar uma análise detalhada, foi feito um recorte sobre o tema economia. Para selecionar os projetos econômicos de maior impacto das gestões em análise, foi utilizada a pesquisa feita por Lauro Mattei e Luis Felipe Magalhães, em “A política econômica durante o governo Lula: cenários, resultados e perspectivas” (2010) que aponta os principais aspectos das equipes econômicas dos dois governos. Para a análise recorreremos às teorias que ajudam a embasar as diferenças econômicas entre os dois governos: neoliberal de FHC e neodesenvolvimentista de Lula, a partir de autores como Giovanni Alves, Claudio Katz, Fábio Giambiagi e Marcos Nobre, que também contribuíram para caracterizar a conjuntura histórica do projeto econômico de cada um: FHC e PSDB e de Lula e PT.

É necessário situar o jornal O Globo politicamente, um jornal conservador, cuja linha editorial pode ser notada através de exemplos e análises feitas na pesquisa.

3.1 A INFLUÊNCIA EDITORIAL NO HUMOR

A análise desta pesquisa está integralmente referenciada pelos arquivos digitais do jornal O Globo, pertencente ao poderoso grupo de comunicação das

Organizações Globo que, além de diversos periódicos impressos em diferentes estados brasileiros, envolve emissoras de rádios, um portal de notícias e entretenimento, além da emissora de televisão com maior audiência do país. Em 2011, foi editado um código de conduta para as empresas de comunicação integrantes do grupo e principalmente para os seus funcionários. O manual se chama Princípios Editoriais de O Globo e nos ajuda, ao menos, a delinear posições controversas na publicação do jornal.

A linha editorial de O Globo mostra-se próxima ao poder econômico vigente no país, reproduzindo interesses da elite brasileira. E é possível analisar que esta linha editorial do jornal foi, em diversos momentos, decisiva no alinhamento seletivo de notícias e de tomada de posições diante de fatos históricos. Por isso, neste tópico, vamos dedicar atenção para situar o leitor desta pesquisa a respeito de como as posições editoriais e políticas que o jornal escancarou em suas páginas o colocam em defesa da elite financeira do Brasil (ALVES, 2016), representada pelo espectro da direita, em oposição à esquerda. Este esclarecimento se mostra importante para identificar as doses de acidez apontadas nas críticas aos políticos, cujas charges estão em análise.

Apesar disso, os princípios editoriais⁵ da empresa pregam que “as Organizações Globo são apartidárias, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos; as Organizações Globo são independentes de governos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos; as Organizações Globo são independentes de grupos econômicos, e os seus veículos devem se esforçar para assim ser percebidos” (O GLOBO, 2011). E entre outras condutas, prevê que “nenhum veículo fará uso de sensacionalismo, a deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoções com o objetivo de atrair uma audiência maior” e ainda que “os veículos das Organizações Globo expressam, em seus editoriais, uma opinião comum sobre os temas em voga. Os textos podem e devem divergir no estilo, no enfoque, na ênfase nesse ou naquele argumento, mas a essência é a mesma. Essa opinião deve refletir a visão do seu conselho editorial, composto por membros da família Marinho e jornalistas que dirigem as redações. Nenhum outro jornalista do grupo precisa, porém, concordar com

⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/> Acesso 30 março 2018.

tais opiniões”. E o manual ainda coloca como imperativo a seus funcionários que:

“as Organizações Globo não serão, portanto, nem a favor nem contra governos, igrejas, clubes, grupos econômicos, partidos. Mas defenderão intransigentemente o respeito a valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente: a democracia, as liberdades individuais, a livre-iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (O GLOBO, 2011).

Levando em consideração alguns aspectos elencados aqui sobre a atuação do grupo, a análise adiante trata de alguns exemplos da história recente do Brasil que nos mostram, ao menos, divergências entre os “princípios” e a prática do periódico.

3.1.1 Manifestações de Junho de 2013

Um dos momentos recentes a ser lembrado para que O Globo demonstrasse e reconhecesse publicamente sua posição tendenciosa, surgiu após os protestos de junho 2013. Com movimentos diversos nas ruas e com a pluralidade de demandas, as primeiras manifestações⁶ foram atribuídas ao

⁶ A partir de junho de 2013, as manifestações se ampliam e se diversificam em resposta à repressão policial dirigida à manifestação paulista organizada pelo MPL local. Nesse momento, o repúdio à repressão legitimada pelo Estado, por um lado, e a solidariedade à liberdade de expressão da cidadania, por outro, formaram o mote para a ampliação das manifestações em todo o país. O direito ao exercício da cidadania, da voz e da opinião pública a partir do povo propriamente dito era o que estava em jogo. Esse foi um sentimento que se transformou numa articulação discursiva de defesa da participação cidadã, num sentido excessivamente genérico, estimulado através de um discurso mediático de longo alcance, mas de pouco aprofundamento. O resultado foi o aumento exponencial do número de participantes e a multiplicação, em vários territórios urbanos, de manifestações autônomas, expressando solidariedades, mas também, frequentemente, antagonismos verbais e, às vezes, físicos entre subgrupos, devido à expressão de alinhamentos políticos e (ou) partidários em disputa. A manifestação, como “movimento”, se diluía na “multidão”, num sentido mais amplo. (Scherer-Warren, 2014, p.419).

Movimento Passe Livre (MPL), (SCHERER-WARREN, 2014) quando estudantes tomaram as ruas de São Paulo, pressionando o governo pela redução da tarifa de ônibus e foram seguidos ao longo dos dias e até em meses subsequentes por outros movimentos. Cabe lembrar aqui, para contextualizar a posição de O Globo, que durante diversos dias criticou o movimento espontâneo o reduzindo a indicações como: tumulto, vandalismo e marcha de insensatez. O jornal só mudou os termos de referência ao movimento após ser amplamente julgado pelos participantes e veementemente exposto nas redes sociais. As Organizações Globo se tornaram alvo dos movimentos nas ruas. Na edição do dia 12 de junho de 2013, (figura 17) O Globo citava os protestos no Rio de Janeiro como “a marcha da insensatez” e, no dia seguinte, alegava que “havia apoio de partidos” ao MPL, julgando as manifestações como absurdas e atribuindo aos organizadores a responsabilidade pelos atos de vandalismo⁷, o que ocorreu, mesmo após os mesmos declararem que não tinham controle da situação. Na edição seguinte, do dia 13 de junho de 2013 o jornal acusava o MPL de usar causas artificiais para o movimento e alegava que as pessoas mais afetadas pelos problemas não eram manifestantes. Para Alves (2016), as jornadas de 2013 foram manipuladas midiaticamente pela pauta da direita, com ampla cobertura da mídia hegemônica.

⁷ A grande mídia teve um papel bastante ambíguo nas manifestações de 2013. Habituada a, historicamente, criminalizar os movimentos sociais, o que vinha ocorrendo desde a ditadura até recentemente, de acordo com algumas pesquisas das ciências sociais, ela dispensou um tratamento inicial adverso às recentes manifestações e aos manifestantes, após um deslumbre em relação às vozes da rua e, finalmente, uma atitude que revela não saber claramente como agir em relação à criminalização ou não dos manifestantes, como no caso do Black Bloc. Por parte de manifestantes, quase de uma forma generalizada, houve reações explícitas aos comprometimentos políticos tradicionais da grande mídia. (Scherer-Warren, 2014, p.420).



Figura 17: Capa O Globo em: 13.06.13.

E nos dias subsequentes permaneceu a crítica na maioria dos veículos das Organizações Globo. Alves (2016) ressalta que o Jornal Nacional, do mesmo grupo de comunicação, se tornou um porta-voz da reação conservadora, durante os protestos. Somente após uma semana, a cobertura mudou os termos de referência ao movimento, a partir do dia 17 de junho, o protesto passou a ser definido como pacífico e citado como expressão democrática e já não se dizia que causavam qualquer prejuízo (ALVES, 2016). No dia 17 de junho o protesto ocorreu em função dos gastos para realização da Copa das Confederações no país, quando jovens se manifestaram do lado de fora do estádio do Maracanã, durante a partida entre Brasil e México. (Figuras 18 e 19).



Figura 18: Capa de O Globo em: 17.06.2013.



Figura 19: Capa O Globo em: 17.06.2013 (recorte e grifos da pesquisa).

3.1.2 “A verdade é dura, Rede Globo apoia a ditadura”

E, ao longo dos dias, a intensidade das críticas usadas nos jornais do grupo foi se diluindo, mas os manifestantes tomaram as rédeas da situação.

Foram as respostas às críticas dos veículos de comunicação do grupo, dadas por diferentes manifestantes no país, que ampliaram os movimentos e passaram a relembrar as posições políticas que o grupo Globo tomou ao longo da história (figuras 20 e 21), principalmente de apoio ao Regime Militar no golpe de 1964.



Figura 20: Fonte: Federação Única dos Petroleiros.



Figura 21: “O Povo não é bobo, abaixo a Rede Globo” ⁸.Carta Capital.

Essas imagens (figuras 20 e 21) O Globo não publicou, mas o grupo se viu prejudicado com o crescimento das críticas das ruas que repercutiram nas redes sociais e internacionalmente, e somente depois de manifestações em frente a algumas emissoras e jornais do grupo, que a direção resolveu responder publicamente com uma nota veiculada por todos os seus noticiários de rede nacional. Ao analisar a minuciosa composição de palavras usadas no texto é possível notar que as Organizações Globo estavam constrangidas ao se obrigarem a dar uma resposta como esta. A resposta pública admitia apoio ao Golpe de 64, mas se distanciava da crítica dos manifestantes afirmando que eles apenas fizeram uma “lembrança histórica” sobre a posição do grupo. O documento foi divulgado no dia 31 de agosto de 2013, cerca de dois meses após o início dos movimentos, mas quase 50 anos depois do Golpe de 64. É notório, também, que o jornal não assume a responsabilidade sozinho e cita, ao longo da extensa nota, que outros jornais como “O Estado de São Paulo, a Folha de São de Paulo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã fizeram o mesmo, e ainda divide a responsabilidade pelo erro com grande parcela da população”

⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/dez-razoes-para-nao-comemorar-os-50-anos-da-Globo-1267.html>. Acesso 20 março 2018.

(O GLOBO, 2013). E segue no texto, alegando que naquele momento se justificava a intervenção dos militares pelo 'bem' do país. Ao contextualizar sua defesa, O Globo quer deixar o passado esquecido e afirma que "o apoio ao golpe de 64 ficou para trás, é história", ignorando assim qualquer reflexo do que ocorreu no país.

É importante ressaltar que o jornal aproveitou o lançamento de um novo caderno digital chamado "Memória" para fazer a publicação da culpa, apesar de camuflada na chamada festiva, a resposta do grupo as manifestações foi tecida em dois terços de uma página (figura 22). O trecho da reportagem de O Globo reproduzido abaixo finaliza o texto com a admissão do erro, mas sem um pedido formal de desculpas.

Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma(O Globo. 01.09.2013, p.15).



Figura 22: O Globo. Páginas centrais 14 e 15. Lançamento Caderno Digital “Memória”.

3.1.3 “Apesar da resistência de militares, Comissão da Verdade será mantida”

O episódio entre manifestantes e a poderosa Organizações Globo aumenta a lista de posições em detrimento à defesa popular. Neste enredo, também é possível relembrar que dois anos antes da divulgação da carta de reconhecimento de apoio ao Golpe Militar, o periódico em 2011 havia publicado reportagens defendendo o pedido de alguns integrantes do Exército para que não fosse formada a Comissão Nacional da Verdade⁹. Algumas reportagens

⁹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, durante o governo da presidente Dilma Roussef. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de

nos indicam novamente uma tomada de posição político ideológica de O Globo, em defesa de interesses dos militares.

Em uma reportagem do dia 09 de março de 2011, uma página inteira do jornal (figura 24) foi dedicada ao assunto, inclusive como reportagem exclusiva (quando somente este veículo alega ter dados para divulgação). É fato que o repórter colocou as opiniões de dois representantes do governo federal, mas também é notório que concedeu mais espaço para os argumentos do Exército. Na repercussão do tema, o assunto voltou à pauta no dia seguinte, mas desta vez, a publicação tomou posição na manchete da reportagem (figura 25) “Apesar da resistência de militares, Comissão da Verdade será mantida”. O contexto nos faz concluir que a reportagem compreende como necessária que seja suspensa a criação da Comissão da Verdade. O Globo estava, mais uma vez, chancelando o pedido para que não houvesse investigação, alinhado às Forças Armadas, também posicionadas no espectro da direita elitista (figura 23).



Figura 23: Capa O Globo em: 09.03.2011.

2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso: 02 abril 2018.

Apesar de resistência de militares, Comissão da Verdade será mantida

Ministério da Defesa admite que recebeu documento com críticas

Evandro Éboli

• BRASÍLIA. O Ministério da Defesa divulgou nota ontem, confirmando a resistência das Forças Armadas à criação da Comissão da Verdade. Mas informou que as divergências internas sobre o assunto já foram superadas e que prevalece a posição do governo, da presidente Dilma Rousseff, de que a comissão seja instalada e de que o Congresso aprove o projeto original, que prevê apuração de violação de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar.

Em documento, revelado ontem pelo GLOBO, o Comando do Exército, com apoio da Marinha e da Aeronáutica, se posicionou contra a instalação da comissão por considerá-la revanchista, alegando que ela provocaria tensões e sérias desavenças.

"A manifestação do Exército foi superada, ainda no ano de 2010, em face da posição inequívoca do ministro da Defesa (Nelson Jobim) a favor da íntegra do

projeto na forma em que foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República, sem nenhuma objeção do Comando do Exército", diz a nota. "O ministro da Defesa, falando por si e pelas três Forças, reitera seu compromisso de trabalhar pela aprovação, no Congresso Nacional, da íntegra do texto do projeto", diz a nota.

"Saber o que ocorreu é essencial"

O documento gerou reações dos integrantes da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à Secretaria de Direitos Humanos. O presidente da comissão, Marco Antônio Barbosa, disse que não há propósito revanchista:

— Lamento e considero uma pena que as Forças Armadas tenham essa visão. É um assunto que não diz respeito a essa geração de militares. Saber o que ocorreu nos porões da ditadura é essencial para cicatrizar feridas.

O presidente da OAB do Rio, Wadih Damous, afirmou que o documento é lamentável e que os militares deveriam ser os maiores interessados na apuração desse passado.

— Infelizmente, o Brasil dá péssimo exemplo para a História com essas posições atrasadas. Não é verdade que haverá uma crise ou retaliação se a comissão for criada — disse.

Na nota, a Defesa informou que a informação foi repassada à assessoria parlamentar no Congresso em setembro de 2010. O documento ao que GLOBO teve acesso exibia despacho de fevereiro deste ano.

— O governo precisa afinar sua opinião sobre essa matéria — disse o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), antes de tomar conhecimento da nota. ■

O GLOBO NA INTERNET
OPINIÃO Você é a favor da apuração dos crimes na ditadura militar?
 oglobo.com.br/pais

Figura 25: Reportagem O Globo "Apesar da resistência de militares, Comissão da Verdade será mantida" em: 10.03.2011.

3.1.4 Das manifestações de 2013 ao *Golpe Branco* em 2016

O impeachment de Dilma Rousseff (PT), em 2016, é considerado um golpe dentro de um âmbito que inclui a influência dos meios de comunicação. Na cobertura das manifestações de junho de 2013, iniciadas em 12 de março de 2013, Alves (2016) avalia que houve uma evidente manipulação para transformar as reivindicações populares em ataques apontados para o governo de Dilma Rousseff. As manchetes do jornal, como visto no item 3.1.1 foram alteradas ao longo de uma semana, e somente a partir do dia 19 de junho de 2013, os veículos de comunicação do grupo Globo modificaram os termos que identificavam os acontecimentos, mas, com isso, o jornal, segundo Alves, passou a refletir a insatisfação para o âmbito federal, ou seja, as reivindicações

que deveriam ser atendidas pelos Estados e Municípios começam a recair sob o Governo Federal. Alves (2016) analisa que o objetivo era desde então atingir a presidente Dilma Roussef. No dia 19 de março de 2013, o Jornal Nacional, da emissora de TV Globo, mostra queda de popularidade de Dilma e o tema mais recorrente, desde então, passa a ser a corrupção. Além disso, o autor analisa que o grupo passa a demonizar os partidos políticos de esquerda que têm capilaridade e militância como o PT. Com isso, os protestos vão deixando de ter características voluntárias e se tornam “uma festa popular contra a corrupção no país e o governo eleito passa a ser deslegitimado” (ALVES, 2016).

Historicamente, apenas o tema da corrupção, no Brasil, propicia a manipulação perfeita do público cativo: aquela que não toca nem de perto no acordo das elites nem nos seus privilégios e permite focar todo o fogo no inimigo de classe da ocasião (ALVES, 2016, p. 88).

Giovanni Alves também atribui a um golpe de Estado, o que ele chama de *golpe branco* o que ocorreu no Brasil em 2016, dentro uma conjuntura nacional e com articulações entre Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Procuradoria Geral da República, Ministério Público Federal e Polícia Federal, juntamente com a Operação Lava-Jato e com intensa manipulação da opinião pública pela grande imprensa, com destaque para a TV Globo (ALVES, 2016).

Optou-se pela estratégia do “golpe branco”, utilizando-se para isso, de um mecanismo complexo de desestabilização contínua explorando-se o cenário de crise da economia, inflação e noticiário constante de acusação de corrupção do PT e do governo. Desde 2013, a inquietação social das camadas médias demonstradas nas jornadas de junho – similar às ocorridas no Norte da África e Ucrânia – tornaram-se caldo de manipulação dos agentes ideológicos da direita organizada (ALVES, 2016).

A própria presidente eleita em 2010 e reeleita em 2014, e que foi destituída em 2016 no golpe (ALVES, 2016) não poupa críticas ao grupo Globo que, mesmo depois de contribuir para sua substituição, ainda dispara para ela críticas e responsabilidades por crimes não comprovados. No dia 23 de setembro de 2017, mais uma vez um editorial de O Globo escancarava críticas ao governo da petista, inclusive condenando-a e atribuindo a ela a

responsabilidade pela corrupção no Brasil (figura 26). No dia seguinte, Dilma Rousseff publicou uma nota de repúdio ao jornal, na qual informava que sequer foi ouvida pelo grupo jornalístico de O Globo e reforçava a crítica ao papel que o periódico prestava ao país, omitindo fatos e criticando situações não comprovadas.

O papel antidemocrático de empresas jornalísticas como a Globo é sempre lembrado pelo povo, que não esquece a raiz do fascismo nas hostes dos falsos moralistas de plantão. Depois, não adianta pedir perdão (ROUSSEFF, 2017).



Figura 26: Página 20. Opinião. Papel de Dilma ganha espaço na corrupção em: 23.09.2017.

Dilma Rousseff na mesma declaração acusou O Globo de favorecer o impeachment que a destituiu do cargo de presidente do Brasil, alinhado com a frente de empresários da elite conservadora da direita brasileira. Esses são alguns momentos históricos recentes que contribuem para mostrar, sem melindres, a tomada de posição de O Globo.

Apesar disso, a imprensa brasileira preconiza pautar-se por ética e imparcialidade, o que aliás está previsto no artigo segundo do Código de Ética da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ) atualizado em 2007:

Art. 2º Como o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental, os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse, razão por que: I - a divulgação da informação precisa e correta é dever dos meios de comunicação e deve ser cumprida independentemente da linha política de seus proprietários e/ou diretores ou da natureza econômica de suas empresas (FENAJ, 2007, p. 1).¹⁰

Este delineamento político, apontando a posição do jornal ligado às frentes de direita ao longo dos anos, contribui para mostrar o tratamento dado aos governantes analisados nesta pesquisa, até porque existem entre eles posições distintas, FHC alinhado à direita e Lula, alinhado à esquerda. Um maior detalhamento sobre isso será feito no capítulo 04.

3.2 CHICO CARUSO “CONSERVADOR OU REACIONÁRIO”

“O humor é uma arma fundamental na democracia para criticar os poderosos”: a frase estampa uma reportagem do acervo e memória do arquivo digital de O Globo. Com esta afirmação o jornal reconhece a importância do destaque diário oferecido em primeira página aos leitores. Outra referência encontrada no próprio jornal que ovaciona a importância das ilustrações do jornal é a informação de que desde a primeira edição publicada em 29 de julho de 1925, com caricaturas e charges estampava a capa do periódico que alega assim ter incluído as charges ao DNA de O Globo.

Diversos cartunistas passaram pelo jornal, porém, considerando o limite temporal desta pesquisa, foram encontradas obras de três principais autores: Erthal, chargista geralmente ilustrador de editoriais do jornal, Aroeira cujos trabalhos ficavam em evidência quando fazia a cobertura de férias do principal desenhista da casa, Chico Caruso.

¹⁰ Disponível em

http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf.

Acesso 02 março 2018.

Ao longo da pesquisa foi possível identificar que O Globo também fez mudanças significativas na apresentação do jornal. Em 1999, por exemplo, a plástica do impresso passou a ser apresentada diariamente em cores na capa, ou primeira página e cadernos internos do jornal destacando ainda mais a produção dos desenhos. Anteriormente, apenas alguns destaques eram coloridos.

Júlio Erthal é um dos autores de charges publicadas em preto e branco no jornal, com traços cultuados pelos colegas e reconhecido pela habilidade de utilizar uma diversidade técnica de produção, já que foi um dos primeiros a dominar as técnicas digitais. Ele deixou a redação de O Globo no final da década de 90. O cartunista carioca ainda trabalhou para veículos como O Pasquim, Veja, Época, Manchete e a última redação de que se tem registro do seu trabalho é do jornal O Globo. Logo após deixar o grupo, lançou, em 1998, um livro com seus principais traçados intitulado Fatores de Risco, a coletânea de caricaturas e charges que produziu profissionalmente durante o governo FHC, e que lhe rendeu prêmios e troféus em salões nacionais e internacionais de humor. Erthal, na época analisada nesta pesquisa, publicava principalmente desenhos para o editorial do jornal, espaço dedicado à opinião do jornal.

Além dele, outras charges são de autoria do chargista Renato Aroeira, mineiro que passou pelas redações de O Globo, Brasil Econômico e o Jornal Dia, e se mostra mais crítico a todas as esferas de poder. Usa a página pessoal do Facebook para expor seus trabalhos e geralmente provoca polêmicas com seus seguidores ao criticar, por exemplo, a Operação Lava Jato¹¹. Aroeira também é saxofonista e se apresenta junto com os irmãos Caruso no espetáculo “30 anos de democracia: Que país é este?”. Em entrevista ao portal Diário de Centro do Mundo revelou alguns pensamentos políticos e um pouco da produção, à época da entrevista em setembro de 2015. Reproduzimos aqui alguns trechos que justificam o ponto de vista do autor analisado nesta pesquisa.

¹¹ A Operação Lava Jato investiga corrupção e desvio de dinheiro público, desde março de 2014, a partir do Ministério Público Federal e da Justiça Federal de Curitiba. Empreiteiras, estatais e agentes políticos foram os principais alvos da operação. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br>. Acesso em 10 março 2018.

A entrevista¹² foi concedida ao jornalista Pedro Zambarda, do Diário do Centro do Mundo, no dia 17 de setembro de 2015.

DCM: Como você lida com acusações de leitores que acham que você é “governista”?

Aroeira: Não há o que fazer com isso. No Facebook, ou em outras mídias sociais, você pode argumentar e, se xingarem sua mãe, bloquear. Mas na realidade, não se lida com coisas assim. Tenho montes de críticas ao governo, à Dilma, ao PT, à roubalheira, à esquerda e as faço. Estão lá, desenhadas. Só que também critico estes crápulas e esses cínicos inacreditáveis que querem derrubar a dona. Assim como critico os juizes em sua investigação seletiva, além da inação, estupidez e a fragmentação da esquerda, da imprensa e por ai vai. E critico mais o que me parece pior, ou mais urgente, ou mais injusto.

DCM: Você acredita que falta crítica social no humor?

Aoeira: Sim. E muitas outras coisas.

DCM: Faltam críticas aos ataques feitos a Dilma na grande imprensa? O jornal O Dia é um espaço que você tem para se manifestar desta forma?

Aroeira: O que me parece faltar por aí não é pauta, mas sim profundidade. Tudo é excessivamente simplificado e é tudo rasteiro. Imposto é ruim, governo é feio, oposição é boa, PT é ladrão, vai pra Cuba, etc. E as pessoas acham que a minha “função” é bater na Dilma. No meu trabalho no Dia, eu faço o que quero. Tenho total liberdade. (...)

DCM: Você já trabalhou no Globo. Os cartuns por lá andam muito patronais?

¹² Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/tudo-e-excessivamente-simplificado-e-rasteiro-o-cartunista-aroeira-no-dcm-por-pedro-zambarda/> Acesso em 12 março 2018.

Aroeira: Se for seguindo a orientação da chefia, definitivamente não. O Chico [Caruso] só desenha o que pensa, mesmo. Ele apenas tem visões muito diferentes das minhas. Eventualmente discutimos nossos pontos de vista, mas somos amigos. Eu toco saxofone no espetáculo dele e do irmão chamado “30 anos de Democracia”. Sei muito bem, e por experiência própria, que ele só faz o que quer.

Como os exemplos de charges analisados nesta pesquisa, em sua grande maioria, foram traçados pelo chargista Chico Caruso, autor que ainda resiste às facilidades tecnológicas e alega usar tesoura e cola para as composições, dedicamos um pouco mais de palavras para entender sua compreensão do que faz e de como pensa para criar suas charges e caricaturas.

Em uma entrevista que pode ser reproduzida pelo Youtube¹³, em 2009, ele demonstra que recorta mesmo imagens e as próprias charges anteriores para produção de novas cenas. Chico Caruso alega que a veia criativa leva em conta as principais manchetes de jornais que ele acompanha diariamente, existe intertextualidade na produção do chargista que prefere closes das pessoas, considerando os critérios de uma caricatura. Chico Caruso começou a publicar no O Globo na edição de 5 de fevereiro de 1984, sempre na capa do jornal, ganhando prestígio entre os diretores do jornal e, até abril de 2018, ainda fazia publicações diárias com charges de alguns dos nomes da política e da economia. No acervo digital de O Globo, a subseção Memória, traz detalhes da vida profissional de Chico Caruso lhe atribuindo o título de “craque em extrair de uma linguagem como o humor todo o seu potencial de informação e crítica, criando um espaço próprio de trabalho que já se tornou tradicional na história do Globo”.

Com a liberdade em grande parte alinhada com a linha editorial de O Globo, o chargista se envolveu em polêmicas. Um questionamento recente feito ao trabalho relacionado aos advogados lhe rendeu diversos processos cíveis, inclusive da OAB do Rio de Janeiro. Além das ações processuais, Chico Caruso foi altamente criticado na revista Carta Capital, cujos autores das reportagens sobre o assunto o consideraram reacionário e incentivador do

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fLmfQBI9140>. Acesso em 10 março 2018.

ódio. A reportagem¹⁴ de Mauricio Dias e o editorial de Mino Carta acusaram Chico Caruso de converter-se em porta voz da direita, desde a posse de Lula em janeiro de 2003. Na crítica direcionada à charge que ilustrou os advogados que defendem o ex-presidente Lula na Operação Lava-Jato, (figura 27) o jornalista Maurício Dias afirmou que: “O cartunista tem sido parte integrante da linha golpista adotada hegemonicamente pela maioria maciça da imprensa brasileira”.



Figura 27: Chico Caruso. O Globo em: 20.01.2016.

A reação do chargista diante da polêmica foi publicada pelo Portal da Imprensa, com a alegação de que a piada não foi interpretada corretamente e Chico Caruso esbravejou contra os dois colegas: “O único humorista com o qual o Mino Carta se identifica hoje é o Laerte. Ele se transformou em um transgênero político, num porta-voz do lulopetismo”, disse Chico Caruso.

¹⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/888/caruso-desafina> Acesso em 12 março 2018.

Em outro momento, Chico Caruso confirmou em entrevista ao repórter Alex Solnik, do site Brasil 247¹⁵, que votou em Aécio Neves (PSDB) na eleição de 2014, assumindo uma posição política, o que contraria os princípios das Organizações Globo. O repórter Alex Solnik conversou com os irmãos Caruso em função do lançamento de um CD da dupla, mas, ao longo do texto Paulo Caruso, que já foi chargista de O Globo, faz afirmações importantes que remetem à posição política do jornal e do irmão dele Chico Caruso:

(...) **Paulo Caruso:** Agora, entre eu e meu irmão, por exemplo: eu votei na Dilma e o Chico votou no Aécio. Por quê? Porque o histórico da Dilma é sério, é consistente. Do Aécio, Deus o tenha, mas foi Tancredo quem projetou o Aécio. Ele não tem histórico, não tem densidade.

247: Chico, você votou no Aécio por causa do Tancredo?

Chico Caruso: Quando eu fazia caricatura no Jornal do Brasil eu quase saí do jornal por causa dele. Eu fazia uma dupla de bailarinos no gelo, que era o Ulysses e ele. Ele de bailarina e o Ulysses de partner. Ele reclamou com o Walter Fontoura, que era o editor do jornal e o Walter mandou um bilhete pro Paulo Henrique Amorim que era o secretário do jornal assim: "Paulo, mande parar com o Tancredo de bailarina". E o cara me deu o bilhete. Eu olhei o bilhete, fiz minha carta de demissão, mandei e eles não aceitaram. Depois eu me apresentei ao Tancredo: "eu sou o Chico, o caricaturista do Jornal do Brasil". Ele estava de braço dado com o Armando Falcão e o Moreira Franco. Ele falou: "ah, você é muito bom quando faz os outros!"

(...)

247: Paulo, o impeachment foi um golpe pra tirar o PT?

Paulo Caruso: Foi conduzido para afastar o PT do poder. Essa última capa da Veja... a cara do Lula se desfazendo...

¹⁵ Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/cultura/233500/%E2%80%9CO-Brasil-n%C3%A3o-%C3%A9-mais-o-pa%C3%ADs-da-democracia%E2%80%9D.htm>. Acesso em 15 março 2018.

247: Não consigo nem mais olhar a capa da Veja... é uma coisa tão escrota...

Paulo Caruso: E visando pessoalmente o cara, independente da questão política. Sacanagem esse negócio de terem grampeado o Lula falando palavrão, pra mostrar que o povo é assim...

247: Se fazem isso com um cara que foi presidente da República podem fazer com qualquer um.

Paulo Caruso: E também essa coisa... tirando a televisão, o meio digital é um assentamento de terreno... inclusive está prejudicando os jornais... as revistas... têm uma penetração... e cada um é editor de si mesmo...

247: Mas o que influencia a opinião pública é um jornal como a Folha.

Paulo Caruso: A Folha ainda tem uma abertura porque a Folha tem esse negócio de promover a Folha... aliás, uma das minhas músicas diz assim Papai eu quero dinheiro/ pra comprar um jornal/ (Otavinho pedindo pro pai) eu vou pra banca/ bancando o intelectual/ quero ser proprietário de um grande jornal/ fazer comunicação/ dando a idade e a hora exata/ conforme manda o manual/ o imbecil do quarto andar/ vai passar a editar/ e os acadêmicos/ vão revisar/ mas uma andorinha só/ não faz verão/ eu já estou pronto pro inverno/ e virá a Folha/ mil Folhas virão/ o dinheiro do papi é eterno! A Folha não é de direita. Tem essa questão de se promover, publicar questões polêmicas. ***A Globo tem essa coisa mais focada na direita. E não importa, eles estão sempre a favor do governo.*** Agora, no caso da Dilma foram contra. Ficou evidente. Na época do Collor eles fizeram toda a campanha do Collor... entre o Collor e o Lula... (grifos da pesquisa).

(...)

247: Qual é o CD mais recente, Chico?

Chico Caruso: Nós gravamos agora o CD "30 anos de democracia". Nós somos um exemplo para os brasileiros. Nós temos 66 anos... brigamos há 66 anos... ele votou na Dilma, ***eu votei no Aécio***, mas a gente está dando um exemplo para a nação brasileira...para ter um pouco de harmonia é só gravar

um CD... não é o melhor CD do ano porque é o melhor CD dos últimos 30 anos! (grifos da pesquisa).

Interessa mostrar neste capítulo que Chico Caruso é o chargista mais alinhado à direita, enquanto Aroeira abusava do sarcasmo para ilustrar as cenas com seus personagens bastante detalhados, era o mais crítico entre os chargistas de O Globo, analisados nesta pesquisa. O chargista Chico Caruso tornou-se o principal ilustrador de O Globo, e ao se notar que segue a mesma tendência do jornal, é um indício que pode reforçar o motivo pelo qual ele permanece até os dias atuais (em 2018) publicando no jornal.

4. DIFERENÇAS POLÍTICO-IDEOLÓGICAS ENTRE FHC E LULA

Neste capítulo vamos distinguir os espectros político-ideológicos que diferenciam PSDB e PT, representados, respectivamente, por FHC adotando uma linha neoliberal, e por Lula, que atuou sob uma nova designação econômica: o neodesenvolvimentismo. Antes de diferenciá-los neste aspecto mais econômico, faz-se necessário mostrar que no Brasil o debate das posições políticas está ligada a uma visão mais abrangente e polarizada entre direita e esquerda (SILVA, 2014).

A ciência política brasileira endossa o uso da terminologia esquerda e direita, mas não é grande a ocorrência de discussão sobre qual é a definição de cada um desses espectros ideológicos. A linha adotada muitas vezes é a de que essa filiação ideológica não tem um significado próprio, é um sentimento e o eleitor subjetivamente sabe se é de direita ou de esquerda (SILVA, 2014, p.151).

Para conceituar as diferenças entre as duas posições políticas, Silva (2014) recorre a uma composição que leva em consideração o poder do Estado como agente de dominação, regulador da vida em sociedade em qualquer esfera nacional, estadual, municipal ou de outros grupos que possam exercer essa função, tratando-se de um poder que diferencia a sociedade entre aqueles que são detentores e aqueles não são “detentores de poder” (SILVA, 2014). A força que busca contrapor esses dois indivíduos é chamada de organização de movimentos sociais. Essas frentes, por sua vez, buscam alterar ou preservar a composição e as decisões dos grupos (que detêm ou não poder). Apesar de simplificado, o autor pressupõe a partir desta conjuntura que:

A esquerda é o espectro ideológico que pretende empoderar grupos sub-representados nas esferas de poder; e a direita é o espectro ideológico que pretende preservar ou ampliar os poderes de grupos já devidamente representados nas esferas de poder. (SILVA, 2014, p. 156).

Em outra perspectiva deste debate, Bresser-Pereira, em uma série de artigos publicados entre 1997 e 2006, também tenta chegar a uma diferença simplificada entre direita e esquerda no Brasil. A definição compreende que o

uso das expressões é variável de acordo com o momento histórico de cada localidade. O autor define as diferenças da seguinte maneira:

A direita é o conjunto de forças políticas que, em um país capitalista e democrático, luta sobretudo por assegurar a ordem, dando prioridade a esse objetivo, enquanto a esquerda reúne aqueles que estão dispostos, até certo ponto, a arriscar a ordem em nome da justiça – ou em nome da justiça e da proteção ambiental, que só na segunda metade do século XX assumiu estatuto de objetivo político fundamental das sociedades modernas. Adicionalmente, a esquerda se caracteriza por atribuir ao Estado papel ativo na redução da injustiça social ou da desigualdade, enquanto a direita, percebendo que o Estado, ao se democratizar, foi saindo do controle, defende um papel do Estado mínimo, limitado à garantia da ordem pública, dando preponderância absoluta para o mercado na coordenação da vida social (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 26-27).

Os aspectos econômicos citados por Bresser-Pereira contribuem para reforçar a posição dos partidos políticos em análise nesta pesquisa, de modo que PSDB e FHC estão alinhados com a direita política brasileira, cuja terminologia econômica é representada pelo neoliberalismo, assim como PT e Lula estão representados pelo projeto econômico do neodesenvolvimentismo, alinhados ao espectro político da esquerda no Brasil.

4.1 FHC GOVERNA SOB O NEOLIBERALISMO ARTICULADO PELOS NORTE AMERICANOS

Desde 1945, o Brasil teve ciclos históricos demarcados em 20 anos de governo democrático (1945-1964) e outras duas décadas de governo militar (1964 e 1984). O ano de 1985, após a eleição de Tancredo Neves para a presidência, mesmo que em uma eleição indireta, representaria o fim da ditadura militar, o que, com a morte de Tancredo Neves, ficou registrado com o governo de José Sarney (GIAMBIAGI, 2011). Neste período de alternância entre militarismo e democracia, o país presenciou a primeira eleição direta de um presidente com Fernando Collor de Melo (1989-1992) que acabou sendo destituído por um impeachment e cujo governo é reconhecido como o início do

Estado neoliberal sob a base “oligárquico-autocrática” do Estado, da política do capital herdada da ditadura civil-militar (ALVES, 2014). Giovanni Alves (2014) assevera que existe uma linha de continuidade do sistema de dominação “burguesa oligárquico-autocrática” instaurada pela ditadura-militar e o Estado neoliberal no Brasil.

Cláudio Katz (2016) também afirma que a ofensiva da direita na América Latina (inclusive no Brasil) começou ainda nos 1970 com as ditaduras instaladas na região e, nas décadas seguintes, emergiu globalmente e desempenhou o neoliberalismo com a força do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro já na década de 80. Katz avalia que o conjunto da direita neoliberal, na América Latina, fortaleceu-se no pós guerra, aproveitando-se nos anos 90 do enfraquecimento de sindicatos e da inquietação que a desigualdade social suscitava.

No Brasil, a vertente neoliberal, adotada por FHC convergiu para a internacionalização da economia, permitindo a fragmentação dos processos da indústria e facilitando para que as grandes empresas transnacionais utilizassem as normas do livre-comércio e as baixas taxas, sempre de modo a lhes favorecer através da globalização financeira (KATZ, 2016). Sobretudo no segundo mandato de FHC, foram constituídos os parâmetros da gestão macroeconômica neoliberal da economia através do tripé: metas de inflação, câmbio flexível e superávit primário, vigentes mesmo nos governos posteriores (ALVES, 2014).

Segundo Katz, a fórmula neoliberal se reorganiza a cada crise ou movimentação de países que possam afetar o sistema.

O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. (...) todos os conflitos entre as classes dominantes se processam em um cenário de negócios globalizados. O neoliberalismo perdura pelo retrocesso que impôs aos trabalhadores. Sustenta-se do cansaço político gerado pela alternância de conservadores e sociais-democratas na administração do mesmo modelo. Tudo indica que a reversão desta etapa exigirá grandes vitórias populares impostas de baixo para cima (KATZ, 2016, p.81).

A preservação deste modelo é constatada à medida que os governos que se sucederam no Brasil não romperam com o “círculo de ferro” que, na

explicação de Alves (2014), impõe, entre outras coisas, o pagamento de juros e amortização da dívida pública¹⁶, revelando preocupação maior com os interesses do capital financeiro.

4.2 LULA ADMINISTRA SOB UM NOVO PARADIGMA PARA O BRASIL: O NEODESENVOLVIMENTISMO

O neodesenvolvimentismo adotado no governo Lula é considerado um novo modo de desenvolvimento capitalista na era globalizada sob a dominância do capital financeiro, ainda em estudo por diversos especialistas que se opõem na análise do objetivo e dos resultados. Segundo Alves (2014), o Brasil firmou o modelo com apoio político da burguesia interna do país que, beneficiada pelos financiamentos do Estado através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para exportar seus produtos, fomentou as condições internas que, por outro lado, atingiram as camadas organizadas da classe operária e os setores populares (pobres) com a redução do desemprego e a formalização do mercado de trabalho, oferta de crédito para dinamizar o mercado interno; aumento do gasto público nas políticas de transferência de renda via programas sociais.

Os governos neodesenvolvimentistas, ao mesmo tempo que contemplam o agronegócio exportador, incrementam uma política de crédito para o pequeno produtor e assentamentos dos sem-terra; ao mesmo tempo que propicia ganhos ao sindicalismo como o aumento do emprego no setor público e privado, oficialização das centrais sindicais, melhoria salarial do funcionalismo público, recuperação do salário-mínimo, aumento da formalização no mercado de trabalho, o governo neodesenvolvimentista preserva os interesses estratégicos de acumulação e exploração da burguesia interna recusando-se a promover uma recuperação dos direitos trabalhistas e sociais corroídos na década neoliberal” (...)Ao promover ascensão política da grande burguesia interna em aliança com setores populares – **e sem romper**

¹⁶ A Dívida Pública Federal refere-se a todas as dívidas contraídas pelo governo federal para financiamento do seu déficit orçamentário, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, e para outras operações com finalidades específicas, definidas em lei. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/conceitos-basicos-faq>

com o bloco de poder hegemônico pelo capital financeiro internacional – Lula criou o que poderíamos considerar um ornitorrinco político – a frente política do neodesenvolvimentismo – sendo tal arquitetura política o próprio espírito do “lulismo” (ALVES, 2014).¹⁷

O neodesenvolvimentismo no governo Lula fez sua estratégia política, através um “reformismo fraco” (ALVES, 2014). Não enfrentou diretamente o grande capital financeiro internacional que compactua com o bloco de poder do capital no Brasil e também evitou o enfrentamento com a grande burguesia interna que compunha a frente política do neodesenvolvimentismo. Entretanto, o que o governo Lula fez deve ser reconhecido por deslocar politicamente frações de capital da burguesia interna para o projeto que atendeu a classe trabalhadora (ALVES, 2014). Essa arquitetura também foi importante no âmbito político para que o governo do PT conquistasse certa governabilidade, especialmente num país capitalista onde os trabalhadores sempre estiveram na condição desfavorável do plano político.

Katz analisa, entre outros pontos, algumas inconsistências do neodesenvolvimentismo tomando, por exemplo, o plano tecnológico. O programa neodesenvolvimentista aposta na redução das diferenças que separam os países da América Latina e as economias centrais. Nesta aposta, entende que a diminuição desse “abismo tecnológico” ocorrerá pelas próprias empresas que detêm esse conhecimento e, para isso, o sistema faz um “convocatória” para que o acesso seja feito pelas empresas transnacionais, mas a inconsistência reside no fato de que as transnacionais não transferem às suas filiais este conhecimento, mantendo pesquisas e desenvolvimento estratégico nos países de origem (KATZ, 2016) e por consequência deixando de compartilhar conhecimento e riquezas.

Katz afirma, também, que reduzir as diferenças de neodesenvolvimentismo à intervenção do Estado e o neoliberalismo à contrariedade dessa ingerência é

¹⁷ Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>

uma simplificação inócua, já que ambos recorrem ao setor público onde a intenção é administrar a economia.

No projeto neodesenvolvimentista de Lula, Katz (2016) reconhece avanços, principalmente sociais: recuperação de salários, aumentos reais nas negociações, maior financiamento educativo e os beneficiários do programa Bolsa Família, numa fatia considerável de assistidos. Por outro lado, o autor avalia que os camponeses foram afetados pela concentração de terra e considera que a “diminuição da desigualdade foi muito limitada em um país onde 10% da população detêm 75% da riqueza” (KATZ, 2016, p.206).

As iniciativas neodesenvolvimentistas ressurgem frente às consequências da perpetuação rentista. Se os grupos dominantes se resignam ao status tradicional de seus países como exportadores de matérias-primas, a economia fica sujeita ao vai e vem internacional dos preços desses produtos, não gera emprego e padece da ampliação das fraturas sociais. Foi o que aconteceu com o neoliberalismo extremo nos anos 1990 (KATZ, 2016.p 210).

Essa discussão sobre o resultado do neodesenvolvimentismo persiste, tal qual outras oscilações históricas, mas Katz considera válida a tendência, até porque como persiste o desequilíbrio estrutural, nenhuma decepção elimina a intenção de trilhar com os mesmos passos em direções novas.

Diante da distinção de que o governo FHC do PSDB, foi alinhado ao espectro ideológico da direita, num programa neoliberal e o governo Lula do PT, esteve alinhado no espectro da esquerda, no projeto neodesenvolvimentista, vejamos a figura 28 para uma análise da composição político-ideológica, ilustrada por Chico Caruso, antes da posse de Lula, mas imediatamente após ele ter sido eleito no segundo turno da eleição de 2002.

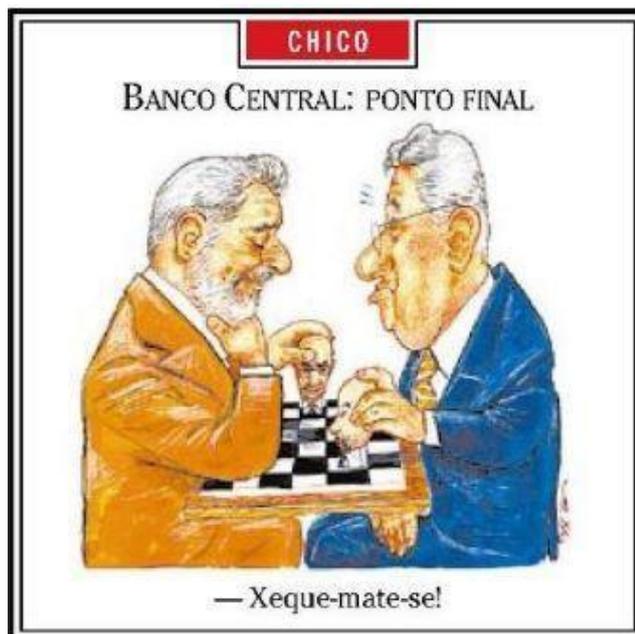


Figura 28: Chico Caruso. O Globo em: 13.12.2002.

As questões sobre qual a linha mestra que o governo de Lula desenvolveria surgiam na imprensa mesmo antes dele ser empossado. Na charge (figura 28) que ilustrou a capa de O Globo, no dia 13 de dezembro de 2002, Lula e FHC jogam uma partida de xadrez e os peões são exatamente os ícones de quem poderia diferir ou igualar o âmbito econômico das administrações, os presidentes do Banco Central do Brasil, que é a estrutura mais importante para execução das medidas financeiras do governo. A expressão facial que demarca a importância do que se quer mostrar indica que FHC está debochando e até surpreso com a decisão de Lula. Os lábios entreabertos indicam que é ele quem diz à Lula: “- Xequemate-se”, como se alertasse ao sucessor que ele estaria cometendo um equívoco, certamente político, já que o peão em questão seria Henrique Meirelles, que representava uma política econômica neoliberal, distante das intenções do governo esperado para uma gestão do PT. Já a expressão do petista é de calma e tranquilidade, confirmando a decisão e mexendo com o peão (Meirelles) no tabuleiro que mostra a sua indicação para a equipe econômica. O xadrez é um jogo considerado difícil e que exige muita concentração, aparecendo neste exemplo como uma metáfora sobre o Brasil. Lula, nesta época, esboçava sua equipe e anunciava aos poucos os integrantes do governo. Foi um choque para aliados

petistas a escolha do economista Henrique Meirelles para presidência do Banco Central. Havia, inclusive, a expectativa de manutenção de Armínio Fraga no cargo, ele que integrava a equipe de FHC, e é representado pelo peão na mão de FHC. O que Meirelles e Fraga tinham em comum é que ambos administrariam com linhas ortodoxas das práticas alinhadas à direita-neoliberal. Meirelles assumiu o cargo no BC e renunciou ao cargo de deputado federal por Goiás, deixando o PSDB para se adaptar à gestão de Lula que, por sua vez, também acenava positivamente aos anseios do mercado internacional. Meirelles foi diretor de diversos bancos nos Estados Unidos e voltou ao Brasil quando se aposentou. A escolha dele era um indicador de que Lula cumpriria a promessa feita na Carta de Compromissos que assinou durante sua campanha e que será alvo de análise no capítulo 6.

A charge de Chico Caruso usa linhas que facilitam a identificação do personagem pelos leitores. Ao longo da pesquisa, foi possível notar que o artista ressalta elementos faciais dos indivíduos que aparecem bastante caricaturizados, evitando equívocos de interpretação para um maior número de pessoas. E, na figura 28, a expressão utilizada no diálogo de FHC e Lula, indica uma orientação do autor, outra estratégia bastante comum nas publicações do chargista que reforça quando deseja destacar a ideia principal de sua mensagem com uso dos textos. O diálogo com FHC sugere que Lula vai se “matar” com a indicação, analogia à uma indicação errada, uma escolha catastrófica. O autor da charge se posiciona ao dizer que a escolha não poderá dar certo.

5. OS PARÂMETROS DO PROJETO ECONÔMICO DE FHC

O propósito deste capítulo é perceber os contornos do neoliberalismo no Brasil e os principais fatos econômicos do governo FHC, através das análises de charges de O Globo, publicadas a partir de 1995, a respeito dos temas que delinearam o governo. Ainda que haja uma sequência cronológica no percurso das análises das imagens, há de se ressaltar que em alguns casos a temporalidade foi mais flexível, para poder dar mais atenção a algumas temáticas específicas presentes em várias charges.

A eleição de FHC à presidência transformou o movimento político ideológico neoliberal em uma aplicação prática, segundo Mattei; Magalhães (2010). Ao iniciar o mandato, FHC estava assombrado por cinco planos econômicos anteriores que não seguraram a inflação, o que, dentro da perspectiva de governo proposta por ele, o pressionava a agir de modo a fortalecer o plano real e a estabilização da moeda. Giambiagi (2011) indica que três preocupações centrais permeavam o governo tucano: a economia estava em processo de superaquecimento, o que remetia ao Plano Cruzado, que provocou um aumento no consumo e, ao ser mal administrado, acabou com a estabilidade do cruzado. Além disso, estava em curso uma crise no México, na qual a situação do balanço de pagamentos de final de 1994 levou a uma drástica desvalorização da moeda daquele país, o que aumentava a suspeita sobre regimes de câmbio rígido como o Brasil. O terceiro temor seria a combinação do crescimento da demanda agregada e da redução da entrada de capitais associada ao ambiente externo, o que parecia emergente com as reservas internacionais do Brasil caindo. O Plano Real foi lançado em junho de 1994 com “US\$ 43 bilhões de reservas internacionais e em dezembro o valor tinha caído para US\$ 39 bilhões. Em março de 1995 as reservas já estavam em US\$ 34 bilhões, e continuaram a diminuir até US\$32 bilhões em abril” (GIAMBIAGI, 2011, p.167), o que aumentava a pressão sobre o governo de FHC.

Se a urgência era conter a inflação, isso estava sendo pensado desde o início com um ajuste estrutural baseado em quatro eixos centrais:

“desregulamentação bancária e financeira; liberalização comercial com abertura da economia do país aos produtos e bens do exterior; estabilização dos preços, via política cambial fixa; e a redução da participação do Estado, com privatizações de estatais” (Mattei; Magalhães, 2010, p.136). Estes assuntos serão detalhados, a partir daqui, através dos tópicos correspondentes às charges publicadas em O Globo.

5.1 PLANO REAL

O Plano Real é o primeiro eixo em análise já que é tema central do primeiro mandato de FHC e retratado com frequência pelos chargistas. Mattei; Magalhães (2010) explicam que a implantação da moeda foi o suporte básico de toda política macroeconômica adotada por FHC entre 1995 e 2002.

Na análise de Giambiagi, o Plano Real foi bem-sucedido no controle da inflação entre 1995 e 1998, porém, paralelamente a esse êxito, a gestão macroeconômica realimentava o desequilíbrio externo, em função do grande aumento das importações em contraposição com as exportações o que realimentava os desequilíbrios, como resultado o déficit de serviços e rendas praticamente dobrou no primeiro governo FHC.

O aumento das importações e a maior despesa associada ao passivo externo, o déficit em conta corrente — que fora de apenas US\$2 bilhões em 1994 — ultrapassou US\$30 bilhões em 1997. Ao mesmo tempo, a dívida externa líquida — que, depois da crise dos anos de 1980, tinha caído de um máximo de 4,7 vezes as exportações de bens para um mínimo de 2,3 vezes em meados dos anos 90 — voltou a aumentar rapidamente em 1996-1997. Essa relação agravou-se ainda mais em 1998, com a crise internacional que reduziu as exportações brasileiras naquele ano (GIAMBIAGI, 2011, p. 169-170).

Além de contribuir para o acumulado da dívida externa, o Brasil teve outros reflexos derivados da política ortodoxa de manutenção do real. O país continuou com a pior distribuição de renda do mundo industrializado. O capitalismo tendeu a concentrar ainda mais a riqueza social e tornar precário o mundo do trabalho. De acordo com Alves (2014), durante a década de 1990 cresceu a distância salarial entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres. Outro índice acentuado foi o PIB (produto interno bruto), que cresceu apenas

1,7% ao ano, indicador ainda menor que na década de 80 quando chegou a um crescimento médio anual de 3% (ALVES, 2014).

FHC costuma ser reconhecido como o “pai do real” e não se constrange com a afirmação. Não à toa, na grande maioria das vezes em que a moeda foi motivo de charges em O Globo, ele aparece no contexto. Mas, foram feitos questionamentos evidentes a esta afirmação. Vejamos alguns exemplos. Os registros selecionados, não estão em ordem cronológica de acordo com a data do acontecimento, mas perpassam momentos do governo FHC para demonstrar, assim, a tendência de reforçar a identificação entre a moeda e FHC.



Figura 29: Chico Caruso. O Globo em: 02.07.1995.

Esta charge (figura 29) foi publicada na capa de O Globo, no dia em que o Plano Real completava um ano. FHC olha para a moeda de um real, com roupas despojadas, menos formais que o de costume, vestes que parecem reforçar a imagem de “pai”, observando com proximidade, admiração e orgulho de seu filho. A frase dita por ele também menciona isso: “- Um aninho... não é a cara do pai?”. A pose em que FHC aparece pode ser interpretada como uma analogia ao número 1, com o nariz em evidência e o corpo ereto, estabelecendo-se uma associação visual à forma do número 1, estampado na moeda de real. Na charge, nenhum efeito crítico é notado a não ser o fato de

reforçar a ideia de que FHC era o único, ou o principal responsável pelo plano econômico que incorporou a moeda ao sistema financeiro do Brasil. E este tipo de mensagem se repete ao longo das edições analisadas.

A charge da figura 30 mostra que outros envolvidos na criação do plano também buscavam reconhecimento pela estabilização da moeda brasileira.



Figura 30: Chico Caruso. O Globo em: 17.02.1998.

Na imagem existe uma disputa para saber quem foi o criador do Plano Real. Além de FHC e de Itamar Franco, Ciro Gomes, ministro da fazenda por 4 meses em 1994, ano de implantação do Real, também aparece como mentor do projeto. Os três penteiam os cabelos e Itamar, conhecido pelo topete na testa, é quem domina a cena, em uma posição central diante do espelho. Este objeto é identificado pela composição que remete à moeda de um real. Pode-se atribuir a frase: - “Espelho, espelho meu... alguém aqui é mais dono d’cê do que eu?” a Itamar Franco, devido ao sotaque mineiro colocado na palavra “d’cê”. Ele foi presidente durante a implantação do Plano e buscava o reconhecimento por isso. A frase ainda remete ao conto infantil da Branca de

Neve, cuja vaidosa madrasta invejava a beleza da princesa e perguntava diariamente ao espelho quem era a mais bela do reino.

A analogia da cena para o espectro político onde estão inseridos os três personagens pode ser a associação de que, assim como a madrasta, ninguém media esforços para conquistar o posto de pai do real.



Figura 31: Chico Caruso. O Globo em: 27.07.2001.

Para contextualizar que a persistência em ovacionar FHC como único responsável pelo plano real é constante nas metáforas de Chico Caruso, foi selecionada uma charge de 2001 (figura 31), na qual ele volta a reforçar a identificação de FHC (apenas ele) como responsável do plano real. A frase dele expressa a mensagem de que o próprio FHC acredita que se reconhece e que merece essa homenagem através de aplausos. O autor o limita a dizer: “um parabéns básico para mim”. Na suposta atitude de humildade de FHC, percebe-se uma feição mais austera, que já não exhibe o sorriso dos anos anteriores, mas que ainda faz questão de se identificar com a moeda.

5.2 DESREGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA E FINANCEIRA

A desregulamentação bancária foi uma das medidas de impacto do governo FHC. A medida significa a redução do Estado na economia e nos mercados, baseada na tese de que as empresas e os preços, por exemplo, são controlados e administrados de forma mais eficiente, sem normas governamentais (SANDRONI, 1994). A desregulamentação bancária, no Brasil, possibilitou que bancos fundissem capital internamente e que instituições estrangeiras passassem a atuar no país.

Após o controle da alta inflação, algumas ineficiências do setor privado ficaram expostas. Entre os anos de 1995-1997 eclodiram crises dos bancos Econômico, Nacional e Bamerindus, além dos bancos estaduais Banespa e Banerj. O governo FHC propiciou condições para salvar esses três bancos privados, que foram absorvidos por outras instituições financeiras, também privadas (GIAMBIAGI, 2011).



Figura 32: Erthal. O Globo em: 20.05.1996.

Na figura 32, FHC está com uma aparência de assustado, segurando o símbolo do Banco do Brasil incompleto na mão direita e com a mão esquerda

em movimento, já que as linhas cinéticas (RAMOS, 2016) indicam que ele acabou de jogar um “pedaço do banco” aos tubarões, representados pelas nadadeiras dorsais do peixe no espelho d’água, em frente ao Congresso Nacional, identificado a partir das duas torres e as duas cúpulas ao fundo, indicando a Câmara Federal e o Senado. Os tubarões costumam ser metáforas atribuídas ao mercado financeiro: eles representam os grandes investidores que têm poder de ditar as normas das bolsas de valores, são os mais influentes porque pertencem à elite financeira, por vezes internacional, que controla tudo. No contexto da época, FHC havia anunciado a “salvação” dos bancos privados e o Banco do Brasil (BB) fechava o primeiro trimestre do ano com prejuízo de um R\$ 1,603 bilhão, o que levou a uma campanha ampla de capitalização da instituição. O governo anunciou oficialmente o plano de capitalização do Banco do Brasil; a operação recorria inicialmente a recursos do Tesouro, mas depois abriu aportes com ações de estatais, processo que deu início ao que mais tarde foi chamado de projeto de reestruturação do BB e permitiu transformá-lo em uma empresa S. A. (Sociedade Anônima). No mês de maio de 1996, as notícias do jornal O Globo indicam que a necessidade financeira anunciada pelo BB foi de R\$ 8 bilhões.

A charge de Erthal foi estampada na página editorial do jornal, mas, neste dia, não houve referência ao assunto em reportagens, de modo que para a interpretação é necessário recorrer à intertextualidade, já que o assunto era recorrente e os leitores teriam acesso ao contexto através de outros canais de comunicação, ou mesmo nas edições de dias anteriores do jornal.

-Chico

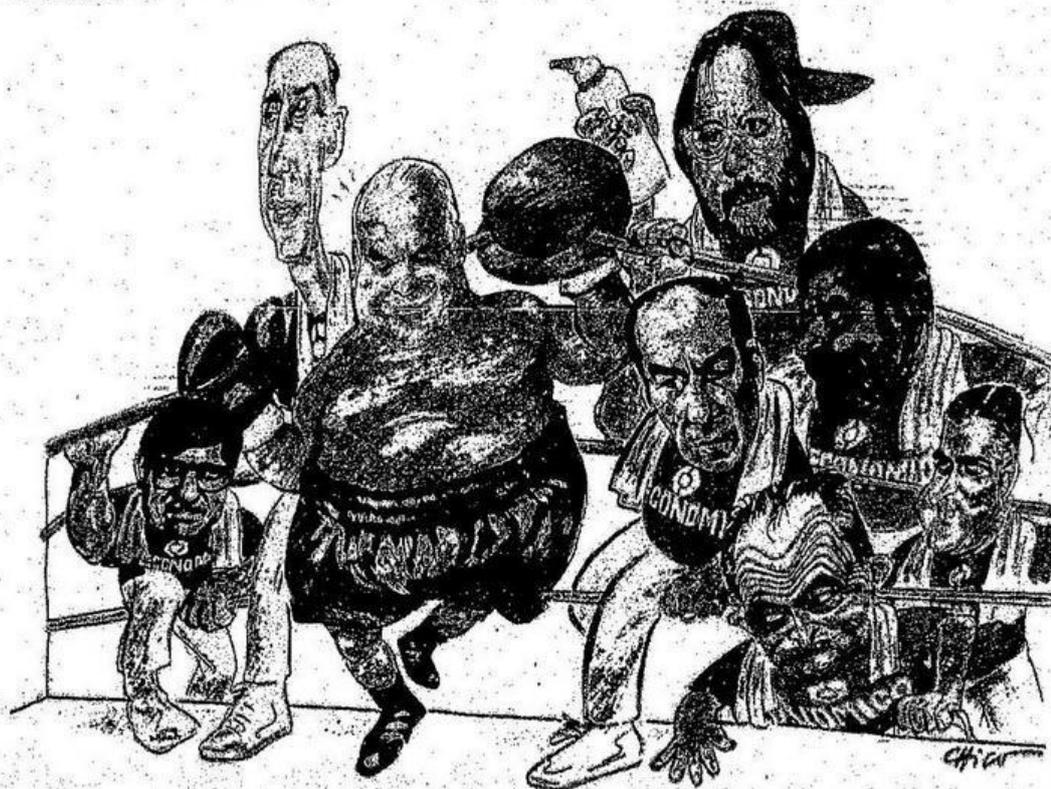


Figura 33: Chico Caruso. O Globo em: 23.08.1995.

Uma estratégia recorrente do humor gráfico pesquisado é o uso de charges sequenciadas, propondo narrativas a serem acompanhadas na leitura diária do jornal. Se o leitor perdesse uma das peças, precisaria recorrer aos conhecimentos prévios sobre o assunto através de outras fontes de informação. Ou a leitura seria um pouco distante da intenção do desenhista, talvez um pouco incompleta. Esse recurso do uso de imagens publicadas em uma sequência diária, inspirado nos quadrinhos e nas tiras de ação e aventuras, pressupõe um leitor atento e fiel ao periódico.

FHC teve diversas confusões políticas relacionadas à desregulamentação bancária. Nas figuras 33 e 34, alguns personagens se repetem em duas publicações seguidas. O personagem central é Antônio Carlos Magalhães (ACM), então senador, entrando no ringue apoiado por outros políticos como o vice-presidente Marco Maciel, à esquerda, e Luiz Inácio Lula da Silva à direita. Ao lado de Lula também está o filho de ACM, o deputado federal Luiz Eduardo Magalhães, entre outros. Todos vestem camisetas com o símbolo do Banco Econômico, o que nos sugere que todos

defendem a mesma posição de ACM pelo fim da intervenção do Banco Central na instituição bancária baiana. O Banco Econômico foi acusado nos relatórios do Banco Central por maquiagem contábil na instituição e desvios de dinheiro do banco para os gestores. Além disso, era o banco mais antigo do Brasil e foi criado como banco público e, durante as medidas de ajuda de FHC, foi incorporado pela iniciativa privada.



Figura 34: Chico Caruso. O Globo em:24.08.1995.

Na figura 34, o relato continua com mais personagens que confirmam o significado da charge anterior. FHC, no canto oposto do ringue, como adversário dos demais, era quem enfrentaria ACM. A crítica foi focada em FHC possivelmente porque no dia anterior a bancada de parlamentares da Bahia havia se reunido com representantes do governo federal para possibilitar que os correntistas do Banco Econômico tivessem acesso aos valores que possuíam depositados na instituição. O BC havia fixado em R\$ 5.000,00 (cinco

mil reais) o limite de saques dos investidores, o que gerou grande repercussão negativa no estado da Bahia, por isso, as ações contra as medidas do governo FHC estavam centralizadas na figura de ACM, ex-governador da Bahia e, na época, senador. Na figura 34, porém, FHC se mostra bastante tranquilo, olhando para trás e apoiando a cabeça com um dos braços, esboçando um sorriso enigmático enquanto aguarda a chegada dos adversários. FHC demonstra desprezo pela pressão política, imposta pelas medidas anunciadas para o setor.



Figura 35: Aroeira. O Globo em: 17.08.1995.

Na figura 35, a charge mostra que ACM acabou de marcar com as iniciais dele um touro frondoso. O senador deixa a cena com as pernas abertas e um dos pés levantado, o que indica que está andando para o fundo da cena, na direção oposta aos leitores. O ferrete na mão também indica que foi ele quem acabou de colocar uma insígnia no animal. O touro ainda sente os efeitos provocados pelo calor do ferro, como sugerem as linhas cinéticas acima do traseiro do animal. A face nos indica quem está sendo arrebanhado e este seria FHC, caracterizado pelos dentes salientes, detalhe muito usado para esta identificação por Aroeira. Na analogia geral volta-se à recorrência metafórica entre humanos e animais, cujas características são conceituadas pela

fisiognomonía, que justapõe a semelhança entre humanos e animais para confrontar suas essências (BALTRUSAITIS, 1999). FHC não parece confortável com a imposição do senador e parece sentir algum tipo de dor indicada pelas gotículas de suor acima da cabeça do animal. E o balão revela que é ele quem diz: “ossos do ofício”, ou seja, aceitar a imposição do senador faz parte do cargo que FHC ocupa. Todas essas indicações figurativas estão dentro do contexto político que discutia a venda do Banco Econômico. ACM pressionava o governo federal para reverter a intervenção do Banco Central na instituição bancária da Bahia, e FHC cede à pressão, principalmente de ACM para estatizar o banco ao invés de fechá-lo e privatizá-lo.

O título da charge também nos dá indícios de que o contexto trata da possibilidade de tornar o banco público: a palavra “rês”, que em latim remete a coisa, também significa a cabeça de um animal quadrúpede usado para abate e alimentação humana, e junto com a palavra “pública” provoca na charge um jogo de ideias com uma cabeça pública, a cabeça do presidente. E outro trocadilho mais claro do título é a República, o Brasil, o país, ou o presidente da república, cedendo às pressões do senador que, aliás, também fez barganha política, ameaçando divulgar um dossiê com irregularidades do governo FHC.

As charges de Aroeira geralmente mostram cenas abertas e não apenas o rosto dos personagens. O chargista é, visivelmente, um dos que mais ressalta características que levam à crítica sem melindres, e faz provocações gráficas mais contundentes, atacando o que, na visão dele, seria errado.

As figuras 36 e 37 apontam que o chargista dialoga com as opiniões de leitores publicadas na mesma página de editoriais, onde a charge foi impressa. Entre as cartas publicadas nas quais as opiniões são taxativas e críticas à atitude de FHC, destacamos uma que é citada na nota reproduzida na figura 37, descrevendo o presidente como quem perdeu a autoridade.

O GLOBO 2 de agosto de 1995

Feira de cultura

Um ano após a abertura do Museu de Arte Moderna de São Paulo, o arquiteto Oscar Niemeyer lançou um livro de memórias, "O Museu de Arte Moderna de São Paulo", editado pela Companhia Editora Nacional. O livro narra a história da construção do museu, desde a concepção inicial até a inauguração em 1968. Niemeyer descreve o processo criativo e as dificuldades enfrentadas durante a obra, destacando a importância do projeto para a cultura brasileira.

Aracá

A RÉS PERLACA



MEICO

Um livro de memórias de Oscar Niemeyer, lançado há um ano, narra a história da construção do Museu de Arte Moderna de São Paulo. O autor descreve o processo criativo e as dificuldades enfrentadas durante a obra, destacando a importância do projeto para a cultura brasileira.

O despertar do Rio

Após anos de estagnação, o Rio de Janeiro está despertando. A cidade está passando por uma transformação urbana e cultural, com investimentos em infraestrutura e revitalização de áreas históricas. O texto discute o papel do Rio como um polo econômico e cultural no Brasil, e as perspectivas para o futuro da cidade.

Cartas dos leitores

Manoel Romão
Cláudio
Violência doméstica
Luiz Otávio
Composições
Romário

O GLOBO

Endereço: Rua do Ouvidor, 15 - 20040-000 Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 250-0000

Site: www.globo.com

COMISSÃO DE ÉTICA

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

COMISSÃO DE GESTÃO

COMISSÃO DE INOVAÇÃO

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA

COMISSÃO DE SUPRIMENTOS

COMISSÃO DE TENDÊNCIAS

COMISSÃO DE TREINAMENTO

COMISSÃO DE VALORES

Figura 36: Reprodução O Globo. Opinião, página 06. 17.08.1995.

● Banco Econômico

Há diferenças marcantes entre os casos do Banerj e do Banespa e o desse banco da Bahia: nos dois primeiros, os "donos" têm patrimônio para responder pelos prejuízos; os governadores não têm, porém, nem vontade nem disposição para pagar. No caso do Econômico, a situação parece ser inversa. A solução desgastante deveria ser estendida aos balanços e nordestinos das favelas que acabam de queimar em São Paulo, aos fornecedores da Mesbla e de todas as demais concordatárias e, por que não, a todos os inadimplentes ativos e passivos, que a mídia acalanta como se fossem vítimas apenas e não autores dos gastos exagerados.

Roberto Gouvêa (16/08), Rio

● O espetáculo a que acabamos de assistir com a estatização do Banco Econômico desautoriza o presidente da República a governar e o Banco Central a fiscalizar as instituições financeiras. Não entram no episódio os desmandos da diretoria antiga do Econômico, também não se leva em consideração os fatos muito bem narrados por Miriam Leitão sobre a administração do banco. Mas, enfim, só interessa a todos os brasileiros a grande lição que mais uma vez foi repetida: manda quem pode, obedece quem tem juízo.

Francisco Eduardo Pinheiro Guimarães (16/08), Rio

● Após a "balanada" de nosso presidente, no caso do Banco Econômico, só podemos dizer que seu governo está tão furado quanto sua mela.

Luiz Eurico Soares Pamplona (16/08), Rio

Figura 37: Reprodução O Globo. Opinião, página 6 em: 17.08.1995.



Figura 38: Aroeira. O Globo em: 19.08.1995.

A primeira analogia popular que pode ser feita de forma ampla à charge da figura 38, é que a política é um jogo de cartas marcadas. Porém, acompanhando a sequência com o tema das imagens anteriores, após o governo federal retroceder e flexibilizar o pedido feito por ACM, durante uma discussão publicada diariamente na época, em O Globo, o caso repercutiu mal no setor econômico. FHC tinha intenção de privatizar outros bancos e encontrou como dificuldade a resistência do governo da Bahia. Mesmo cedendo para permitir que o estado da Bahia continuasse com o banco, foram impostas condições severas para retirar a intervenção do BC e, assim, o governo estadual poderia estatizar a instituição. O título da charge indica que alguém está blefando, ou mesmo ambos poderiam estar faltando com a verdade, já que blefe é um termo usado no jogo de cartas para indicar que um dos jogadores pressiona mesmo sob suspeição de não poder ganhar a partida. FHC e ACM ilustram a carta de baralho, representada pelo K, que é o naipe do rei, uma das cartas mais valiosas de um jogo de baralho. Nos detalhes, FHC parece blefar ao afirmar “viram só quem está por cima”, dando a entender que ele estaria ganhando um jogo que a imprensa noticiava como crítico e sem ganhador e que prejudicava principalmente os correntistas do Banco

Econômico, eleitores de ACM. Além disso, as gotículas que saem do seu rosto expressam a preocupação do personagem. No dia desta publicação, os jornais divulgaram o teor de uma conversa entre ACM, senador pela Bahia e FHC, na qual, segundo os jornais, o presidente disse ao senador que não poderia ajudar o banco baiano para não ficar desmoralizado. Essa situação foi ironizada por Aroeira na imagem ao colocá-lo segurando uma banana. ACM havia pedido para que o BC fizesse repasses de dinheiro para salvar o banco e evitar o fechamento e o bloqueio de contas. É ele que está representado na parte de baixo da carta, empunhando uma espada em formato de cobra, que também pode representar um possível golpe traiçoeiro do senador. Outras representações desta imagem podem fazer parte das camadas de sentidos do diálogo, como os naipes usados para cada um deles. FHC tem naipe de ouros, que na imagem do baralho é representado por Júlio César, general e ditador romano que morreu assassinado por membros do Senado, em 44 a.C., detalhe que pode estabelecer uma associação com o cargo de ACM. O lado em que está o senador é representado pelo rei de espadas. Esta carta no baralho é associada ao rei hebreu Davi, cujos relatos bíblicos indicam que ele foi um líder reunificador de Israel, o que poderia ser ainda uma paródia com a proposta de defesa de ACM aos baianos. O manto de ACM está marcado pelo símbolo do Banco Econômico e ambas as vestes estampam o cifrão que representa o dinheiro em espécie.



Figura 39: Aroeira. O Globo em: 23.08.1995.

A charge da figura 39 também debocha da grave crise do Banco Econômico e as frases de FHC denotam que a pressão dos opositores não parecia incomodar. O chargista abusa dos traços fisionômicos, ressalta os dentes caninos e aumenta a boca para desestruturar a expressão facial de FHC, sempre visualmente muito alinhado em ternos e gravatas, como signo de elegância, requinte ou seriedade. Foi utilizado um recurso da linguagem dos quadrinhos, pois a sequência das três imagens em diagonal cria um efeito de animação e amplia o dinamismo da cena. O que também chama atenção é a crítica feita ao desdém de um caso sério como este, nas declarações de FHC: “Graças a Deus eu não tenho dinheiro preso no Econômico” e depois continua: “Aliás, nem o Econômico tem dinheiro preso no Econômico” e finaliza “Desculpem, escapuliu”. O que poderia indicar que o presidente concordava com as ações do BC para liquidar a instituição e o humor passa pelo desespero dos correntistas do banco, já que quem tinha aplicações no banco perderia o direito a ter de volta os valores caso ele fosse vendido.

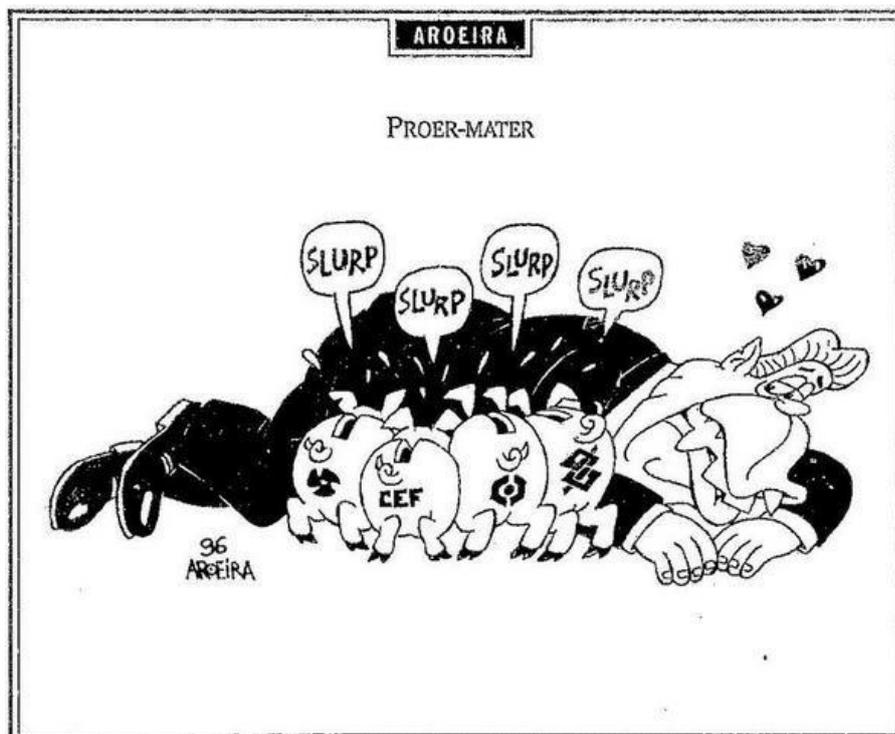


Figura 40: Aroeira. O Globo e: 12.05.1996.

Na figura 40, o título faz uma paródia ao que as mães oferecem aos filhos, brincando com o significado da palavra “Proer-Mater”. Aroeira representou os bancos mamando nas “tetas” do governo e FHC foi representado oferecendo aos porquinhos o que tem de mais valioso, o “leite”, mas no caso concreto foi dinheiro mesmo. Mais uma vez recorremos à fisignomonía na analogia de FHC a um porco, o animal não está presente nos traços do corpo humano, mas está representado diante dos animais que mamam, ou se alimentam dele cuja representação é feita pelos cofres em formato de porcos, muito populares na época. Os logotipos dos bancos nominam alguns daqueles que foram beneficiados pelo pacote do governo: Banco Nacional, Caixa Econômica Federal, Banco Econômico e Banco do Brasil. Aroeira foi o chargista que mais exagerou e demarcou os dentes caninos saltando da boca para fora, satirizando uma característica pessoal do presidente, FHC. Recorrendo a Baltrusaitis (1999) a boca rasgada tal qual de um cão seria a representação de insensatez, crueldade, voracidade, características típicas de uma pessoa ímpia, recorrência que é possível notar no modo como Aroeira descreve graficamente FHC. E, apesar de aparecer em uma posição nada convencional, já que está deitado, continua elegante,

Aroeira satiriza a decisão de votos para criação de uma CPI (comissão parlamentar de inquérito) sobre os bancos, assunto tão temido por FHC, que rói as unhas e parece nervoso com o desfecho da situação. O senador José Sarney foi o último a assinar o documento para a criação da investigação das regalias oferecidas ao sistema financeiro nacional por FHC. E Aroeira exagera nos traços faciais para indicar as expressões dos dois políticos. Sarney sorri largamente e o seu bigode, marca registrada da aparência dele, acompanha a largura dos lábios. O balão indicando a fala deste político satiriza frases que estavam sendo replicadas na época “nhem nhem quer, nho nho quer”. FHC costumava citar a expressão “nhem nhem nhem” para alegar que partidos políticos e parlamentares postergavam decisões e pressionavam por cargos e indicações políticas, e que isso atrapalhava as decisões de governo, principalmente quando se tratava do PMDB (Partido Movimento Democrático Brasileiro), partido de José Sarney. A charge diz respeito à possibilidade de criação de uma CPI dos Bancos no Senado para apurar as responsabilidades civil e criminal contra o sistema financeiro, transformando-se em uma queda de braço entre alguns políticos, principalmente entre FHC e Sarney.

O assunto instalação da CPI dos Bancos se estendeu por outros dias em maior número que as representações a respeito das políticas adotadas para o setor. Os chargistas do jornal focavam principalmente os bastidores políticos do poder.



Figura 42: Aroeira. O Globo em: 09.03.1996.

Na figura 42, FHC é um cágado, que possui uma carapaça mais abaulada que protege o animal e é encontrada na natureza há milhões de anos, sendo uma espécie que não possui veneno e não promove ataques, mas que tem vida longa. Como a charge posiciona FHC com o casco virado para o chão, sugere que ele está, de certa forma, preso à situação, pela dificuldade que o animal tem de se desvirar quando tomba desta maneira. O casco é a figura de Sarney e sintetiza seu posicionamento contrário, reiterado pela fala de FHC: “esse negócio protege bem, mas quando vira”, referência clara à dificuldade em controlar o senador e impedir a abertura da CPI dos Bancos. Neste dia, o jornal relatou declarações de FHC que pressionava os parlamentares a votarem as reformas solicitadas pelo governo, caso contrário a instabilidade econômica voltaria ao país e elevariam os juros de 0,4 a 40%, como era nos governos anteriores, crítica que afetava também Sarney, ex-presidente. Lendo o título isoladamente, ainda seria possível discutir se o chargista quis fazer uma relação direta com a palavra “cágado” que possui a mesma grafia, mas um significado totalmente diferente de “cágado” para considerar apenas seu sentido figurado, de se tratar de uma pessoa sem sorte ou azarada.

5.3 ESTÍMULO AO COMÉRCIO EXTERIOR

A liberalização comercial do governo FHC, segundo Mattei; Magalhães, (2010) previa a ampla abertura da economia do país aos produtos e bens do exterior. O Brasil entrou na rota de investimentos estrangeiros depois do Plano Real e da queda da inflação, que era uma das resistências dos investidores ao mercado brasileiro. As privatizações também abriram espaço para entrada de capitais estrangeiros e foram determinantes para o aumento do fluxo internacional de capitais. As viagens para abertura de negociações eram geralmente feitas pelo próprio FHC, situações que ele costumava chamar de diplomacia presidencial (CARDOSO, 2006).

Uma das primeiras viagens para divulgação do potencial brasileiro foi a de FHC a Bruxelas, na Bélgica, ao lado do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, ilustrado por Erthal na figura 43. Assim como FHC, Malan sorri com certa satisfação e caminha em frente, ambos com cabeças levemente abaixadas. FHC olha para trás e vê o assessor.



Figura 43: Erthal. O Globo em: 19.09.1995.

As penas atrás de FHC (figura 43) criam uma relação visual com o pavão, ave que comumente simboliza quem quer se exibir, já que a cauda da espécie é apreciada por ter uma plumagem que a difere das demais e chama a atenção dos observadores. A arquitetura, demonstrada pelo detalhamento do estilo dos prédios, além da bandeira em haste, revela que o cenário não é o Brasil e sim uma cidade da Europa. O que nos ajuda a entender a imagem, além desta leitura inicial, é que Erthal a publica na página dos editoriais, na qual leitores e os proprietários ou editores chefes dos jornais expressam opiniões. Logo abaixo da charge de FHC, está um relato de uma leitora (figura 44) que critica a necessidade da viagem de FHC ao exterior, já que o país tem uma embaixada naquele território que poderia articular os interesses do Brasil, a um custo menor. A leitora, além de considerar que o presidente estava lá para aparecer, tal qual um pavão, denunciava que isso ainda onerava os cofres públicos do país, por se hospedar em um hotel cuja diária custava U\$ 2.694, o que ela chama de um gasto público espantoso: enquanto desfrutava de benesses, o presidente pedia que a população entendesse a falta de emprego diante da necessidade de estabilização da economia. Este exemplo pode nos indicar que o chargista costumava se basear em cartas de leitores que chegavam à redação do jornal, e que se inspirou com a crítica feita ao presidente pavão. A viagem, promovida para atrair investidores estrangeiros ao país é, por outro lado, uma das únicas referências, do jornal O Globo, para o assunto da abertura de negócios com o exterior, em charge. Apesar das críticas, a viagem da comitiva presidencial se estendia para outros países da Europa.

Pedro Malan é uma figura recorrente nas charges do governo FHC, considerado “homem forte” do governo, foi ministro da fazenda por oito anos, durante os dois mandatos de FHC. Em 1995, antes de ingressar na equipe econômica, Malan morava em Washington, EUA, com a família e era negociador da dívida externa. Após muita insistência de FHC, mudou-se para o Brasil (CARDOSO,2006). Economista, fez doutorado na Universidade de Berkeley, na Califórnia, nos Estados Unidos, e foi um dos responsáveis, senão o principal, pela rigidez da aplicação do sistema neoliberal no Brasil.

● FH em Bruxelas

O noticiário do dia fala da chegada do presidente do Brasil a Bruxelas e de sua intenção de atrair investimentos estrangeiros para o país. Tudo bem? Mais ou menos. O presidente deveria envolver-se em negociações já estabelecidas. Ou não temos negociadores à altura do presidente? Ou ele não confia na habilidade de seus ministros e embaixadores? Ou será mesmo a vontade de viajar e aparecer tão somente? De todas as conjecturas que faz o cidadão comum, a que mais impressiona é o custo da viagem. O presidente, que se diz pão-duro, parece que não o é quando se trata de gastar o dinheiro do contribuinte. O hotel escolhido é um dos mais caros da Europa e o mais caro da Bélgica. O mais espantoso, entretanto, é que nós temos representação diplomática na cidade e, conseqüentemente, acomodações para o presidente. Porque escolher um alojamento que nos custará US\$ 2.694 por dia? Por que Fernando Henrique não usa a Embaixada? Como explicar ao brasileiro que perde seu emprego em nome de uma estabilização econômica que o presidente paga, como diária de hotel, o que ele não ganharia em meio ano de trabalho? Assim fica muito difícil pedir mais sacrifício à população.

Myriam Britto de Gouvêa
(13/09), Rio

Figura 44: Reprodução Carta do leitor. O Globo em: 19.09.1995.



Figura 45: Aroeira. O Globo em: 20.09.1995.

No dia seguinte, outra charge fez uma referência mais escrachada, com toques marcantes dos traços do chargista, das viagens de FHC para abertura comercial do país no exterior. Na figura 45, Aroeira mostra FHC e Pedro Malan, Ministro da Fazenda identificado pelos olhos fechados e inchados, marcantes na expressão facial do ministro. Os dois aparecem como camelôs, vendendo diversos produtos. A bancada de exposição dos produtos tem o contorno do mapa do Brasil, o que indica uma referência à oferta dos produtos brasileiros aos estrangeiros, feita em várias línguas. FHC oferece itens como canetas, telefone celular, brinquedos e afirma que se os itens forem comprados dele sairão mais baratos, reproduzindo a frase em francês, inglês, alemão e espanhol. Enquanto isso, Malan, se preocupa em olhar ao redor para não ser surpreendido por algum fiscal, medo comum entre os vendedores ambulantes que se arriscam nas ruas dos centros urbanos brasileiros para vender itens, muitas vezes, contrabandeados. A oferta do Brasil aos outros países é descrita de forma sarcástica. No noticiário do dia, (O Globo, 20 de setembro de 1995, p.04, reportagem: “Kohl diz a FH que agora Alemanha investirá mais no Brasil”) o relato de viagem de FHC a Bonn, na Alemanha, divulga que o governo alemão anunciou o Brasil como parceiro prioritário na América Latina para transações comerciais, mas, de qualquer maneira, o Brasil ficava devendo

favores ao governo alemão, como a discussão de medidas que ampliassem a proteção ambiental no país.

5.4 ESTABILIZAÇÃO DOS PREÇOS, VIA POLÍTICA CAMBIAL FIXA

Desde 1964, quando foi criado o Banco Central do Brasil, além de emitir moeda, a instituição controla o fluxo monetário do país e consegue, com isto, afetar o índice de inflação e a taxa de juros que impactam diretamente nos preços dos produtos ao consumidor final. Os economistas usam uma fórmula que leva em conta a velocidade de circulação da moeda para explicar os motivos que levam ao aumento de preços, provocando inflação. Esta velocidade nada mais é que o aumento de compra para estoque de produtos, o que faz com que os produtores elevem os preços. Em outras palavras, é principalmente por causa da especulação que busca o lucro rápido, que se elevam os preços de bens de primeira necessidade, gerando a inflação (SANDRONI, 1994). O controle de preços leva a medidas restritivas tomadas pelas autoridades econômicas do país e, no governo FHC, este objetivo estava ligado principalmente à manutenção do Plano Real, visando reduzir o consumo para segurar os preços e não elevar a inflação.

Em 1995, quando havia possibilidade de que a inflação voltasse, a reação econômica do governo foi incluir dois componentes ao sistema: uma desvalorização controlada, da ordem de 6% em relação à taxa de câmbio da época e uma alta da taxa de juros nominal, que passou de 3,3% em fevereiro 1995 para 4,3% em março 1995 (GIAMBIAGI, 2011). Os efeitos dessas medidas, segundo Giambiagi (2011), não demoraram a aparecer e o governo se mostrava empenhado em defender a nova política cambial que não contemplava novas desvalorizações. Assim, atraídos pela rentabilidade elevada das aplicações em moeda local, os investidores retornaram ao país e as reservas internacionais fecharam 1995 em US\$52 bilhões, o que fez a inflação ceder.

Pode-se concluir que, nas difíceis circunstâncias de 1995, o Plano Real foi salvo por dois fatores: a política monetária, pois sem os juros altos

daquela época dificilmente ele teria escapado de sofrer o mesmo destino que os planos que o antecederam; e a situação do mercado financeiro internacional, pois se este não tivesse retornado à ampla liquidez e busca pela atratividade dos mercados emergentes, a política monetária por se provavelmente teria sido incapaz de assegurar o êxito do Plano (GIAMBIAGI, 2011, p.167-168).

Mas, em contrapartida, o PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil diminuiu mais de 3% entre o primeiro e o terceiro trimestre de 1995, sendo que na indústria a queda foi ainda maior, de 9%.



Figura 46: Chico Caruso. O Globo em: 07.03.1995.

Na charge da figura 46, FHC pergunta aos leitores se a nota, em tamanho “menor não fica melhor?”. A expressão de FHC é incerta, com um sorriso tímido, com uma certa insegurança na afirmação transmitida, já que as gotículas de suor que saem de sua testa expressam a aflição (RAMOS, 2016). Desde o início do governo a equipe econômica mantinha como esforço principal não desvalorizar o real e manter a estabilidade da moeda. Na data de publicação desta charge, o BC aumentou a valorização do dólar comercial

entre R\$ 0,86 e R\$ 0,90, o que permitiu que o real perdesse 2,68% do valor, em um só dia (O Globo, 07 de março de 1995, p.19, reportagem: “Governo muda câmbio e oficializa sistema de bandas”). Mesmo assim, a oscilação era avaliada como natural dentro do processo de amadurecimento da moeda cuja banda cambial tolerada era entre 7% mais ou 7% menos. Na capa do jornal (figura 46) o título “Banco Central desvaloriza o Real” é específico e neste exemplo o leitor pode recorrer a esta informação para entender a charge análoga ao título sobre a desvalorização do real.



Figura 47: Reprodução da Capa de O Globo em: 07.03.1995.

A charge mostra este contexto, mas a reportagem escrita usa uma linguagem mais econômica, cujo entendimento precisa ser mais específico e amplo.

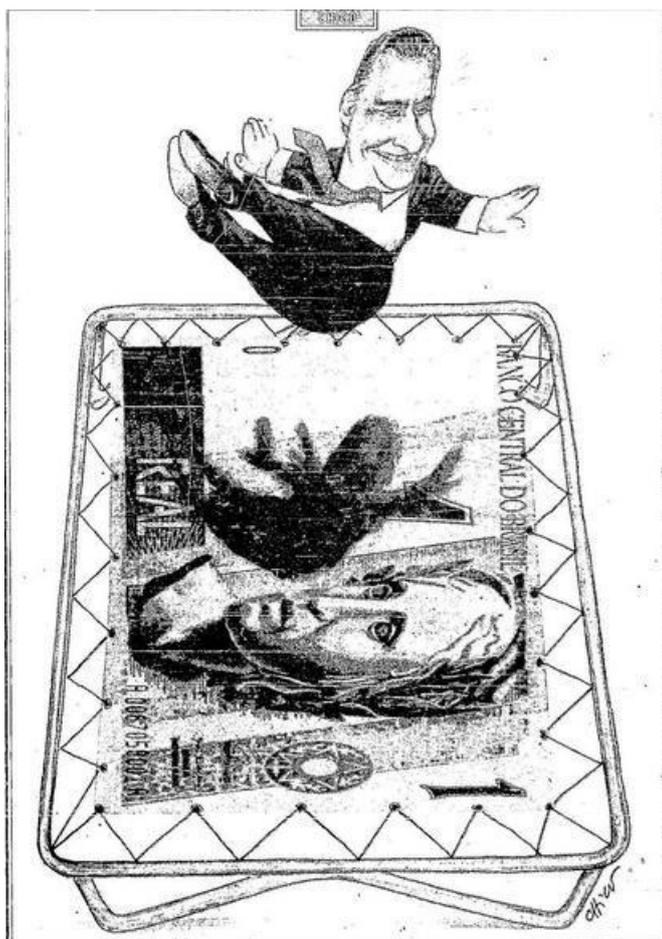


Figura 48: Chico Caruso. O Globo em: 01.02.1996.

Na cena da figura 48, FHC faz saltos sob o apoio de uma cama elástica cuja representação é uma nota de um real. Na charge, Fernando Henrique Cardoso sorri como se estivesse satisfeito com o resultado dos saltos que a moeda lhe permite dar, em analogia ao seu desempenho político. Não é redundância notar que FHC está trajando terno e gravata e tem uma feição serena, já que costumava ser reconhecido pela elegância impecável de seus trajes. São raras as charges em O Globo nas quais ele não foi retratado com vestes formais. No dia desta publicação, O Globo dedicou o centro da capa para a charge em questão, acompanhando a principal manchete daquela quinta-feira, o que demonstrava para muitos um governo forte, conseguindo manter a economia sob controle. Com o diálogo entre o destaque tipográfico e imagético, o jornal parece comemorar junto com FHC o sucesso do real.



Figura 49: Reprodução O Globo. Capa. 01.02.1996.

O Globo ressaltava que mesmo com a mudança de adoção de uma nova banda cambial¹⁸, o governo federal conseguia segurar as especulações em torno da moeda brasileira. Os leilões de compra e venda de dólar contribuíam para segurar a cotação do real perante a moeda americana. Tratava-se de uma movimentação corriqueira à época para atingir o objetivo de não permitir a desvalorização do real diante do dólar.

Analisando os reflexos dessas decisões muitos autores explicam o desgaste da medida com o passar dos anos.

Entre 1995 e 1998, houve um progressivo desgaste da âncora cambial como instrumento básico da política econômica. Embora essa âncora tivesse sido funcional em um primeiro momento para o combate à

¹⁸ A banda cambial é a denominação de um regime de câmbio, usado pelo Banco Central do Brasil entre março de 1995 e 1998, para estabelecer uma faixa (banda) em que o câmbio poderia flutuar.

inflação, com o passar dos anos os problemas dela decorrentes começaram a se mostrar crescentemente onerosos. Por um lado, porque a deterioração da conta-corrente estava gerando um aumento acelerado dos passivos externos do país. E, por outro, porque a necessidade de compensar esse déficit externo mediante a entrada de capitais que se sentissem atraídos pelas elevadas taxas de juros oferecidas no mercado passou a gerar uma despesa financeira significativa (GIAMBIAGI, 2011, p. 174).

Entre o final de 1994 e o ano de 1998, o mercado financeiro internacional foi sacudido por três crises importantes: a do México, em 1994, a dos países da Ásia em 1997, e a da Rússia em 1998. Desde o segundo semestre de 1998, na iminência da crise asiática, o espaço para endividamento externo se reduziu (GIAMBIAGI, 2011), o que fez com que economias como a do Brasil, baseada na combinação de déficits em conta corrente e de taxas de juros reais elevadas deixassem de ser eficazes. Em todas as crises, o Brasil foi seriamente afetado pelo “efeito contágio” associado à redução dos empréstimos aos países ditos “emergentes”, que sobreveio a cada crise (GIAMBIAGI, 2011).

A charge da figura 49 relaciona a crise dos Tigres Asiáticos sobre a moeda brasileira.

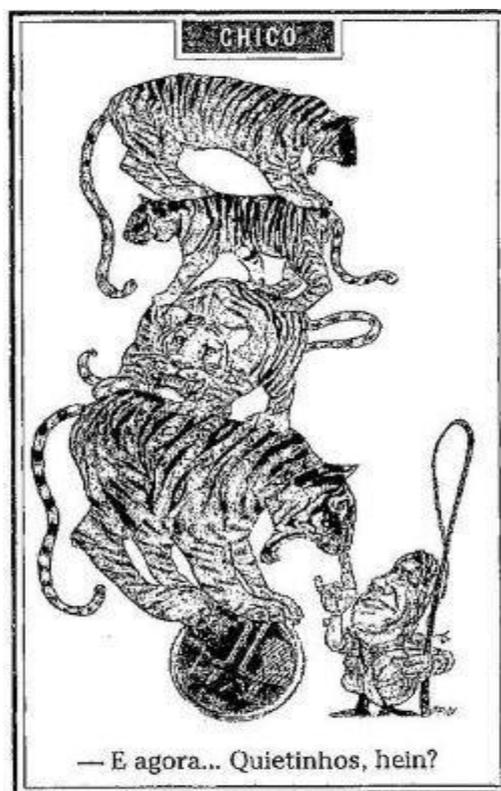


Figura 50: Chico Caruso. O Globo em: 11.11.1997.

Na cena, (figura 50) FHC é um domador de tigres, identificado através das roupas e do uso de um chicote em uma das mãos. Outro instrumento de defesa dele é uma moeda de um real. FHC consegue a proeza de encaixar quatro tigres em cima de uma moeda e determina que fiquem quietos e equilibrados. A principal leitura da cena é a de que o presidente se defende dos efeitos da crise financeira que afeta os quatro países do chamado bloco dos Tigres Asiáticos: Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura e Hong Kong com o Real. Desde a década de 1960, estes países ampliaram o comércio internacional, com exportações de produtos manufaturados e ganhando mercados (SANDRONI, 1994). Em 1997, uma crise a partir dos quatro países pulverizou dificuldades a diversos países que estavam abastecendo o grupo com matéria prima, entre eles o Brasil. Para evitar a fuga de recursos externos, o governo elevou os juros, o que provocou uma desaceleração da economia nacional. A pressão era grande para que o Real fosse desvalorizado, mas FHC manteve o valor ao custo de um menor crescimento interno e estagnação salarial. Um pacote de ajuste fiscal anunciado para enfrentar a crise foi composto por redução de gastos e aumento de impostos.



Figura 51: Chico Caruso. O Globo em: 02.10.1998.

A intenção das medidas econômicas mostra como a linha dos interesses políticos está sempre muito próxima das decisões que alteram a economia. A figura 51 mostra FHC, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, segurando uma nota de dólar alada. FHC pede calma a George Washington, personagem que ilustra a nota, como se pudesse evitar a valorização da moeda norte americana até a apuração dos votos. A charge foi publicada na sexta-feira que antecedia a eleição de 1998, na qual FHC disputava a reeleição. Na segunda-feira, dia 05 de outubro, FHC era confirmado como presidente reeleito. Em 1998, a Rússia também foi afetada pela crise asiática e o reflexo no Brasil forçou a revisão da política cambial usada para segurar o valor do real próximo ao dólar (Mattei; Magalhães, 2010). A chamada banda cambial foi substituída pelo câmbio flexível (flutuante) e provocou fortes mudanças no cenário econômico, principalmente desvalorizando o Real diante do dólar. Para fechar as contas naquele ano, o Brasil recorreu novamente a um empréstimo do FMI (Fundo Monetário Internacional) e captou R\$ 41 bilhões, e o anúncio da abertura de crédito foi feito dias antes da eleição.



Figura 52: Chico Caruso. O Globo em: 04.01.1999.

Em 1999, o jornal O Globo já usava cores na capa, o que alterou a ênfase das imagens, incluindo as charges que estampavam diariamente o jornal. Na figura 52, assim como na anterior, retoma-se a mesma intenção, mas, aqui, FHC, reeleito presidente, está sozinho tentando segurar o vôo do dólar. Era o começo do segundo mandato dele e as dificuldades econômicas já rondavam a agenda política. O desenho enfatiza que FHC faz força para conter o dólar, os pés tentam frear a nota, levantando poeira do chão, e o presidente segura com as duas mãos a nota. As cores evidenciam as características de FHC, agora retratado por Chico com um olhar mais sério, mais envelhecido, com traços mais próximos do personagem, sem exageros.

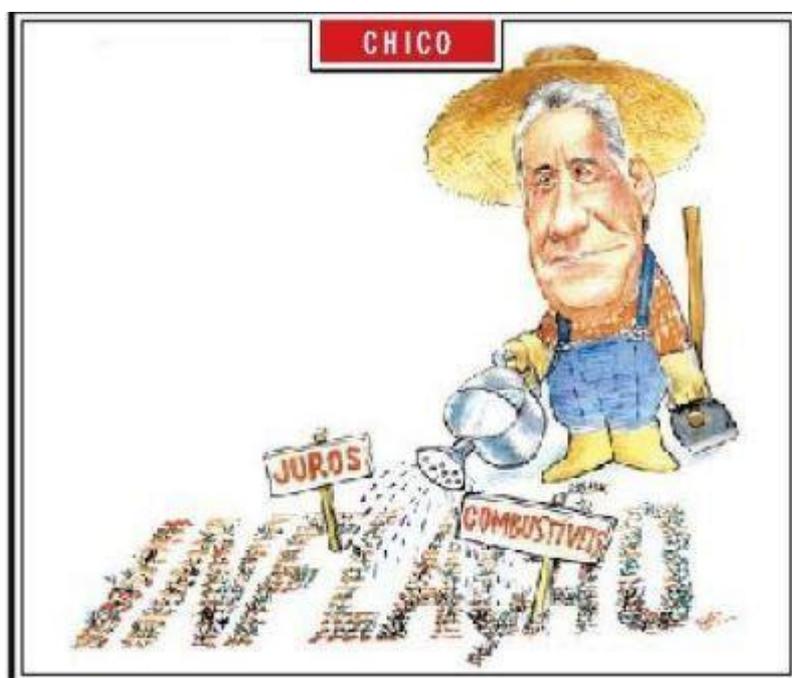


Figura 53: Chico Caruso. O Globo em: 05.03.1999.

A charge da figura 53 mostra FHC regando uma plantação de juros e de combustíveis, o que provoca o crescimento da inflação, inscrita na horta do presidente. Com roupas típicas de camponeses, FHC demonstra uma expressão tranquila como se esperasse esta reação das plantas, ou melhor, do mercado. Apesar do tom levemente satírico, encontramos muitas charges que fazem apenas registros destes fatos com pouca ou nenhuma crítica contundente. A irreverência nesta cena pode ser atribuída às roupas usadas por FHC ou mesmo pelas medidas ortodoxas que o governo dele adotou, com

diversos cortes no orçamento para atender às imposições do FMI, que estipulou rígidas condições para o empréstimo do ano posterior.

Outra medida de grande repercussão no mercado financeiro foi a liberalização de preços para os combustíveis, medida anterior às mencionadas neste tópico e que tiveram grande repercussão no cenário nacional. A Agência Nacional do Petróleo descreve na linha histórica da agência, que foi um dos primeiros setores brasileiros a flexibilizar os preços de venda dos produtos, desde a distribuição e a revenda de combustíveis. A política de livre comércio foi iniciada em 1990 e chegou em 2001 com a liberalização para toda a cadeia produtiva de petróleo, gás natural e biocombustíveis. Além de refletir em aumento de preços para o consumidor final, a medida reduziu o tempo das isenções fiscais do governo para este setor. A partir da Lei do Petróleo (Lei n 9.478/1997), a liberalização no mercado de combustíveis se deu de modo efetivo.

5.5 PRIVATIZAÇÕES

O governo FHC tinha como pilar do crescimento econômico a redução da participação do Estado na gestão de empresas públicas e o projeto econômico contemplava um vultoso programa de privatizações, segundo MATTEI; MAGALHÃES (2010). A política de ajustes estruturais dependeria do desempenho neste setor também, reduzindo o que os neoliberais consideram gastos sem retorno, sem lucro. Os acontecimentos mostraram algumas intenções confirmadas, mas o próprio FHC se esforçou para negar alguns aspectos do governo dele, como ao dizer que as privatizações que efetivou foram uma “renovação do Estado para defender o interesse público e nacional na era da economia globalizada” (CARDOSO, 2006).



Figura 54: Aroeira. O Globo em: 07.06.1995.

São diversas “camadas” que podem ajudar na leitura desta charge (Figura 54). Inicialmente, a mais forte associação remete ao filme King Kong¹⁹, quando, em uma das cenas marcantes, o animal escala prédios como o Empire State Building, em Nova Iorque, nos Estados Unidos e se mostra irritado, derrubando os aviões da força aérea que tentam contê-lo. A versão do filme de 1976 tinha como enredo uma expedição em busca de petróleo, na qual a equipe se confrontava com um gorila gigante, a analogia da charge está também na demonstração de FHC como o King Kong, defendendo o fim do monopólio da Petrobrás. A estatal está representada pelas torres que analogamente formam plataformas de extração de petróleo e, ao mesmo tempo, compõem a fachada do Congresso Nacional, junto com as cúpulas nas laterais. O assunto em destaque no dia da publicação é a véspera da votação da emenda constitucional que pede o fim da atuação exclusiva da Petrobrás no

¹⁹ King Kong, filme de 1976, dirigido por John Guillermin e escrito por James Ashmore Creelman, foi a primeira versão lançada em dezembro de 1976 cuja cena marcante do gorila escalando prédios de Nova Iorque, depois foi reproduzida ao longo das décadas em outras versões do filme que contribuíram para popularizá-la.

setor petrolífero. FHC, inclusive, promoveu nesta semana, encontros e jantares com parlamentares para convencê-los de que a proposta deveria ser aprovada a qualquer custo, como podemos entender na figura 55.



Figura 55: Aroeira. O Globo em: 10.06.1995.

A crítica de Aroeira contribuiu para despir a falsa moralidade de parlamentares que apoiavam medidas do governo FHC. Na figura 55, o presidente, vestido como um operário/usineiro, confere barris de petróleo, que estão na realidade cheios de parlamentares e a afirmação dele revela como eram corrompidos deputados federais e senadores para confirmação de votos em medidas polêmicas. A frase de FHC: “a produção tá muito boa, mas o custo por barril é um absurdo”, acompanhada da onomatopeia “tic tic tic” indica que o presidente reprovava os valores cobrados. É possível interpretar que são parlamentares dentro dos barris porque ao fundo da cena, mais uma vez, estão as torres e as cúpulas do Congresso Nacional, estilizadas para lembrar os poços de extração de petróleo e deles estão jorrando parlamentares. O título “Votobrás” também contribuiu para uma interpretação do contexto. O custo dos

votos dos apoiadores para aprovação da medida que quebraria o monopólio da Petrobrás era altíssimo, mas o presidente parecia disposto a pagá-lo, já que, apesar da crítica do uso para suposta compra de votos, a medida foi aprovada pelo Congresso Nacional. O monopólio do petróleo permitia apenas à Petrobrás importar combustíveis, o que foi liberado comercialmente por FHC.



Figura 56: Erthal. O Globo em: 09.06.1995.

O fim do monopólio da Petrobrás foi uma das propostas polêmicas do início do governo FHC, e também está reportada na cena da figura 56. FHC aparece varrendo cacos de vidros, nos quais é possível ler o nome da estatal de petróleo, a Petrobrás. Num plano ao fundo, alguns manifestantes, reconhecidos pelas bandeiras que empunham, parecem deixar o local; outros, em uma rampa, também estão distantes de FHC. As rampas remetem aos prédios dos poderes executivo e legislativo, em Brasília. A representação do presidente limpando o cenário aborda a um só tempo dois fatos, o ato de apagar os vestígios dos protestos e de esconder os danos causados a Petrobrás.

Diante da pesquisa e análise dos arquivos de O Globo, é possível afirmar que os chargistas raramente retrataram FHC em outras vestes que não um terno alinhado, impondo ou reproduzindo sarcasticamente a imagem do intelectual, mesmo em situações como essa. Apesar da feição indicar uma

imagem um tanto constrangida, parece haver uma associação à vergonha de manusear uma ferramenta de limpeza e não à medida que prejudicava a Petrobrás, propriamente. FHC neste dia comemorava a aprovação da alteração à Constituição que quebrava o monopólio da Petrobrás. No dia anterior à publicação desta charge, a Câmara Federal havia aprovado a emenda constitucional que permitiu que empresas nacionais e estrangeiras aportassem recursos em pesquisa, transporte e refino de petróleo, além disso, empresas diversas passariam a ter autorização para importar e exportar petróleo e derivados. A medida, vista como um passo para a terceirização e privatização da empresa, foi criticada e manifestantes de diversas frentes se reuniram em frente ao Congresso Nacional. Durante o protesto, vidros do Congresso foram quebrados.



Figura 57: Erthal. O Globo em: 01.04.1996.

Outra privatização do governo FHC foi a das empresas de telefonia. Nesta cena, (figura 57) FHC lava a boca do ministro das telecomunicações e responsável pela operação de vendas das companhias, Sérgio Motta. Polêmico por dar declarações nem sempre amistosas, é ele quem tem a boca esfregada

por FHC, que veste um jaleco e um capelo²⁰, remetendo-o a um professor universitário em ocasiões de cerimônias, um tutor que repreende com um puxão de orelha e ensina ao “pupilo” bons modos. O sabão também tem palavras que remetem a uma música de repercussão da época - “sabão crá crá” - do grupo Mamonas Assassinas, também conhecidos pelas letras escrachadas e pela despreocupação com a ambiguidade das palavras.



Figura 58: Chico Caruso. O Globo em: 05.06.1996.

²⁰ Capelo é uma palavra de origem italiana, derivando de cappello. Atualmente, designa tipos variados de chapéus: capuz usado pelos frades; antiga touca de viúvas ou freiras; chapéu usado pelos universitários na cerimônia de colação de grau.

FHC na charge da figura 58 é o comandante da embarcação, analogamente o Brasil. Usando roupas e acessórios de pirata/capitão, leva no ombro esquerdo um tucano, identificado como o economista Pécio Arida, filiado ao PSDB também, como nariz ampliado para parecer-se com a ave símbolo do partido e associado ao neoliberalismo e às privatizações. Arida, ex-presidente do Banco Central, já havia deixado o governo federal nesta época por suspeitas de ter encontros com banqueiros antes de tomar grandes medidas econômicas e cambiais. Na época da privatização da Vale do Rio Doce²¹ atuava em um fundo de investimentos privado e foi consultor no processo movido por FHC. A venda da companhia até hoje recebe críticas e poucas charges mencionaram o assunto no jornal do O Globo, ao longo dos dois mandatos do governo tucano, o que pode ser explicado, em parte, pelo apoio que o jornal se inclinava a oferecer aos governantes, ou mesmo pela posição alinhada à direita que defendia as privatizações. A referência no texto da charge também supõe um posicionamento político, pois direita é a linha de atuação de FHC, dentro de um projeto de neoliberalismo que defende que o Estado tenha responsabilidades mínimas na administração pública, entregando muitos serviços para exploração da iniciativa privada, sempre alegando que investidores externos têm melhores condições de alavancar os setores. E, neste caso, foi o que foi feito com a exploração de minérios da companhia Vale do Rio Doce. Quando uma empresa estrangeira se habilitava à compra das estatais podia acessar crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para pagar as aquisições. Diversos relatos indicam que houve subvalorização da companhia. Relatórios indicam que em maio de 1995 a Vale informou à Securities and Exchange Commission, entidade que fiscaliza o mercado acionário dos Estados Unidos, que as reservas de minério de ferro em Minas Gerais eram de 7,918 bilhões de toneladas, mas, dois anos depois, o

²¹ A Vale é uma empresa multinacional brasileira e uma das maiores mineradoras do mundo. Foi criada em 1942 no governo de Getúlio Vargas, para a exploração das minas de ferro na região de Itabira, no estado de Minas Gerais. Atualmente a Vale é uma empresa privada, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro.

edital de privatização indicava apenas 1,4 bilhão de toneladas (AMAURY, 2012).

Era preciso preparar o clima para vender as estatais, fossem quais fossem. As pessoas precisavam entender que leiloar patrimônio público 'seria um benefício' para todos. O Estado reduziria suas dívidas interna e externa e receberia um aporte de dólares que permitiria que se dedicasse somente à saúde, à educação e a um ou outro setor. (...) Na prática, a teoria acabou sendo outra. O torra torra das estatais não capitalizou o Estado, ao contrário, as dívidas interna e externa aumentaram, porque o governo engoliu o débito das estatais leiloadas – para torná-las mais palatáveis aos compradores –. (...) Para agravar o quadro, os cofres nacionais financiaram aquisição das estatais e aceitaram *moedas podres*, títulos públicos adquiridos por metade do valor de face, na negociação (AMAURI, 2012, p.38).



Figura 59: Chico Caruso. O Globo em: 07.06.1996.

As denúncias até hoje deixam dúvidas sobre como alguns políticos podem ter lucrado com as vendas das estatais. Mas, as críticas mais intensas na época não eram feitas através das charges de O Globo. As propostas iniciais de venda companhia de mineração do Brasil desencadearam protestos, como mostra a figura 59, na qual pode-se ver uma chuva de picaretas sobre FHC, dando uma ideia da enxurrada de críticas ao projeto de venda da Vale do rio Doce, já que a ferramenta é usada na mineração. FHC corre, como

demonstram as posições das pernas dele, alinhado num terno, e coloca as mãos na cabeça para protegê-la. A composição em diagonal acentua o dinamismo da cena. O riso sarcástico pode estar mais próximo de uma frieza diante do quadro ou mesmo uma despreocupação sobre o que estava decidido, que era vender a estatal.



Figura 60: Chico Caruso. O Globo em: 06.06.1996.

Na charge da figura 60, vemos um pequeno figurante tucano no ombro do capitão do navio, FHC. Trata-se novamente de Pêrsio Arida, que fala sem parar. Fazem parte do grupo, outros dois personagens: José Serra (Ministro do Planejamento) que usa um tapa olho, calças curtas e rasgadas, e pesca apenas uma espinha de peixe; e Pedro Malan (Ministro da Fazenda), que somente observa a cena. A fala atribuída pelo travessão parece ser de Serra que se incomoda com as frases do tucano: “Pô! Tem tucano falando feito papagaio”, ou seja, a ave que fala é outra. As frases da ave também causam reverberação no meio político, já que tratam de temas polêmicos como a reeleição de FHC e a privatização das empresas de telefonia. Percebe-se aqui como são muito comuns as metáforas visuais de se conduzir navios,

embarcações para falar dos rumos do país. O fato de serem piratas é significativo, pois estes são geralmente associados a ladrões.

5.6 FIM DO OPORTUNISMO NEOLIBERAL

Os eixos centrais do primeiro mandato, apesar de permanecerem na agenda política, na prática não eram a preocupação de FHC no segundo mandato, na avaliação de Marcos Nobre (2013). As reformas liberalizantes, estruturais e mesmo as privatizações exigiam outras medidas para conter a crise gerada a partir da lógica do real. A implementação do Plano Real, desde os primeiros anos de vigência, acumulou um passivo dependente do neoliberalismo. Isso em termos sociais significou a redução drástica de recursos públicos para políticas que levassem o país ao crescimento ou ainda com projetos compensatórios que pudessem atender os mais pobres. “A manutenção de altas taxas de juros garantiu a preservação da renda dos estratos mais ricos e o padrão desigual de distribuição de renda vigente no país” (NOBRE, 2013, p.24-25). Para conter a inflação foi esse o preço que o país pagou, incluindo ainda crescimento da dívida do setor público e da carga tributária.

Não à toa que as charges mais representativas publicadas em O Globo, durante os dois mandatos de FHC o mostram atrelado ao real ou administrando crises políticas.

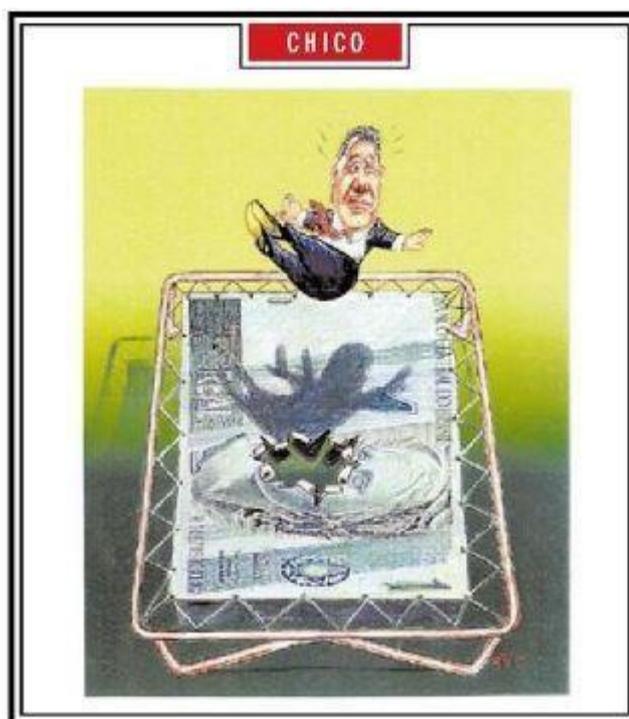


Figura 61: Chico Caruso. O Globo em: 26.09.2002.

Esta charge (figura 61) foi publicada no fim do segundo mandato. Mantendo o Real em destaque, Chico Caruso reaproveita uma cena publicada em 1996 (que pode ser vista na análise da figura 48 desta pesquisa) e faz significativas alterações. FHC, apesar de todo esforço para se manter bem politicamente, com a desestabilização da moeda brasileira, não convence nem mais o próprio desenhista, que usa um rasgo no centro da nota de R\$1,00 para expressar graficamente o futuro do presidente. Esta ironia faz parte do contexto no qual as pesquisas de intenção de voto indicavam que o governo federal poderia cair nas mãos do PT, o que fez com que também os veículos de comunicação começassem a orquestrar mudanças editoriais. De qualquer maneira, o autor retoma a charge do trampolim usando uma cama elástica, mas, desta vez, o salto de FHC já não tem a mesma confiança expressa no rosto. A expressão facial agora tem preocupação diante da situação, da eminência do perigo de ver que o resultado da eleição vai eleger o adversário e não seu aliado. Lula liderava as pesquisas de intenções de voto, e, pela primeira vez, o candidato aliado de FHC, José Serra caía para a terceira posição, sendo ultrapassado por Antony Garotinho, ou seja, o discurso dos

criadores do real já não dava os votos que FHC gostaria. O discurso de pai do Real não conseguiria mais sustentar uma nova eleição.

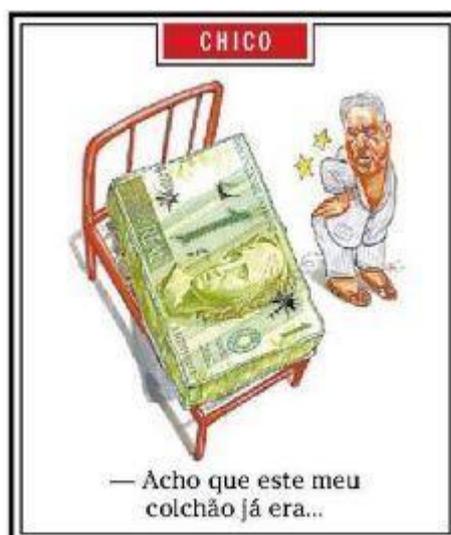


Figura 62: Chico Caruso. O Globo em: 16.10.2002.

Outra charge sobre o fato de que o real já não poderia mais ser tratado como alavanca de FHC é a da figura 62. Vemos um maço de notas de reais ser usado metaforicamente como o colchão no qual FHC não consegue mais se deitar tranquilamente, pois lhe provoca dores nas costas. O presidente, usando pijama, com as mãos na região lombar, admite: “- Acho que este meu colchão já era...”. O real já não tinha o mesmo peso/estofa político, já não era mais uma zona de conforto e passava a prejudicar seu governo. O pijama também pode ser uma analogia sobre a hora de ir para casa descansar, diante da proximidade do fim do segundo mandato do político que iria deixar a presidência do Brasil. O pijama é um elemento muito usado para representar, ainda que de modo estereotipado, a pessoa aposentada. E a intertextualidade do texto diz respeito à alta dos juros que, naquela semana, passou de 18% para 21% e se tornou motivo de críticas do candidato Lula, que liderava a pesquisa na disputa pela presidência do Brasil contra José Serra do PSDB, aliado de FHC.

Nobre (2013) resume de forma objetiva o resultado dos dois governos de FHC, o qual ele chama de oportunismos da ideologia neoliberal:

Destaca-se nesse processo o fato de o controle da inflação ter permitido, pela primeira vez, que a desigualdade obscena do país fosse para o centro do debate público e da disputa política. Foi em um sistema polarizado em torno do combate às desigualdades que o PT chegou ao poder federal. Essa mudança de patamar da política e do debate público permitiu que se consolidasse, ao longo do período Lula, o social desenvolvimentismo (NOBRE, 2013,p.24-25).

Neste capítulo é possível identificar nas charges que um perfil é traçado, intencionalmente ou não, para caracterizar o presidente como uma pessoa segura de seus atos, em poucas imagens ele tem uma feição indecisa ou inquieta, nas cenas decisivas que representam medidas fortes no cenário econômico como na figura 53, o tema é a inflação, a disparada dos juros e o preço dos combustíveis, FHC está descrito como quem tem razão. O intelectual que tanto se propagou na imprensa nacional ganha espaço nos traços de Chico Caruso. Já as charges das figuras 54 e 55, mostram o destronamento de FHC com deboche, crítica e impopularidade, mas há de se ressaltar que o chargista era Aroeira, trabalhando geralmente na cobertura das férias do titular Chico Caruso. Aroeira consegue imprimir outra noção de crítica através das cenas, rica em detalhes, remete a analogias significativas e que levam o leitor para outra esfera de entendimento.

6. PROJETO ECONÔMICO DO GOVERNO LULA

Após o controle da inflação a qualquer custo, o Brasil estampou de modo mais evidente as desigualdades sociais e o PT as incluiu na agenda política como tema central de campanha. No primeiro mandato de Lula, Nobre (2013) avalia que, além da recente conquista pela democracia, o Brasil incluiu como condição de governabilidade manter a estabilidade através do controle da inflação e este controle inflacionário, mesmo que sob a ótica neoliberal, favoreceu a implantação de um novo sistema de governo como o projeto social-desenvolvimentista.

O enredo inicial é a vitória de Lula nas eleições de 2002 com a promessa de implantar um novo modelo de desenvolvimento para o país. Mattei; Magalhães (2010) ressaltam que os mandatos do presidente devem ser olhados sob aspectos diferentes na economia. No primeiro mandato, Lula deu continuidade a projetos deixados pela equipe neoliberal de FHC. No primeiro ano, a equipe comandada pelo ministro da fazenda Antônio Palocci lançava o documento “Política Econômica e Reformas Estruturais”, com o compromisso de aprofundar a linha mestra da política econômica anterior, com pequenos ajustes apenas (MATTEI; MAGALHÃES, 2010). Palocci dava o tom do início da gestão validando uma frase dita por Lula, após ter sido eleito, alegando que o governo não poderia dar um cavalo-de-pau em um transatlântico em movimento, no caso, não poderiam mudar abruptamente a economia brasileira. No segundo mandato, a estratégia foi outra, com as convicções ortodoxas do neoliberalismo deixadas de lado, “o governo deu início a uma lenta recuperação da capacidade estatal de interferir na dinâmica econômica” (MATTEI; MAGALHÃES, 2010, p.140).

Diante dessas diferenças, a seleção das charges para análise do governo Lula levou em conta os principais momentos e acontecimentos marcantes da economia. As temáticas foram subdivididas em: Carta do Povo Brasileiro, renúncias e possibilidades; A política econômica inicial; as Reformas da previdência, a tributária e a monetária; e uma proposta de Política econômica flexível do segundo mandato (MATTEI; MAGALHÃES, 2010) que

inclui tópicos como: pré-sal, crise mundial e o aporte ao FMI e os investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Nos governos do PT, na gestão de Lula, apenas o desenhista Chico Caruso publicava charges no periódico O Globo, de modo que a totalidade dos exemplos foi feita por ele.

6.1 CARTA AO POVO BRASILEIRO: RENÚNCIAS E POSSIBILIDADES

Um das atitudes mais marcantes de Lula no processo político que o elegeu foi a divulgação da Carta ao Povo Brasileiro²², no dia 22 de junho de 2002. Marcante e controversa, a carta é até hoje alvo de crítica a respeito da mudança que Lula e o PT produziam para serem eleitos. A carta era a renúncia antecipada de qualquer tentativa para redefinição de contratos ou dos marcos políticos ideológicos do neoliberalismo iniciado por FHC. Os compromissos constantes na carta representavam um pacto de manutenção de prerrogativas econômicas antes combatidas pelo partido. O efeito foi mesmo para produzir credibilidade perante o mercado financeiro internacional que se mostrava apreensivo com a possibilidade de mudança do gerenciamento do sistema político herdado (NOBRE, 2013). Lula era tema frequente nas charges de O Globo, em 2002, ano eleitoral.

²² Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva/> Acesso em 17 abril 2018.

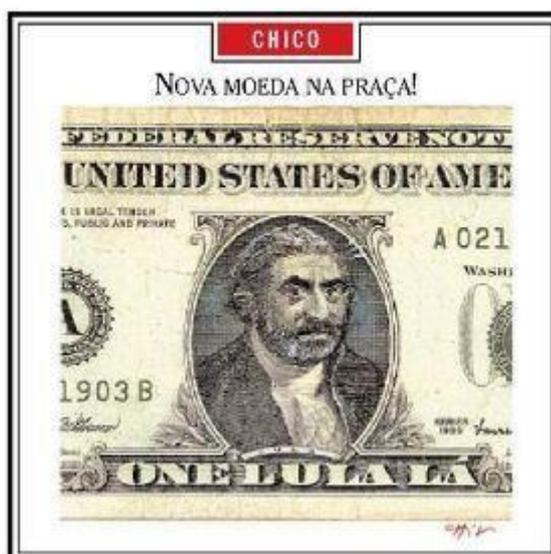


Figura 63: Chico Caruso. O Globo em: 25.09.2002.

Na charge da figura 63, Lula estampa a nota de dólar e tem a reprodução aproximada de um dos *jingles* de campanha escrito abaixo da imagem “one Lula lá”, a referência sonora à música da campanha de 1989 “Lula lá...”. A cena mistura dois dos principais assuntos mais tratados pelos chargistas: política e economia. A pesquisa de intenções de voto indicava a vitória de Lula na disputa pela Presidência, na campanha de 2002, já que, mesmo em segundo turno, ele seria o novo gestor do Brasil. Por isso, a referência “nova moeda na praça” aparece antes da eleição de fato. A figura de Lula seria a próxima a dominar ou determinar as tendências de mercado no Brasil, ao invés do dólar. Neste dia, o dólar disparava para a maior cotação diante do Real e chegava a R\$ 3,87, para efervescência da economia na época.

A própria Carta ao Povo Brasileiro tentava responder aos anseios e especulações, afinal, o documento confirmava a intenção de manter as políticas para o controle inflacionário. Mesmo sob críticas contundentes, a lógica do governo seria a de que “não sendo possível uma radical reforma do sistema político, troquemos um pacto com o pemedebismo²³ por avanços na

²³ Referência utilizada por Marcos Nobre para citar uma governabilidade pactuada com partidos políticos, seções jurídicas e outras esferas que atuam direta ou indiretamente no governo federal. (NOBRE, 2013).

diminuição das desigualdades materiais e simbólicas, de renda e reconhecimento social” (NOBRE, 2013, p.25).

E após eleito, Lula dominava os assuntos das charges de O Globo. Aliás, inicialmente Lula e o dólar eram personagens constantes nas charges.

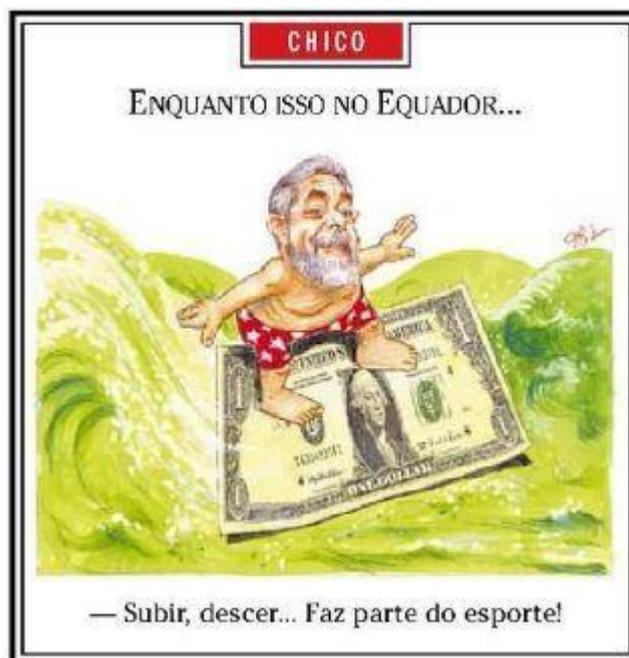


Figura 64: Chico Caruso. O Globo em: 16.01.2003.

No primeiro mês de governo de Lula o político é representado com deboche, como na charge de O Globo (figura 64), na qual ele usa uma sunga vermelha com estrelas brancas, cores propositais para reconhecimento de seu partido, o PT. Lula está surfando em uma nota de dólar e, ao contrário de FHC, é ridicularizado com mais frequência em vestes pouco convencionais para um presidente. Aqui Lula aparece surfando no Equador, segundo a legenda: “Enquanto isso no Equador”. O surfe pode representar a boa maré de um início de governo: ser levado pelas ondas, se equilibrar, subir, descer, cair... Dentro desta analogia, a própria economia é vista como um esporte radical a partir da frase de Lula “- Subir, descer, faz parte do esporte”, numa referência que tornava a mencionar a oscilação da moeda norte americana. O momento refletia a primeira viagem internacional de Lula como presidente, quando participaria da reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) e discutiria com presidentes sul americanos alternativas para ajudar a Venezuela.

Neste dia, Lula também participaria da posse do presidente venezuelano Hugo Chavez. Esses eram fatos que alimentavam as críticas aos governos de frentes sociais alinhados com a esquerda e os anseios populares. Na análise pode-se ressaltar a linha editorial do jornal pouco preocupada com as causas e mesmo com os dirigentes dos países que Lula visitava. Apesar de não forçar os traços da face, o chargista contorna a mão esquerda de Lula, de modo a mostrar a falta de um dos dedos, elemento recorrente nas charges de Chico Caruso, seja para evidenciar que o personagem é Lula, seja para lembrar a trajetória do ex-operário e sindicalista.

Na figura 65, Lula conversa com a caricatura de George Washington, que estampa a nota de dólar. A oscilação da moeda norte americana foi um dos primeiros temores do governo Lula. Aliás, a crítica ao político na charge de Chico Caruso perpassa alguns intertextos. Vejamos a imagem e a análise abaixo:



Figura 65: Chico Caruso. O Globo em: 20.10.2002.

Lula é caracterizado como um detetive (ou agente secreto), identificado pelas roupas que usa em uma possível referência à ficção da literatura noir²⁴,

²⁴A literatura noir se caracteriza por apresentar histórias que misturam terror, mistério e elementos policiais, detetives e investigações que vão além dos conhecimentos de investigação criminal. O gênero recebeu esse nome justamente por ter como ambiente, na

cujas obras muitas vezes indicam que o detetive é também suspeito, um protagonista autodestrutivo. Na cena, Lula obriga George Washington a beber vinho através de um funil como estratégia para fazê-lo cair. Amarrado com cordas a uma cadeira, George representa a moeda norte americana que precisava ser contida e derrubada. O *Romanée Conti*, identificado na frase de diálogo da charge, é uma das marcas mais caras de vinho francês do mundo. Além de colocar Lula numa posição de opressor, a charge ainda tem outras interpretações diante do enredo da época. Lula, após um debate em uma emissora de televisão, foi a um jantar em Ipanema, Rio de Janeiro, com a equipe de campanha e o marqueteiro Duda Mendonça de quem ganhou uma garrafa de vinho da marca, cujo rótulo custava seis mil reais na época, e Lula foi duramente criticado por aceitar um presente como este, contraditoriamente ao que pregava em campanha, como o fim da fome aos pobres e fim das benesses aos muito ricos. E também naquela semana, os candidatos à presidência do Brasil davam as mais variadas fórmulas para conter a especulação do mercado financeiro diante do aumento do dólar perante o real que consequentemente teria reflexos na inflação. Para além deste contexto, ainda é possível associar à imagem uma crítica pessoal a Lula que nunca escondeu apreciar bebidas, e diversas vezes foi ridicularizado na imprensa por isso.

6.2 A POLÍTICA ECONÔMICA INICIAL

Ao assumir o mandato, Lula elegeu uma equipe alinhada com os pensamentos da direita neoliberal para tratar da economia, comandada por Antonio Palocci, petista mais flexível a esta linha ideológica ortodoxa. O Ministério da Fazenda publicou também um documento intitulado “Política Econômica e Reformas Estruturais”, cuja intenção foi tranquilizar o nervoso

maioria das vezes, a noite, os bares, as ruas desertas e casas repletas de assombrações. Disponível em: <http://biblioteca.pucrs.br/curiosidades-literarias/o-que-e-literatura-noir/> (Acesso em 31 maio 2018).

mercado financeiro externo que especulava com a compra de dólares na expectativa de queda do real. No documento, a justificativa para manutenção da política econômica neoliberal era retomar o crescimento econômico, com pequenos ajustes. O que, de certa forma, na prática, segundo Mattei e Magalhães (2010), resultou num aprofundamento dos mecanismos da filosofia macroeconômica de FHC, com apoio do FMI, do Banco Mundial e da Febraban (Federação dos Bancos Brasileiros) que pressionavam o governo a aprovar reformas institucionais para gerar economia de recursos internos e atender os compromissos assumidos com os bancos internacionais diante da chamada dívida externa.

Nesse projeto econômico com reformas estruturais, o modelo preservava a estabilidade econômica, redirecionando, porém, o gasto público de modo que este chegasse às classes sociais mais necessitadas. Esta pretensão não ficou muito clara no primeiro mandato, e foi aprofundada no segundo mandato de Lula. De toda forma, ainda propunha entre outras coisas: rever a Lei de Falências; a concessão de autonomia operacional ao Banco Central; a importância de modificar as regras de aposentadoria do funcionalismo; a defesa de uma maior focalização do gasto público, mudanças que o PT tinha tradicionalmente combatido (GIAMBIAGI, 2011).

A charge da figura 66 contribui para confirmar a visão de que Lula estava saindo do rumo desenvolvimentista, e estava alinhando projetos considerados de ajuda à elite econômica, portanto, ao espectro da direita neoliberal.

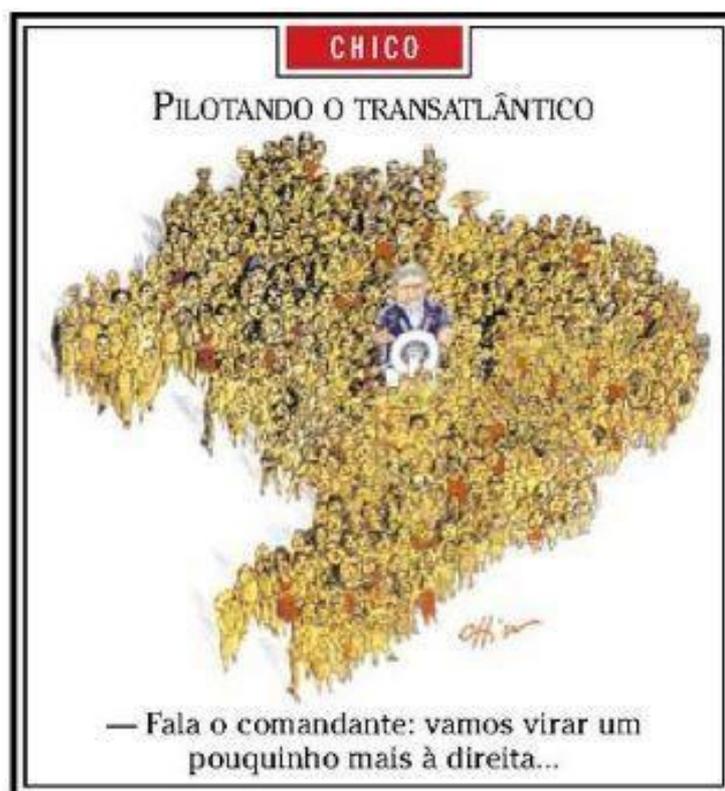


Figura 66: Chico Caruso. O Globo em: 17.02.2003.

No dia 12 de fevereiro de 2003, em um encontro com prefeitos em Brasília, Lula discursa para defender uma mudança de rumo lenta e segura na política econômica e usa muitas metáforas para comparar o país com um navio: "O Brasil não é um fusquinha, que pode dar um cavalo-de-pau, é um transatlântico. Se a virada não for feita aos poucos, pode afundar. E nós não temos vocação para Titanic" (O Globo, 12.02.2003). Foi neste contexto que, cinco dias mais tarde, foi publicada esta charge (figura 66). De novo, no foco da crítica estão as medidas antagônicas ao projeto de Lula em um governo de continuidade do antecessor, FHC. O mapa do Brasil como referência a um transatlântico sendo comandado por Lula anuncia que a embarcação tomará um rumo à direita: "Fala o comandante: vamos virar um pouquinho mais à direita", evocando as decisões econômicas neoliberais. Na época, o presidente Lula tentava tranquilizar os aliados dizendo que precisava acalmar o mercado internacional para governar. Mas, políticos aliados, como a senadora Heloísa Helena, do Alagoas, e o deputado federal Babá, do Pará, radicalizaram posição contra as medidas do governo e passaram a classificar o governo do petista como a continuidade do governo FHC. Os parlamentares do PT passaram a

ser chamados de radicais e estouraram a primeira crise interna do partido de Lula, por isso, as referências de que o governo administrava na linha mais à direita se solidificavam e são ilustradas na charge. O presidente do BC, Henrique Meirelles, era o principal ponto de discórdia com esses aliados, já que mantinha a política econômica do governo neoliberal do PSDB. O Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, também era alvo das críticas, mesmo sendo integrante do PT, pois ele salvaguardava as ideias ortodoxas para a economia (MATTEI; MAGALHÃES, 2010).

Além da nomeação de Henrique Meirelles, outras situações iniciais que representaram abandono de muitas das bandeiras históricas do partido: anúncio das metas de inflação para 2003 e 2004, de 8,5% e 5,5%, reforçando a política anti-inflacionária; elevação da taxa de juros básica; aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003 e ainda o corte do gasto público, para viabilizar o objetivo fiscal. Lula colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB de superávit primário, para o período de 2004/2006. E, assim, distante das críticas tecidas por ele a este tipo de política, delineou o primeiro mandato, segundo Giambiagi (2011).

6.2.1 Os juros e a dívida pública “Real”

Uma das principais conseqüências da política macroeconômica adotada durante todo governo FHC é que o país se tornou refém do capital especulativo nacional e internacional. Com as taxas de juros praticadas no Brasil, os investidores mais especulavam para fazer render seu capital (GIAMBIAGI, 2011), o qual se alimentava com as elevadas taxas de juros. Para Mattei; Magalhães (2010) essa opção política acabou gerando as condições necessárias para que ocorresse uma predominância do capital financeiro sobre a economia brasileira.

Para o governo federal, reduzir os juros significa principalmente reduzir o acumulado de juros a serem pagos na dívida pública. Em 2003, de janeiro a junho, foi possível reduzir os juros da dívida pública em 40 bilhões de reais, de

um total devido de 74,3 bilhões de reais. O gasto do governo Lula com os juros da dívida pública somaram, no primeiro semestre de 2003, 10% do PIB (produto interno bruto).

O Banco Central, desde 1994, com a criação do Real justificava a alta dos juros como necessidade para conter a inflação, mas, por outro lado, o país só aumentava o déficit nominal da dívida pública. Até 1998, as constantes elevações da taxa eram feitas para evitar a alta do dólar e manter o regime de câmbio controlado. Quando o Estado não consegue economizar dinheiro suficiente para pagar os juros da dívida, precisa tomar novos empréstimos para financiar as contas públicas e entra numa roda viva: quanto maior a dívida, mais juros se paga, e quanto maior a carga dos juros, mais o governo precisa se endividar. Para Giambiagi (2011), este é outro reflexo da herança de FHC para o governo Lula.

Entre 1994 e 1998, o setor público sofreu uma piora primária da ordem de cinco pontos percentuais do PIB. O peso dos juros ao longo do tempo decorreu, por um lado, da taxa de juros real — que, deflacionando a taxa de juros básica (Selic) pelo IPCA, foi de 22%, em média, nos quatro anos 1995-1998 — e, por outro, do fato de que as taxas de juros incidiam no começo do Plano Real sobre uma dívida pública equivalente a 30% do PIB e passaram depois a ser aplicadas a uma dívida progressivamente crescente. Há que frisar também que a política econômica se defrontou com um problema clássico dos programas de estabilização: a falta de um “alicerce”, representado pela política fiscal. Sem a ajuda desta, o êxito do Real dependeu quase que exclusivamente do rigor da política monetária, e os juros tiveram um papel crucial para preservar o Plano (GIAMBIAGI, 2011, p. 174 – 175).

O enfrentamento dos juros foi registrado pela charge da figura 67. Na cena Lula aparece com uma espécie de cactus, conhecida como uma planta com muitos espinhos e muito resistente, já que precisa de pouca água e poucos nutrientes para sobreviver.

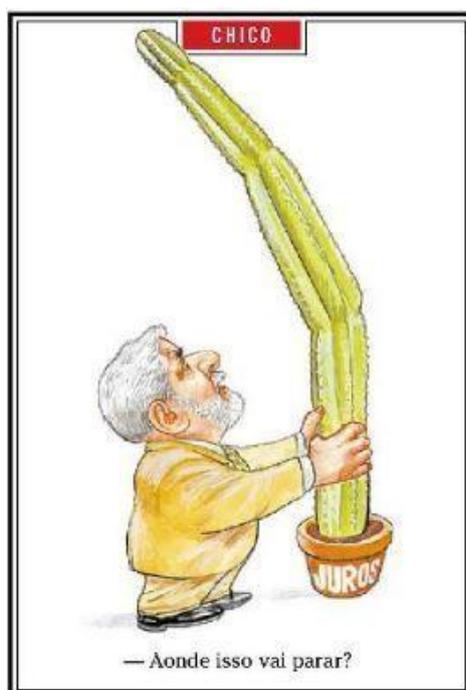


Figura 6745: Chico Caruso. O Globo em: 21.02.2003.

A ironia da charge coloca Lula preocupado com o crescimento da planta que representa o indicador econômico que muito assustava os governantes, os juros, cujo nome está no vaso. Lula tenta segurá-la e paralisá-la, perguntando: “— Aonde isso vai parar?”. Na semana deste registro o governo era criticado por, mais uma vez, elevar os juros para segurar investidores internacionais e contemplar os acordos com o FMI. Ainda existe outra mensagem, pois a planta referência para a charge é o mandacaru, do gênero cactus, dado de presente a Lula por um aposentado, no dia anterior à publicação desta charge. Símbolo do sertão nordestino, o mandacaru cresce sem água e, numa ironia próxima do que acontece com os juros que sobem demasiadamente.

As charges apresentadas a seguir fazem uma narrativa do controle dos juros, medidos pela taxa Selic diante de um momento inicial do governo Lula.

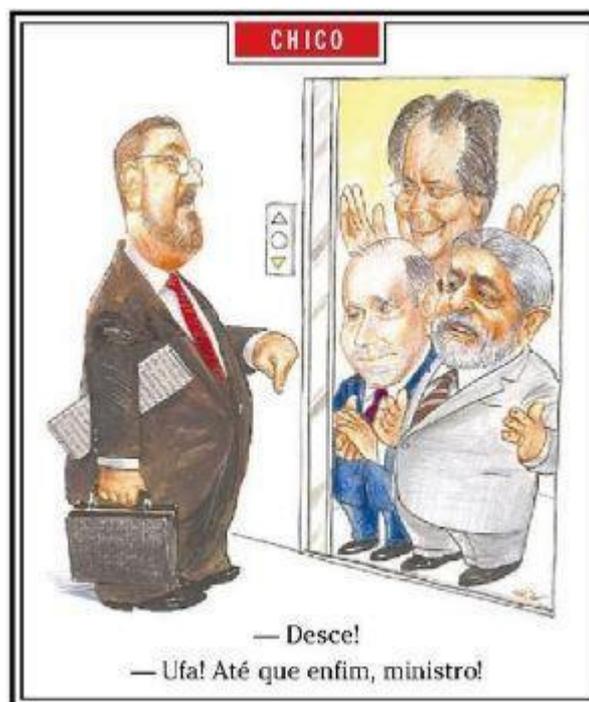


Figura 68: Chico Caruso. O Globo em: 16.06.2003.

Na figura 68, o ministro da fazenda, Antônio Palocci, está prestes a entrar no elevador, equipamento que sobe ou desce, analogia feita à oscilação dos juros. Dentro do elevador estão: o presidente Lula, o economista, na época ministro do planejamento, orçamento e gestão, Guido Mantega, e o ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu. A expectativa deles é pela definição que Palocci e o Copom tomariam sobre a taxa de juros. Quando Palocci diz: - Desce. E um ocupante do elevador, possivelmente Lula, diz: “- Ufa até que enfim, ministro!”. Até aquele mês, o governo tinha aumentado os juros em duas oportunidades, então esta seria a primeira redução da taxa no governo Lula.

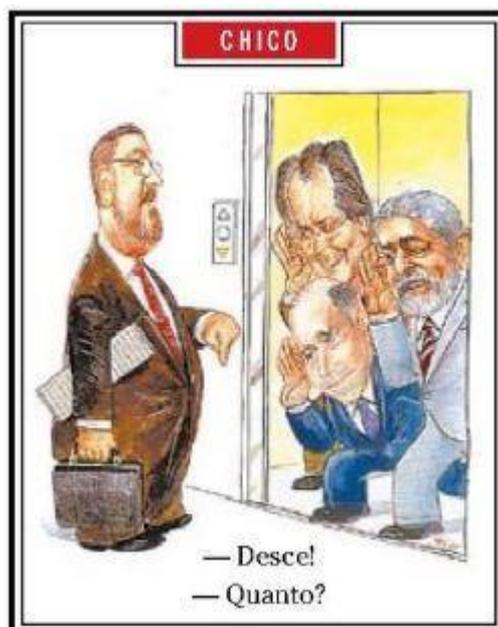


Figura 69: Chico Caruso. O Globo em: 17.06.2003.

Na charge da figura 69, Chico Caruso dá continuidade ao assunto do dia anterior. Como a reunião do Copom costumava durar alguns dias, sempre se matinha a expectativa de qual seria a decisão, de modo que a charge coloca os três ocupantes do elevador nesta perspectiva de espera ansiosa pela resposta, marcada na expressão corporal e no gesto da mão, tentando ouvir o que se decidia.



Figura 70: Chico Caruso. O Globo em: 19.06.2003.

Na terceira charge do tema (figura 70), Chico anuncia que é também a última ao indicar no título “Papo de Elevador (Final)”. O bate papo na porta do elevador continua e Palocci anuncia que a redução será meio ponto percentual. É o que indica o diálogo descrito: “-Desce. –Quanto? –Meio Ponto! - Mais um, bis, bis”. Apesar de anunciar uma redução dos juros de meio ponto percentual, os ocupantes do elevador reclamam uma queda maior. A equipe de governo se frustra, acena com as mãos como quem espera algo a mais.

A reunião do COPOM (Comitê de Política Monetária) daquele mês se tornaria um marco da trajetória dos juros durante o governo Lula. Na reunião de janeiro de 2003, a taxa Selic subiu 0,50 ponto percentual, para 25,50 por cento ao ano, o mesmo aconteceu em fevereiro com a taxa básica chegando a 26,50 por cento, que, aliás, foi o maior patamar do governo Lula. A crise de confiança externa decorrente das incertezas pela eleição presidencial ainda pressionavam Lula e a partir de março as reuniões do Copom mantiveram a taxa de juros estável por três meses. Em junho, o comitê resolve reduzir a taxa de juros em 0,5 ponto dando início a uma redução gradual²⁵. Naquele ano, a taxa de juros começou em 25,50 por cento e encerrou em 16,50 por cento.

Nossa pesquisa observou que os desenhistas, muitas vezes, usam as narrativas sequenciadas para relatar o passo a passo de alguma medida de governo, ou para se criar uma expectativa em torno de alguma decisão importante, como esta da redução dos juros. Para leitura e entendimento da sequência, mesmo que a pessoa não seja um leitor habitual/diário de O Globo, é preciso conhecer o contexto e inteirar-se do assunto em questão, mesmo que seja de uma única cena.

A intervenção na política econômica era coordenada por Palocci, de modo que sempre que as referências eram feitas para mostrar o que aconteceu, Lula

²⁵ Disponível em www.bcb.gov.br/copom85

está ao lado de Palocci, conversando ou cobrando dele os resultados. Vejamos a charge da figura 71, sob o título: “Juros: a montanha Russa”:

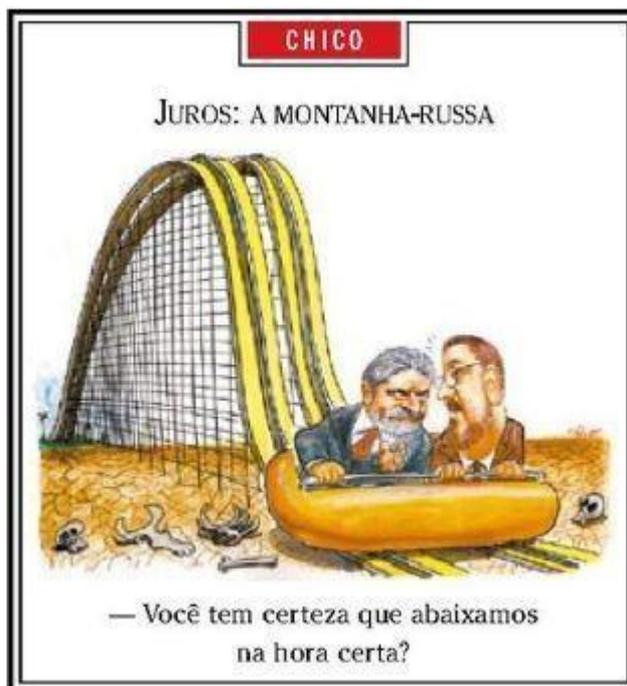


Figura 71: Chico Caruso. O Globo em: 25.08.2003.

Lula e Palocci descem uma montanha russa, atração de parques de diversões que provoca sensações acentuadas, que faz sentido à analogia da questão econômica a qual se refere a charge (figura 71). Ao descer na montanha russa se deparam com um cenário árido, com ossos e caveiras, indicando que poucas pessoas passaram por ali recentemente, que estavam sozinhos em uma espécie de deserto. Lula tem uma feição preocupada e indaga o ministro Palocci sobre a certeza de ter baixado os juros na hora exata. A cena pode sugerir também que Lula não tem segurança no que faz, impondo ambiguidade ou dúvida sobre o fato de ele estar mesmo preparado para enfrentar as delicadas decisões econômicas que mexem com todo o Brasil. O olhar furioso para Palocci indica apreensão e joga a responsabilidade sobre o ministro que norteava o governo economicamente.

6.3 REFORMAS INSTITUCIONAIS: PREVIDÊNCIA, TRIBUTÁRIA E MONETÁRIA

Diante da pressão e de acordos firmados com entidades como FMI, Banco Mundial e Febraban, o governo Lula se empenhava para tentar aprovar as chamadas reformas institucionais, mudando a base de gastos da máquina pública e tentando reduzir gastos e gerando economia no orçamento público. Três propostas foram discutidas ainda no primeiro ano de governo. A Reforma Previdenciária, visando atender os ditames dos organismos multilaterais, previa que o governo pudesse incluir planos privados para assistência dos servidores, retirando do Estado a principal responsabilidade de gestor da previdência, ou aposentadoria do funcionalismo público. Essa medida abriria espaço para planos de previdência privada e, na visão de Mattei e Magalhães (2010), dificultaria a possibilidade de equacionar a sustentabilidade financeira do sistema de previdência social a longo prazo.

Vejamos algumas das críticas feitas por Chico Caruso, em O Globo.

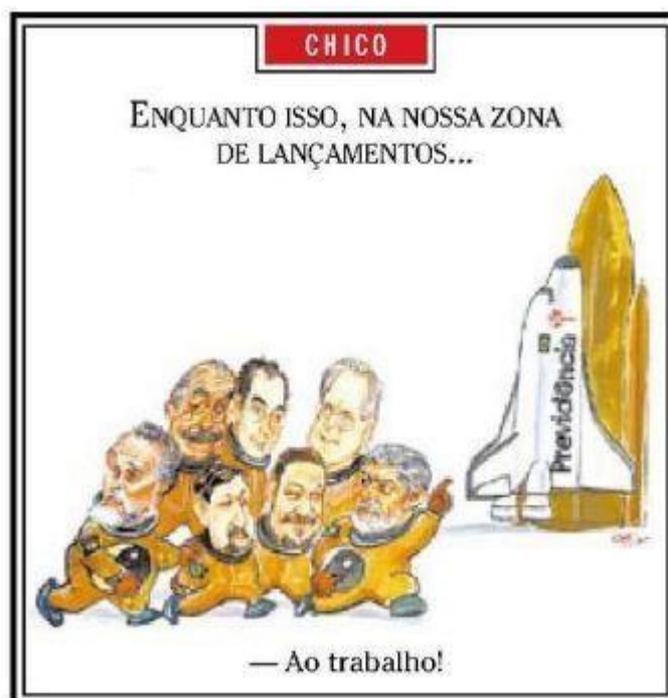


Figura 72: Chico Caruso. O Globo em: 04.02.2003.

Na cena, Lula comanda uma equipe prestes a decolar para uma viagem espacial (figura 72), é o que se presume pelas roupas de astronautas e pela posição da aeronave ao fundo. É possível identificar os ministros: Antônio Palocci, da Fazenda; Ricardo Berzoini, então ministro da Previdência Social; José Genoíno, deputado federal; José Dirceu, chefe da Casa Civil; João Paulo Cunha, presidente da Câmara Federal e José Sarney, presidente do Senado. Pela presença do ministro e pela nomeação no foguete, o tema seria a Reforma da Previdência, prestes a andar no Congresso Nacional, hipótese reforçada pela presença dos presidentes da Câmara e do Senado. O chargista, além de ironizar a plataforma de lançamentos com a presença dos políticos, pontua o que acontece na “nossa zona de lançamentos”. A palavra zona costuma ser usada para identificar um território sem lei, no jargão popular brasileiro, onde tudo está bagunçado.

E o tom de crítica vai além dessas descrições, ganhando novas camadas de significado. Dias antes da charge, o ônibus espacial Columbia havia explodido e matado sete astronautas. A NASA suspendera os trabalhos no dia anterior, enquanto a investigação não esclarecesse o que teria levado à trágica explosão. O desenhista pode estar sugerindo que a equipe econômica de Lula poderia explodir no ar, como o ônibus espacial ou ainda poderia estar prevendo uma grande catástrofe com a reforma proposta na gestão de Lula. A reforma previdenciária não foi aprovada na totalidade e o problema alegado no sistema não foi equacionado, segundo Mattei; Magalhães (2010).



Figura 73: Chico Caruso. O Globo em: 20.01.2003.

A cena da figura 73 poderia ser lida em qualquer momento da história política do Brasil, mas se passa em 2003, quando Lula era presidente e relata três momentos distintos nos quais o presidente se prepara para derrubar uma árvore estilizada, como símbolo da Previdência Social, instituição que é uma preocupação constante dos governantes. Ao balançar o sistema com força, digamos, diante do impacto do machado na “árvore”, caem dela dois personagens conhecidos das discussões sobre benefícios duradouros e cujos valores recebidos ficam acima da média dos benefícios concedidos aos trabalhadores e encarecem os gastos públicos: o personagem de verde simboliza o Exército e o de roupa preta seria um juiz ou desembargador de toga, representante do poder Judiciário, cujas benesses sempre pesam na conta da Previdência Social e que até hoje não foram “podados” por nenhum governante. Na cena, após estremecer a árvore, as linhas cinéticas acentuam o efeito do susto pela queda dos dois personagens, e indicam a direção para onde Lula corre. A crítica da charge estaria na corrida de Lula, que também não conseguiria mexer com esses custos da previdência. Entretanto, por outro lado, haveria um corte mas num escalão menos abastado, conforme a charge da figura 74.



Figura 74: Chico Caruso. O Globo em: 12.05.2003.

Nesta charge, Lula é um mágico, identificado pela capa e chapéu típicos das apresentações circenses, localização também indicada no título. Ao chamar o Brasil de circo, o chargista remete à discussão política do momento, a Reforma da Previdência que previa, entre outras medidas, a taxaço dos servidores públicos aposentados. O famoso número de mágica, de serrar ao meio uma pessoa, ironiza o corte no benefício do trabalhador, associado metaforicamente ao termo inativo, aposentado.

A taxaço dos inativos teve um forte conteúdo simbólico, pela ideia de que o Brasil estaria enfrentando um velho “tabu”, uma tentativa que havia sido feita no governo FHC, inclusive por imposição colocada em acordo com o FMI, como forma de aumentar o fluxo de recursos internos do Brasil. Na época, foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mas, ao ser resgatada em 2003, enfrentava fortes críticas já que Lula sempre foi reconhecido como defensor dos direitos dos trabalhadores (GIAMBIAGI, 2011).



Figura 75: Chico Caruso. O Globo em: 16.05.2003.

A expressão inativo e as manobras do presidente Lula continuam no foco da crítica. Na figura 75, Lula é caracterizado como um atirador de facas, com uma fantasia de uma espécie de cavalheiro, talvez o Zorro, Lula, lança tesouras ao alvo e pede que o homem ao centro, que representa um aposentado, fique parado. A caracterização do aposentado também deve ser observada: magro, calvo, usando pijamas, estereótipo de alguém que não teria muito o que fazer, seja diante da situação ou das circunstâncias da vida, e que passa o dia em casa. A intenção de Zorro, por sua vez, personagem fictício, é de cuidar das pessoas com menos condições, ironia à personificação de Lula que mantinha as medidas econômicas conservadoras da política neoliberal e estava longe de promover a ruptura com o capital, contrariando o que havia pregado pelo PT.

A reforma da Previdência propunha mudanças para os inativos do setor público, medidas que ao longo dos anos sempre enfrentaram resistência, inclusive do PT, quando era oposição no Congresso Nacional. Apesar disso, o governo aprovou naquele ano algumas das medidas. Entre elas, a que taxava pensionistas e dependentes dos servidores públicos que não tinham direito adquirido, a receber no máximo dois mil e quatrocentos reais. Acima deste valor, a reforma determinava um corte de 30% sobre o excedente e, além do corte, no valor final das pensões, os dependentes de servidores, sem direito adquirido e os futuros funcionários públicos aposentados passavam a ter um

desconto de 11% do valor do benefício, índice este que atingiu também os aposentados com valores superiores a R\$1.440,00.

Observações foram feitas nas charges a respeito dos servidores que discutiam os próprios interesses como o judiciário, cuja previdência, aliás, teve poucos ajustes.



Figura 76: Chico Caruso. O Globo em: 17.07.2003.

A cena (figura 76) narra um tema bastante comum no cotidiano brasileiro: um jogo de futebol. Lula é o goleiro que vai defender uma cobrança de falta e, na barreira, tentando segurar o lance, estão os ministros: da casa civil, José Dirceu; da Fazenda, Antônio Palocci; da Previdência Ricardo Berzoini; além do presidente da Câmara Federal, João Paulo Cunha e do presidente do Senado, José Sarney. E quem vai chutar a bola é o juiz da partida. A frase de Lula reforça o que está em análise ou o que se propõe a pensar sobre o Judiciário na Reforma da Previdência: “- embora eu ainda ache que o judiciário deveria apitar o jogo, não chutar a gol”, legislando em causa própria. Outra associação que pode ser feita é sobre o uniforme do time em questão roxo e amarelo, mais uma ênfase crítica já que é associado ao mesmo que usava o Tabajara Futebol Clube, time de futebol fictício criado pelos humoristas do Programa Cassetta e Planeta, exibido pela Rede Globo na década de 1980. A intenção da equipe no programa era satirizar e criticar os

temas do futebol, com críticas sutis e mesmo ácidas numa forte relação com o propósito das charges.

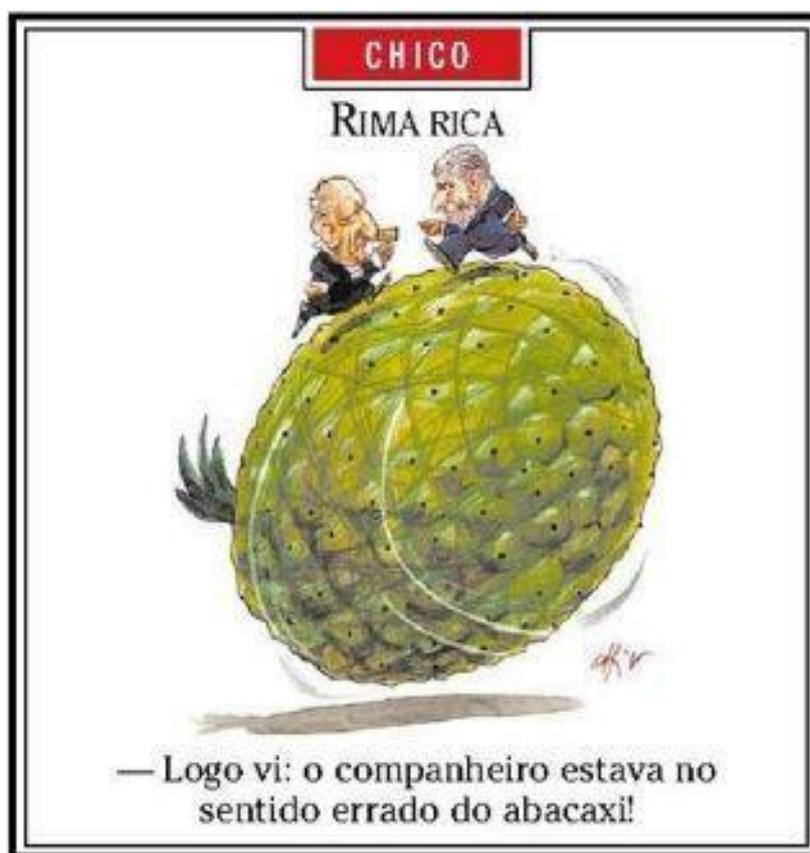


Figura 77: Chico Caruso. O Globo: 31.07.2003.

O assunto persiste, como mostra a figura 77. Lula rola com os pés um abacaxi e, em sentido contrário, corre um juiz, identificado novamente pela toga preta. O tema da Reforma da Previdência se tornou um abacaxi, assunto de difícil solução na linguagem popular, e não avançava nas mudanças propostas porque o Judiciário não queria abrir mão de direitos, mas manter benefícios. Lula diz: “- Logo vi: o companheiro estava no sentido errado do abacaxi”, ou seja, quer algo que não pode ser considerado como certo. O tamanho da fruta mostra, em sentido figurado, que o problema só aumentava. É possível pensar no jogo de palavras que se estabelece no contraponto do título irônico “Rima Rica” com o efeito de sonoridade entre o “vi” e “abacaxi” como signos verbais que reiteram o impasse da imagem e do acordo pela reforma.

Na proposta aprovada em dezembro de 2003, o governo Lula determinou que os estados passassem a ter subtetos com o limite de salários e

aposentadorias baseados no salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Assim, os valores pagos aos servidores públicos estaduais do Judiciário passaram a ser equivalentes aos vencimentos do desembargador de Justiça, que é de 90,25% do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A segunda proposta era da Reforma Tributária, outro momento que exigiu intensas negociações do governo Lula, principalmente no âmbito político. A proposta, porém, também estava baseada no argumento neoliberal da necessidade de desoneração da produção e escondia outro problema: a manutenção de estruturas tributárias desiguais. A intenção era utilizar as possíveis mudanças como forma de racionalizar os gastos governamentais e a geração de superávits comerciais e fiscais (MATTEI; MAGALHÃES, 2010) para recuperar a confiança dos investidores internos e, sobretudo, externos.



Figura 78: Chico Caruso. O Globo em: 04.09.2003.

Observando a charge da figura 78, vemos que Lula é o maestro de uma orquestra dividida em políticos de vertentes diferentes. Ao lado esquerdo de

Lula, os ministros: Antônio Palocci, da fazenda; José Graziano, do combate à fome; José Dirceu, da casa civil; José Genoíno, deputado federal e Ciro Gomes ministro da Integração Nacional. Atrás de Lula estão: os senadores Renan Calheiros e José Sarney, além de Michel Temer do PMDB e, Pedro Simon também do PMDB, e, ainda aparecem ali FHC e José Serra, do PSDB. Todos os músicos seguram instrumentos e estão prestes a tocá-los. Por isso, a pergunta contribui para dar sentido: “será sinfonia ou sambão?” Em caso de sinfonia será harmônica, em caso de sambão seria uma música irregular, com ritmo “bagunçado”, como parece sugerir a questão. Se esta foi de fato a intenção do autor, pode haver um certo elitismo e preconceito na ideia de que uma sinfonia clássica é melhor e mais harmoniosa do que um sambão popular. O enredo de leitura da época, era a divisão de lados para votação da reforma tributária. No dia da decisão, o PMDB ameaçava não apoiar o governo e foi Lula quem interferiu, pedindo para que a bancada governista mantivesse a votação para aquele dia. O resultado foi 378 votos a favor e 53 contrários. Porém, o bloco do PMDB fazia pressão e teve a garantia de que receberia uma barganha entre troca do apoio: um ministério. A reforma tributária foi um dos marcos econômicos do governo Lula, e as críticas do chargista ficaram focadas nas questões políticas para se chegar à aprovação e não na essência das mudanças.

A terceira Reforma Monetária influenciaria os ditames da economia e do Banco Central. A independência da instituição seria o centro da reforma monetária. O programa de estabilidade neoliberal apenas regulava as taxas de juros, de modo que dar autonomia para o BC agradaria ainda mais os agentes externos, pois, assim, o Banco Central passaria a arbitrar o controle inflacionário do país, sem a influência do presidente da República. Desta forma, a autoridade monetária também definiria as metas da inflação, a taxa de juros e a taxa de câmbio. O que, segundo Mattei e Magalhães (2010), retirava do presidente da República o poder de definir soberanamente os destinos da economia do país e os entregava aos economistas alinhados ao mercado financeiro.

É neste contexto que analisamos a próxima charge:



Figura 79: Chico Caruso. O Globo em: 10.02.2004.

Na figura 79, Lula está ao centro da mesa, ladeado pela equipe econômica: Antônio Palocci, ministro da Fazenda; José Dirceu da Casa Civil e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. A conversa entre eles ironiza a autonomia do Banco Central como propõe o título da charge. Meirelles anuncia que vai ao *toilette*, o presidente diz que não precisa anunciar este tipo de coisa, mas pergunta se vai fazer o número um ou o número dois (jargões populares para definir quais necessidades serão feitas) ao que Meirelles logo responde que vai fazer o número um. Ou seja, em uma das interpretações, Lula fiscaliza até o que Meirelles faz no *toilette*, o que leva a refletir sobre como não fiscalizar o que ele faz no Banco Central.

6.4 POLÍTICA ECONÔMICA “FLEXÍVEL” PARA O SEGUNDO MANDATO

A estratégia econômica começou a mudar quando o ministro da fazenda Antônio Palocci deixou a equipe de governo, em março 2006. A percepção econômica de mudança já vinha sendo notada desde 2005, segundo Nobre

(2013), com medidas mais consolidadas e voltadas ao social-desenvolvimentismo, vinculado ao combate das diferenças sociais mas, fortemente favorecido por uma aliança política com o PMDB que lhe deu maioria de votos no Congresso Nacional para aprovar medidas desejadas pelo governo, em troca de uma certa blindagem política. Contradição emblemática que o governo Lula firmou neste pacto com o “pemedebismo”, como afirma Nobre (2013).

Na esfera econômica, as medidas adaptaram o país para a economia global movida pela gangorra EUA e China, com altas expressivas nos preços de bens primários, o que foi o chamado “boom das commodities”. O governo Lula escolheu o modelo que ditava quem seriam os fornecedores de matérias-primas e, diante de amparo financeiro para esse desempenho, o governo passou a exigir como contrapartida a diminuição das desigualdades sociais. Nesse modelo, o ritmo de crescimento de renda das famílias foi mantido, junto com outras medidas que desde o início da gestão Lula fariam diferenças sociais como aumentos reais do salário mínimo, a criação e ampliação de programas sociais de impacto e as reformas microeconômicas de crédito (NOBRE, 2013).

Palocci começou a ser desprestigiado em 2005, quando começou a ser investigado em Ribeirão Preto, SP, por suspeitas de receber propinas de caixa dois direcionadas à campanha de 2002. Ao final de 2005, Palocci também começou a ter discussões públicas com a ministra chefe da Casa Civil, Dilma Roussef, que discordava dos ajustes econômicos defendidos por ele. E o assunto foi comentado pelos chargistas.



Figura 80: Chico Caruso. O Globo em: 03.12.2005.

As expressões de Lula são bastante variáveis nos traços de Chico Caruso. Nesta charge (figura 80), com o rosto em destaque, Lula segura o ministro Antônio Palocci na mão esquerda que é mostrada com a falta de um dos dedos. Lula está preocupado e usa a outra mão para reforçar a expressão de quem não sabe o que faz, já que o ministro encolheu. Palocci também tem uma expressão séria e preocupada. O contexto remete à economia do Brasil, uma vez que o ministro da fazenda está na cena e Lula usa uma gravata verde e amarela, nas cores da bandeira do país. O título e o diálogo reforçam a analogia com o filme “Querida, encolhi as crianças”, sucesso em 1989, no qual um cientista tem como resultado acidental de uma experiência o encolhimento dos filhos que passam por diversas aventuras enquanto o pai busca por uma solução. Palocci, ao invés de aventuras, recebe e vive com duras críticas inclusive da base aliada e, a partir deste ponto, o presidente Lula deixava de defendê-lo e passava a cobrar mudanças de postura política e de medidas econômicas. A expressão “querida” pode ser uma alusão a quem Lula se dirige, provavelmente à ministra Dilma, com quem Palocci frequentemente divergia.

6.5 O BRASIL DAS “COMMODITIES”

Os anos Lula representaram uma nova percepção interna e externa do Brasil. Giambiagi (2011) analisa que a combinação dos seguintes aspectos tornou possível esta situação:

A crescente importância da economia chinesa no mundo; a afeição das economias emergentes por produtos dos quais o Brasil tornara-se um grande produtor; as potencialidades associadas à exploração do etanol; as descobertas de petróleo do pré-sal; os efeitos indiretos da crise de 2009 sobre a imagem do país; e a escolha do Brasil para ser sede da Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro como local das Olimpíadas de 2016” (GIAMBIAGI, 2011, p 225).

Para entender como o país conseguiu diante de outras economias emergentes melhor desempenho, há de se ressaltar o comércio com a China e a Índia. O país indiano, com seu potencial de consumo, aumentou a procura por produtos dos quais o Brasil tornara-se um fornecedor-chave no mercado mundial, como soja, carnes, metal, entre outros.

Ao mesmo tempo, a emergência de — literalmente — centenas de milhões de pessoas ao mercado de consumo de massas na Ásia e, em particular, nos seus dois gigantes — China e Índia — abriu um horizonte de expansão enorme para muitos de nossos produtos básicos. Isso vale tanto para itens da nossa pauta exportadora como a soja, como também para produtos com algum grau de elaboração onde, por dotação natural ou em função do resultado de investimentos anteriores, o Brasil tinha grande vantagem comparativa. Foi o caso, por exemplo, de papel e celulose ou do complexo de carnes, setores em que o Brasil tinha assumido um papel de liderança mundial (GIAMBIAGI, 2011, p.227).

Esta conjuntura trouxe respeito internacional e contribuiu para minimizar efeitos negativos internos. Em 2006, um representante do FMI esteve no Brasil e o fato, na época, causou espanto para diversos analistas. A visita técnica virou uma charge controversa, o Brasil estava numa posição confortável mas o chargista colocou a equipe econômica do país debruçada diante do FMI.

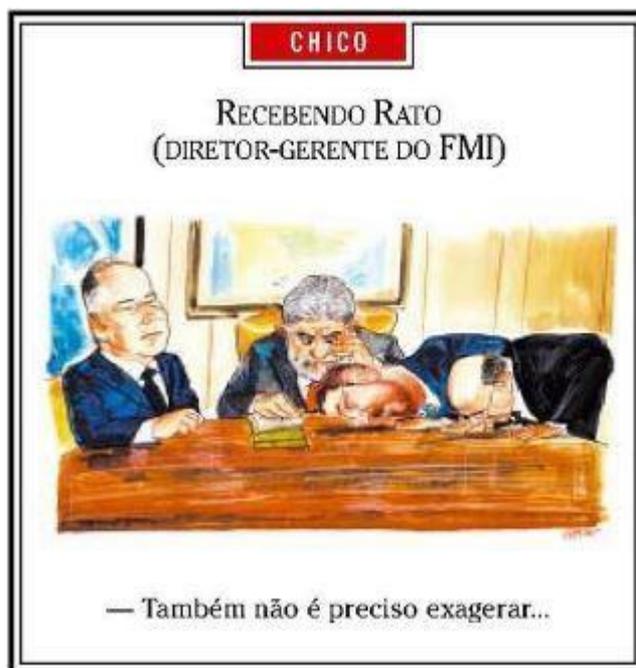


Figura 81: Chico.O Globo. 12.01.2006.

A charge (figura 81) faz uma referência a uma visita do diretor gerente do FMI, Rodrigo Rato, ao Brasil. A equipe econômica brasileira é retratada como submissa diante do poder do representante norte americano. O ministro da fazenda, Antônio Palocci e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, flexionam a cabeça ao ponto de se curvar diante do diretor do FMI, medida com a qual Lula parece se constranger ao pedir para que os dois não exagerassem no cumprimento. Além disso, gotículas de suor saem das laterais da cabeça de Lula, indicando que ele não está confortável com a situação, meio nervoso, e Rato olha a cena sem reação. O chargista não ameniza a crítica voltada para a submissão da equipe brasileira ao comando feito pelo FMI através de acordos e compromissos para efetivação de ajustes fiscais. O momento econômico de 2006 era bastante favorável ao Brasil, já que em dezembro de 2005 Lula antecipou parcelas do empréstimo que o país deveria pagar em dois anos e, ao todo, foram liquidados U\$15,5 bilhões. Quitar antecipadamente uma dívida como esta nunca tinha acontecido, pois o Brasil era devedor contínuo do FMI desde 1998.

Durante todos os anos do governo FHC, a grande queixa era a dívida externa brasileira e a obediência ao FMI. O Fundo Monetário Internacional é uma agência da ONU (Organização das Nações Unidas) com sede em

Washington e faz parte do sistema financeiro internacional. A finalidade do FMI é promover a cooperação monetária do mundo capitalista e levantar fundos para socorrer os países membros. Cada país contribui com cotas-parte para capitalizar o fundo (SANDRONI, 1994). Os países signatários do fundo têm a obrigação de fazer uma “poupança”, ou seja, depositam recursos no fundo para que possam usufruir dos mesmos, ter ajuda quando precisarem. Certamente que a ajuda financeira não é gratuita e o FMI cobra juros e compromissos que a direção do fundo considera corretos. De modo que, ao solicitar empréstimos, o Brasil, como participante, pode tê-los, desde que faça a lição de casa. Foi o FMI quem impôs, por exemplo, a criação de uma Lei de Responsabilidade Fiscal, no governo de FHC no Brasil. A LRF limita os gastos dos gestores para que o país não “quebre” financeiramente e para que as dificuldades regionais não impactem nos outros países signatários do Fundo.

O governo Lula inverteu a lógica. Durante um período de forte arrecadação de moeda estrangeira, vendendo principalmente para China que estava estocando matéria prima, o que favoreceu o governo a liquidar antecipadamente um empréstimo feito pelo governo FHC ao FMI. Mesmo com todas as medidas do governo neste esforço e ao declarar que o Brasil havia quitado a dívida externa brasileira, encontramos apenas esta charge sobre o assunto.

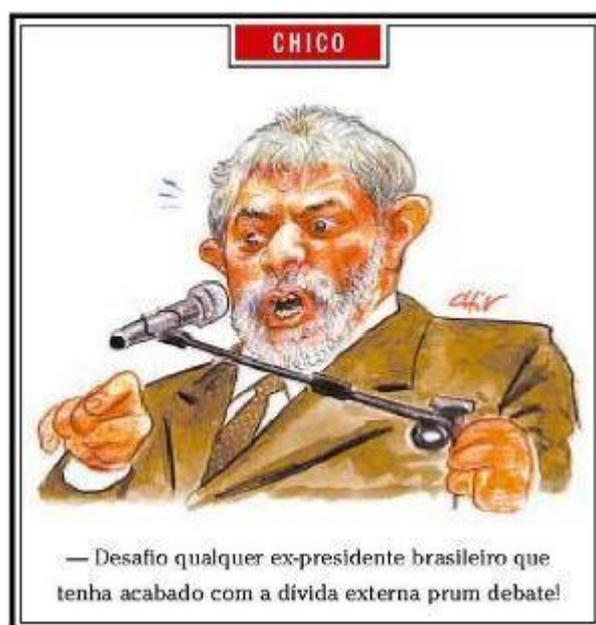


Figura 82: Chico Caruso. O Globo em: 24.02.2008.

Dois anos mais tarde, em 2008, O Globo publicou uma charge de Chico Caruso (figura 82) com Lula visivelmente irritado e desafiando os antecessores dele. Discursava segurando a base de um microfone com a mão esquerda, registrada com a ausência de um dedo e apontando para a plateia com a mão direita. As feições do rosto e as gotas que pulam de sua testa indicam a irritação com o assunto. O texto que acompanha a charge nos leva a entender que Lula usa como trunfo o fim da dívida externa do Brasil ao convocar os antecessores para um debate. Há uma referência ao modo da fala do presidente, evidenciado na contração “prum”, no lugar de “para um”. Esta é uma das poucas charges sobre este tema e o registro parece demonstrar o que incomodava o presidente.

Em abril, outra charge (figura 83) relativa ao assunto uniu três ex-presidentes: FHC, Fernando Collor de Melo e José Sarney, fazendo reverência a Lula. O presidente, por sua vez, se mostra bem humorado, com comentários expressos por monólogo e com uma postura que demonstra confiança. Os ex-presidentes parecem reconhecer a importância do atual governo ter quitado a dívida externa com o FMI, mas parecem, também, pouco à vontade com a situação, de modo que Lula sugere sempre uma brincadeira.



Figura 83: Chico Caruso. O Globo em: 26.04.2008.

Na figura 83, a cena se repete: o chargista usa o desenho como um espelho e só inverte o lado dos personagens. Lula tem alterada apenas a

posição de um dos dedos, em riste, tornando a provocar os demais com sua fala.



Figura 84: Chico Caruso. O Globo em: 28.04.2008.

Na figura 84, o chargista insiste na cena de reverência dos ex-presidentes, mas o destaque para o erro de português (menas) e a contração (pra), além de identificar a fala de Lula, acaba por reforçar um preconceito com relação a determinados usos coloquiais da língua portuguesa, normalmente associados às classes populares ou com menos estudo. O desenhista aproveita para ironizar a posição vitoriosa do presidente naquele contexto, abusando do deboche na fala de Lula, reiterando a imagem preconceituosa de um homem simples, vindo do mundo operário e sem conhecimentos necessários para o cargo que ocupa. Há, também, uma sutileza com o duplo significado de “brincando em cima daquilo”.

O tema do dia foi sobre o modo como o grau de investimento é um termômetro das análises feitas pelo mercado financeiro sobre as medidas de um gestor. A situação é variável, conforme a liquidez e as garantias do tomador de empréstimos, ou do receptor de investimentos. A liquidez e a honra para

compromissos estão atreladas principalmente à capacidade de dívidas externas de um país. Ao quitar a dívida com o FMI, o Brasil ainda fez um depósito adicional do Fundo, o que foi amplamente divulgado como um empréstimo ao FMI, o que resultou em aumento do grau de confiança para investimentos no Brasil. Isso foi motivo de ironias até mesmo entre a equipe de Lula.



Figura 85: Chico Caruso. O Globo em: 02.05.2008.

O assunto grau de investimento colocaria o Brasil entre os países confiáveis para atração de recursos estrangeiros e Chico Caruso faz de Lula uma personalidade que parece extrapolar, no bom humor e na ironia, a seriedade do assunto (figura 85). Ao receber a notícia do ministro da fazenda, Guido Mantega, Lula responde com uma frase popular, de quem não acredita no que ouve. “ – Cê tá brincando...”. A ironia da charge é brincar com a dificuldade do próprio presidente em acreditar na mudança de rumo do país. Lula também é um grande mobilizador, através do discurso, o que é visto com simpatia por muitos e como cinismo para outros.

A certificação do Brasil como país sério, na realidade da época foi bastante considerada como alicerce econômico.

De certa forma, a concessão do grau de investimento (“investment grade”) ao Brasil na segunda metade da década de 2000 representou, perante a comunidade financeira internacional, a coroação desse processo de modernização, iniciado com a abertura de Collor, continuado com o Plano Real e as reformas de FHC e mantido por Lula. O raciocínio implícito nessa estratégia era que, uma vez obtido tal grau, o Brasil passaria a estar associado a um risco muito menor que no passado, com impacto favorável sobre a taxa de juros real doméstica. Com o tempo, o esforço de ajuste e modernização da economia acabaria sendo recompensado. (GIAMBIAGI, 2011, p. 233)

E depois de antecipar as parcelas da dívida com o FMI, obter grau de investimento, o governo de Lula fez uma manobra econômica que se tornou alvo de críticas políticas. O Brasil fez um depósito de dez bilhões de dólares para o FMI, um empréstimo ao fundo, o que recebeu uma crítica contundente do jornal O Globo.



Figura 86: Chico Caruso. O Globo em: 07.04.2009.

A cena da figura 86 retrata uma situação cotidiana de diversas cidades brasileiras. Nos semáforos, geralmente pessoas que precisam de algum tipo de ajuda, costumam abordar quem está nos veículos, seja pedindo esmola, seja

tentando vender algum produto ou fazendo algum tipo de performance. Na imagem, um menino pobre, caracterizado por usar apenas uma bermuda com a estampa da bandeira do Brasil, talvez representando todo o país, faz uma encenação de malabares para justificar o pedido de alguma moeda. Lula parece comovido com a situação, abaixa o vidro do carro, mas diz “- Desculpe, emprestei pro FMI”. O Brasil que sempre foi devedor do fundo internacional, ao se tornar credor concedia um empréstimo para o Banco naquele ano, no valor de dez bilhões de reais. Situação que foi interpretada como inapropriada diante das dificuldades do país.

Para aumentar a dramaticidade, o assunto se repete na figura 87. Lula retira de dentro do carro o ministro da fazenda Guido Mantega, através de um puxão de orelhas para que ele explique aos dois garotos, representantes das parcelas mais carentes do povo, porque o país emprestou dinheiro para o FMI, como se nem ele aprovasse a decisão, o que se sabe que não era verdade. Lula declarava que a medida tinha intenções claras de liberar o Brasil do estoque de dólares que os economistas avaliavam ser prejudicial ao país e aumentar a confiança dos investidores internos e externos.



Figura 87: Chico Caruso. O Globo em: 10.04.2009.

Vale lembrar que, no levantamento feito para esta pesquisa, são muito raras as charges em que há representações de pessoas do povo, personagens fora

da esfera política, como se temas que afetam a economia e o cotidiano brasileiro só pertencessem aos donos do poder.

6.6 PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E A CRISE MUNDIAL

No segundo mandato de Lula, a equipe econômica estava alinhada com o crescimento da demanda interna e aproveitando as condições favoráveis. Alguns instrumentos da política econômica mais flexível possibilitaram a implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que impulsionou o consumo e gerou algum crescimento interno (MATTEI; MAGALHÃES, 2010). Embora as linhas básicas da política econômica anterior estivessem vigentes, somente Lula poderia contornar as críticas no âmbito político. Entre 2003 e 2008, a conjuntura internacional favoreceu o Brasil em termos de transações comerciais, fluxo de investimento e disponibilidade de crédito, grande parte pela expansão dos Estados Unidos e da China (MATTEI; MAGALHÃES, 2010).

O PAC²⁶ (Programa de Aceleração do Crescimento) foi iniciado em janeiro de 2007, com uma previsão de investimento de R\$ 503 bilhões. O valor deveria fomentar entre 2007 e 2010 obras e investimentos em: transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Em 2008, o valor total para o programa chegou a R\$ 656,5 bilhões. A intenção do governo federal era eliminar gargalos que impediam o crescimento econômico e, com isso, viabilizar o aumento da produtividade das empresas, estimulando o investimento privado e a redução das desigualdades regionais.

O programa era considerado pela equipe econômica a principal forma de diminuir os reflexos da crise financeira internacional de 2007-2008. A crise começou com a quebra hipotecária dos Estados Unidos e atingiu o ápice com a situação do Banco Lehman Brothers que também quebrou e provocou instabilidade em todos os países do mundo. Investidores passaram a retirar recursos de investimentos para quitar dívidas e, mesmo por precaução, a

²⁶ Disponível em: www.pac.gov.br Acesso em 17 abril 2018.

suspeita pairou sobre todo o mercado financeiro, inclusive, no Brasil. A estratégia do governo Lula foi fomentar a economia nacional incentivando os gastos. O programa de estímulo ao consumo apostou na redução do IPI (imposto sobre produtos industrializados) dos carros, eletrodomésticos e materiais de construção. Com a escassez de recursos na economia, o governo fez concessões e injetou estímulo aos consumidores para fazer a moeda circular. Outras medidas também foram tomadas como estímulo ao crédito em bancos públicos. Essas medidas contribuíram para diminuir reflexos da economia mundial no país. Vejamos alguns registros em charges de O Globo, neste período.

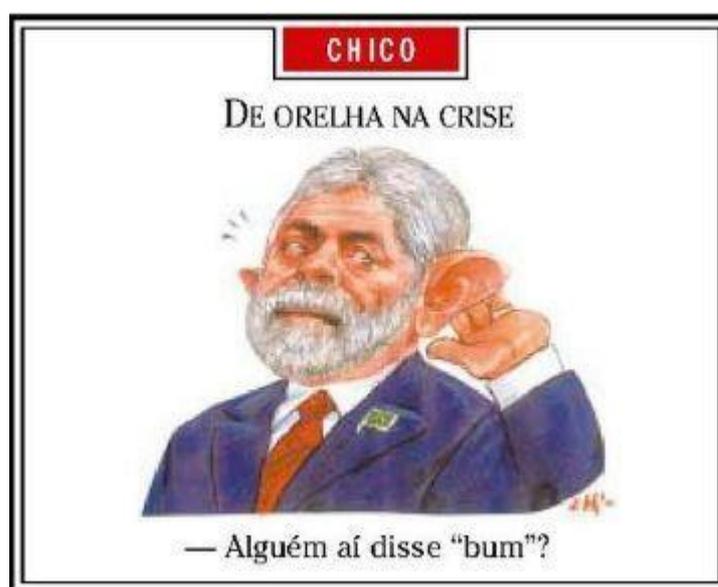


Figura 88: Chico Caruso. O Globo em: 20.08.2007.

A charge em questão caricaturiza Lula, com uma gravata vermelha, um *boton* da bandeira do Brasil e uma aparência preocupada, atenta e até cansada. Ao longo dos mandatos, as charges acompanharam o aparecimento de cabelos cada vez mais brancos e das rugas na testa para dramatizar a expressão, parecer cansado, preocupado. O olhar volta-se para o lado, como quem consegue ver algo acontecendo e uma orelha exagerada para mostrar que Lula está com olhos e ouvidos atentos para aproveitar qualquer boa notícia positiva que possa chegar. A frase: “- Alguém aí disse “bum”?” e o título “De orelha na crise” contribuem para reforçar que o momento é de absoluta

ansiedade com a crise econômica mundial. A mão esquerda, sempre que aparente, reforça uma mensagem de quem Lula era.

O PAC foi a alavanca do segundo mandato de Lula, e a divulgação do programa colocava lado a lado, Lula e Dilma Roussef. Em 18 de abril de 2008, em um evento do programa, os petistas foram duramente criticados na tentativa de usar o direcionamento econômico como campanha política, já que Dilma Roussef seria a possível candidata de continuidade do governo e era tida como a mãe do PAC.

A próxima charge (figura 89) faz uma paródia a partir de uma foto (figura 90) em que Lula aparece usando um colar cervical. A foto estampou a capa de O Globo dia 18 de abril de 2008, e a sequência de charges sobre o tema foi iniciada no dia 20 de abril. O leitor necessariamente deveria recorrer a esta intertextualidade para entender.

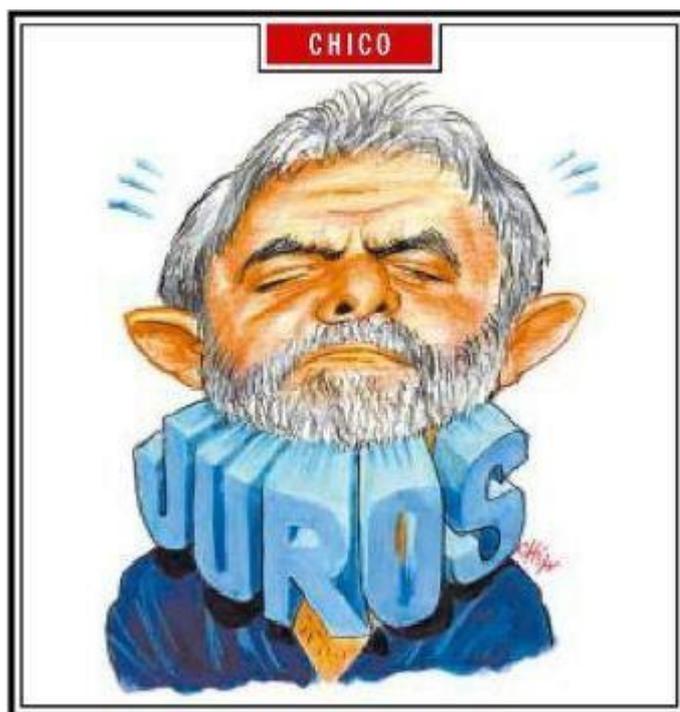


Figura 89: Chico Caruso. O Globo em: 20.04.2008.

Além da paródia feita com a fotografia, a charge de Lula demonstra uma situação particularmente difícil para ele. O pescoço está preso a um colar enorme, no qual aparece a palavra juro. O rosto demonstra dor e dificuldade de movimentar a cabeça, como quem não tem o que fazer para fugir desta

situação. Essa espécie de gola serve para prendê-lo em uma situação que o deixa até com dificuldades para engolir as medidas que o governo dele vinha tomando na economia. É algo como uma corda no pescoço que pode enforcar Lula, os juros.



Figura 90: Reprodução, Capa de O Globo em: 18.04.2008.

Neste dia o Banco Central anuncia aumento dos juros, através da taxa selic. O que motivou mais uma sequência narrativa de Chico Caruso. Na continuidade (figura 91), o chargista soma outro assunto como gargalo para Lula. O colar cervical agora aparece com as palavras: PAC e JUROS. Na semana que a sequência foi iniciada, o governo federal concentrava esforços para aumentar o repasse para o programa justamente porque lançaria o PAC da Mobilidade e a necessidade era aportar recursos para estimular as obras de mobilidade nos estados. Essa situação estrangulava o governo porque na mesma semana a taxa de juros foi reajustada pelo Copom, influenciando diretamente a contenção da inflação.

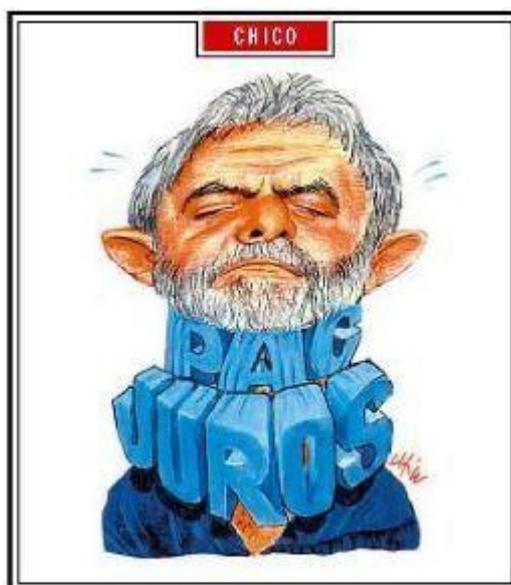


Figura 91: Chico Caruso. O Globo em: 21.04.2008.

Além da questão financeira, na mesma semana a Polícia Federal iniciava uma investigação a respeito do PAC (figura 92), outro motivo para “enforçar” ou pressionar Lula.

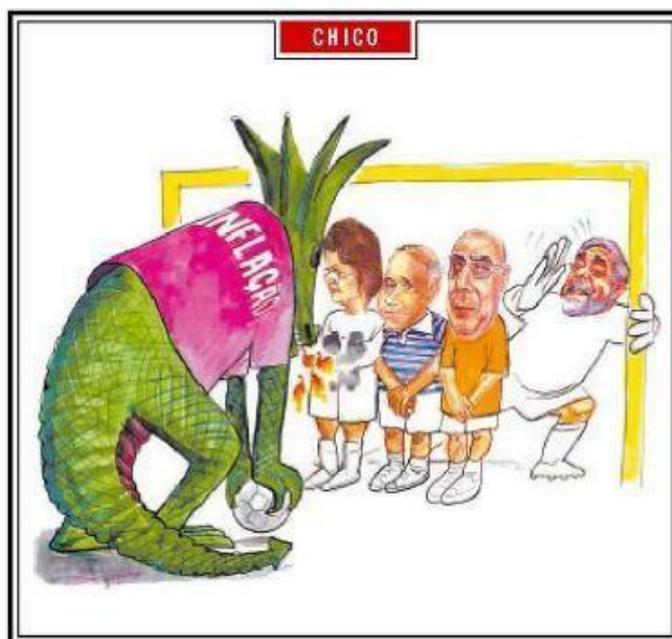


Figura 93: Chico Caruso. O Globo em: 01.07.2008.

A charge narra um jogo de futebol, cujo lance será decidido na cobrança de uma falta. Lula é o goleiro e, na barreira, para ajudar na defesa estão: Dilma Rousseff, então chefe da Casa Civil, Guido Mantega, ministro da Fazenda e Henrique Meirelles, presidente do Banco Central. O chute será dado por um dragão, que representa simbolicamente a inflação. Pressionada, a equipe de governo se vê diante de uma situação difícil, dependendo muito da sorte, tal qual um momento decisivo de uma partida de futebol.

No dia seguinte, o assunto persiste e a barreira incorpora outro personagem, como visto na figura 94 é o ministro do Planejamento Paulo Bernardo, que tem o tamanho corporal aumentado para tentar fechar a trave e diminuir a chance de gol da inflação.



Figura 95: Capa O Globo em: 01.07.2008.

O aumento de preços, em geral, resulta na perda do poder de compra. O fenômeno adquire rapidamente reações em cadeia e impulsiona a elevação da taxa de juros, das correções salariais, dos reajustes da taxa de câmbio. Se não for parada a inflação com sua “autonomia”, motivada pela especulação, afeta o sistema financeiro.

6.7 PRÉ-SAL

Em 2009, o governo Lula lançava o marco regulatório do pré-sal, camada profunda de solo, da qual se constatou ser possível extrair petróleo. Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro indicavam que o pré-sal teria dez vezes mais petróleo que as camadas do pós-sal. E, apesar da

descoberta lucrativa, na data de lançamento do projeto de extração de petróleo do pré-sal, a crítica foi pontual para a discussão de quem iria gastar o dinheiro, que ainda sequer havia sido gerado.

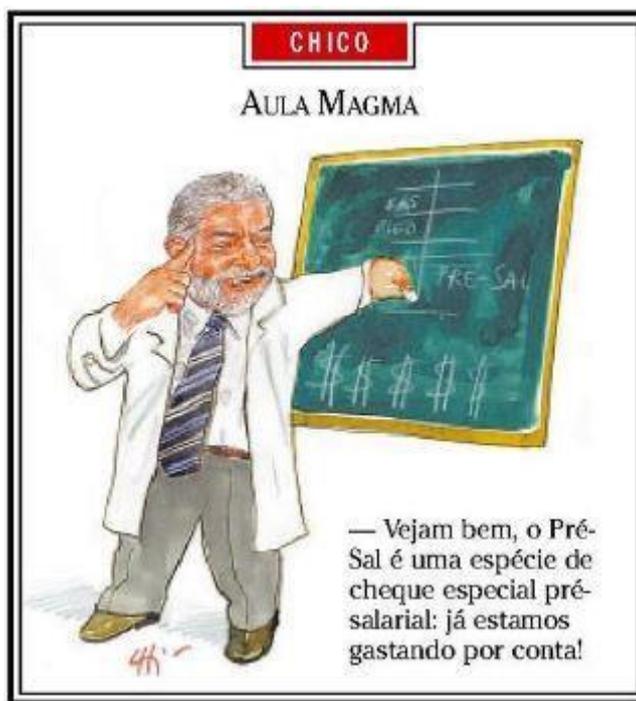


Figura 96: Chico Caruso. O Globo em: 01.09.2008.

“Aula magma”, é o título da charge (figura 96) que coloca Lula como professor. A aula é sobre o pré-sal e o dinheiro que ele pode representar. Crítica e irônica, a figura mostra o presidente fazendo contas e usando o cifrão para mostrar que o assunto em questão é dinheiro. O diálogo indica, na visão de Chico Caruso que o governo já estaria gastando a arrecadação do pré-sal, antes de arrecadar. A manchete do jornal deste dia fala sobre a disputa por *royalties* que o pré-sal poderia gerar aos estados, e Lula declarava que o petróleo estava no mar, portanto, não pertenceria aos estados, mas à União e, mesmo antes da extração, os políticos queriam começar a dividir possíveis lucros do pré-sal. Lula, por isso, é descrito como um dos que já estaria gastando antes de receber, mesmo que fosse apenas nos discursos políticos.

Em 2009 foi feito o marco regulatório do pré-sal, ano em que os países sofriam os reflexos mais impactantes da crise econômica iniciada em 2008. Descoberta em 2006, a camada de pré-sal no litoral brasileiro indicava a existência de reservas gigantes de petróleo, desde o litoral de Santa Catarina

até o Espírito Santo. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) ressaltava o potencial dos poços como um fator decisivo para apostar no investimento de extração do petróleo.

6.8 MINHA CASA, MINHA VIDA DESPREZADO NAS CHARGES

Com o propósito de construir moradias para as famílias de baixa renda, o programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, representava um marco na política habitacional do país e estava desde o início do PAC, entre os objetivos do projeto.



Figura 97: Chico Caruso. O Globo em: 26.03.2009.

Na charge da figura 97, Lula, Dilma Rousseff e Guido Mantega estampam um desenho infantil, em uma forte ironia ao pacote de estímulo à aquisição da casa própria. “Pacasinha”, evocando uma fala de criança, é parte do título que desmerece qualquer seriedade do projeto e reitera a ideia de imaturidade do programa. Os olhares de Lula e de Mantega não parecem muito confiantes. Dilma representa o otimismo da equipe, os projetos do PT, na cor vermelha da roupa que remete ao Partido dos Trabalhadores. O projeto “Minha casa, Minha vida” foi lançado em abril de 2009, como forma de reação diante da crise

internacional. O governo federal destinou R\$ 34 bilhões ao projeto que atenderia famílias de baixa renda e, ao mesmo tempo, provocaria geração de emprego e de investimentos na construção civil. Na época, o governo Lula divulgava que o programa era outra forma de atender as parcelas mais carentes da população, era um projeto como o Bolsa Família e funcionaria no cenário econômico de crise como eixo anticíclico. Talvez esteja nesse enredo de beneficiar parcelas carentes a crítica do chargista, cuja opção irônica foi diminuir a habitação a uma “casinha” como aquelas desenhadas pelas crianças, nos primeiros rabiscos de papel, algo simples e debochado.

Apenas esta charge foi encontrada a respeito deste assunto em O Globo. O que nos leva a entender que não abordar um assunto como o Minha Casa, Minha vida é o mesmo que censurar um tema relevante para o cenário social e econômico do Brasil, tornando invisível as desigualdades de condições de vida e as assimetrias de poder.

Sobre as imagens de Chico Caruso para representar Lula é possível fazer a leitura de que o presidente parece deslocado do papel que representa. Ele é descrito com muito mais freqüência como um homem comum que, ao vestir um terno e cortar o cabelo, tornou-se presidente do Brasil. Chico Caruso coloca Lula com feições faciais diversas, indecisas, confusas, analogamente deslocadas da vida que sempre teve no senso comum de que veio do povo, representava pobres. Não é descrito como alguém que detém conhecimento, e sim o contrário, está sempre associado a situações populares como futebol, piada fora de hora, dando broncas na equipe, buscando responsabilidades externas para seus atos, com um português bem coloquial. O chargista, na totalidade das charges, é Chico Caruso e ele, como já evidenciamos, não era admirador do governo do PT e isso certamente exerce influência nas cenas que ele narra.

A figura (98) final foi escolhida porque narra com clareza as mensagens subliminares de uma charge. Ao vencer a eleição com apoio do presidente Lula, Dilma recebe uma herança que não era como a que FHC entregou para Lula, agora o Brasil representa um problema e não um país. Novamente, a fruta consegue resumir as dificuldades que ela terá à frente da administração:

um abacaxi! Lula expressa um olhar de insegurança, com as sobrancelhas erguidas, parece mais uma vez ter dúvida no caminho que a aliada vai seguir.

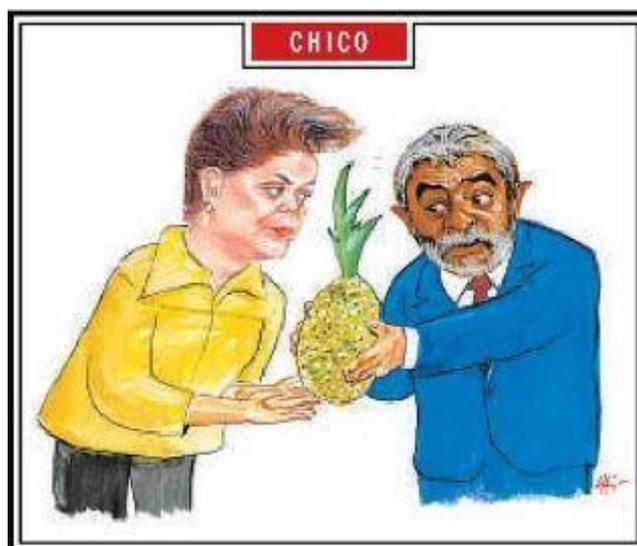


Figura 98: Chico Caruso. O Globo em: 04.11.2010.

A repetição metafórica, de um abacaxi, a representação de problemas através da fruta é uma constante entre os chargistas. Seja com frutas, artes, esportes, produções cinematográficas, animais e outras tantas referências, através das charges se expressam dimensões inimagináveis de comparações corriqueiras, humoradas e críticas do enredo em que se consolidam as mais importantes decisões políticas. Consegue-se através das mensagens metafóricas demonstrar com mais habilidade e rapidez os valores culturais inscritos nos objetos, cenas e personagens, compartilhando repertórios que fazem parte do cotidiano.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mensagem emitida pelas charges passa pelo tom de deboche, mesmo não tendo nenhum teor risível. Isso nos faz pensar no modo como o humor gráfico contribui para induzir a uma avaliação momentânea do fato descrito, influenciada por uma intenção editorial.

A charge tem lado. Tem ponto de vista. Está carregada de valores, preconceitos e conceitos, conhecimentos de quem a faz e de quem a lê. É nesta linha tênue que se dá esta análise que conclui pelo tratamento desigual dado aos presidentes FHC e Lula. O primeiro, tido como intelectual e culto, associados a livros, a viagens internacionais, a gestos de bom gosto, a momentos em óperas e outros eventos elitizados, em comparação com Lula, representado como um homem simples que veste um terno, mas que não deixa seus costumes de homem comum: ele joga bola, toma cerveja, fica irritado, gesticula muito, é bem dinâmico e usa expressões populares. Por trás das narrativas satíricas da economia e dos atos políticos, insinua-se o que o chargista julga na interpretação de cada presidente, na representação de suas características pessoais.

FHC e Lula foram figuras amplamente chicoteadas pela caneta dos chargistas, mas em menor intensidade o governo de FHC, do PSDB que, na grande maioria das vezes, é destacado e representado por um intelectual, um homem habilidoso que sabe o que quer e o que faz, isso durante e depois que encerrou os mandatos. As charges descrevem o ex-presidente tucano como o gestor que fez a economia estabilizar. Lula, sempre que possível, foi retratado como um presidente do povo, mas essa classificação se dá, na maioria das vezes, em tom pejorativo. Ele aparece com mais frequência buscando respostas, sem certeza das decisões, como alguém que está sempre atrás de uma confirmação para validar suas ações. Um trabalhador que chegou ao poder, não é o mesmo que um intelectual no poder, segundo análise feita através das charges de O Globo. As cenas com Lula usam com mais frequência de detalhes desmoralizadores. É possível citar uma cena, na qual ele aparece em destaque na capa do jornal usando uma calcinha vermelha, em evidência desmoralizante. Certamente os traços do chargista, Chico Caruso,

podem ser lidos analogicamente através da teoria da carnavalização, que usa como recurso a intenção de questionar o poder que Lula possui, destronando ele do cargo de presidente do Brasil, através da chacota. Em nenhuma cena do período analisado FHC aparece quase despido, ou em situação similar a esta relacionada a Lula. Em diversas outras cenas Lula está aparentemente nervoso, como se isso fosse uma questão corriqueira a se observar na conduta do presidente. Outro deboche constante é o apreço de Lula com o futebol, como se isto fosse algo menos importante para um país como o Brasil onde a modalidade esportiva leva milhões de brasileiros aos estádios, torcendo pelo clube favorito.

Os projetos econômicos de FHC foram apresentados como acertos, sobretudo quando se diz respeito ao plano real, que rende homenagens e associações positivas até dias atuais (em 2018). Já na esfera petista, os projetos são retratados na grande maioria das vezes, como risíveis, sem profundidade e, por vezes, omitidos da importância que tiveram para o cenário econômico brasileiro. Ao expor ou deixar de fazê-lo se registra uma intenção. A pesquisa consegue transcrever dentro da observação de todas as charges publicadas nos 16 anos que perpassam os dois governos e assim orientar um olhar do recorte, mas sempre tendo em vista como foi o todo.

A influência externa, de outros países, no governo FHC foi esboçada como uma posição positiva, as imposições comerciais e contratuais com o FMI sempre nortearam as medidas econômicas brasileiras, e na maioria das vezes não eram alvos da crítica das charges, nas quais se retratam em maior quantidade fatos dos arranjos político-partidários. O que é diferente nos registros dos mandatos de Lula, onde a cada conquista ou boa repercussão, as manifestações internacionais eram minimizadas ou referenciadas como algo corriqueiro, já conquistado pelo país.

Os destaques de charges sempre foram e continuam centralizados na capa de O Globo o que contribui para reforçar um objetivo editorial tradicional através das mensagens. Em diversos exemplos Lula aparece no centro da página, principalmente quando se queria diminuir suas ações, os discursos eram uma referência cheia de riqueza, já que as comparações muito comuns no discurso de Lula, sempre o questionavam, ele e o seu partido político, o PT.

Em outro ponto, FHC, imune às críticas pessoais, foi descrito, sobretudo nas charges de Chico Caruso, como um homem poderoso, inteligente e que sabia o que fazer no mandato, com críticas de menor intensidade e clareza.

A principal constatação a ser feita é de que as mensagens contribuem para reforçar a intenção de que Lula é alguém que não tem condições de resolver os “abacaxis” do Brasil. É assim que Chico Caruso, único chargista a traçar os projetos do petista, em O Globo, o retrata. Como já foi colocado, em capítulos anteriores, o chargista preferia outro político no comando do país, e isso contribui para que transfira a indiferença para o político, seja através de uma intencionalidade pessoal ou dos padrões - o grupo Globo, como visto nesta pesquisa, costuma tomar o lado do poder como seu ponto de vista, já que, na maioria das vezes em que se chocou com os anseios da classe trabalhadora, mostrou principalmente a defesa patronal. Por outro lado, FHC, mesmo quando criticado por projetos impopulares, como as privatizações, não foi ironizado por sua intelectualidade. Os cenários relacionados a ele geralmente são mais formais, como se isto o qualificasse para o cargo.

Abacaxi, aliás, é uma metáfora constante nas charges políticas relacionadas ao Brasil e seus problemas, a fruta popularmente associada a dificuldades. A imagem do navio sem rumo, do grande transatlântico em movimento, complicado de comandar, é bastante recorrente. Essas são duas das principais metáforas que apareceram com frequência e são utilizadas para mostrar a dificuldade dos governantes em resolver os assuntos políticos e econômicos.

Outra referência usual dos chargistas é relacionar os personagens a animais, quando as características são conceituadas pela fisionomia, conceito que justapõe a semelhança entre humanos e animais para confrontar suas essências, indisposições e mesmo suas inquietudes associadas à personalidade, segundo BALTRUSAITIS (1999).

Outros temas comuns parodiados nas charges estão relacionados às artes e ao cinema, cujos destaques conhecidos do público, mesmo que superficialmente, podem ser assimilados na leitura da charge.

Usar a anatomia facial nas charges foi outra prática comum e que permite ao leitor reconhecer a pessoa em referência e, desta maneira,

concordar ou discordar com a crítica feita nas cenas. O periódico costuma reforçar o tom da acidez das charges, em reportagens que, muitas vezes na mesma página, chamam a atenção para o assunto, ou mesmo em edições anteriores, o que nos permite fazer uma leitura intertextual do registro.

E diante do contexto observado, é importante considerar a metáfora como recurso fundamental da charge, como um modo de expressar dimensões inimagináveis em comparações corriqueiras, bem humoradas e críticas do enredo em que se consolidam as mais importantes decisões políticas. Consegue-se, através das mensagens metafóricas, demonstrar com mais habilidade e rapidez os valores culturais inscritos nos objetos, cenas e personagens, compartilhando repertórios que fazem parte do cotidiano.

A pesquisa mostrou, através da leitura das charges sobre os acontecimentos econômicos dos governos FHC e Lula, que a diversidade e a criatividade dos chargistas dão espaço para outros olhares sobre os eventos, deixando entrever outras vozes tensionadas pelos traços, outras narrativas possíveis. O humor gráfico é constituído e constitui muitas camadas de significados, de influências culturais e, como afirma Bakhtin, nenhuma leitura é definitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política**. São Paulo. Editora Praxis, 2003.

_____. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Praxis, 2014.

_____. **O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal**. Blogboitempo, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Fateschi Vieira. São Paulo. Hucitec Editora, 2014.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro. Editora Forense Universitária, 2002.

BALTRUSAITIS, Jurgis. **Aberrações – ensaio sobre a lenda das formas Fisiognomia animal**. 1999. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%20%20-%20artigo%2024.pdf>

BARTHES, Roland. **O óbvio e o obtuso**. Editora Nova Fronteira. 1990.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda, razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Unesp, 1995.

BRESSER- PEREIRA, Luiz Carlos. **O paradoxo da esquerda no Brasil**. Revista Novos Estudos, São Paulo: Cebrap, n. 74, mar. 2006, pp. 25-45.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo as ideias linguista do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FARTHING, Stephen. **Tudo sobre arte**. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Joaquim da. **Caricatura a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre. Artes e Ofícios, 1999.

GIAMBIAGI, Fábio (org.). **Economia Brasileira Contemporânea 1945-2010**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

GIANOTTI, VITO. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro. Mauad X. 2007.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

JOLY, Martine. **Introdução à Análise da Imagem**. Lisboa: Editora 70, 2007.

KATZ, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2016.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa**. 3ª. ed. São Paulo: Record, 2003.

LEMOS, Renato (org.). **Uma história do Brasil através da caricatura 1840-2001**. Rio de Janeiro: Bom Texto, Letras e Expressões, 2001.

LIMA, Herman. **História da Caricatura no Brasil**. Rio de Janeiro. vol: I,II,III e VI: José Olympio Editora, 1963.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. **A política econômica durante o governo Lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas**. p 135 – 151. (2010). Disponível em:
http://br.boell.org/sites/default/files/downloads/Livro_Lula_Internet_9.pdf.
Acesso em 20 Ago.2016.

MAUAD, Ana Maria. **Na Mira do olhar, um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX**. v 13, n.1,2005. Disponível em: <http://www.re.vistas.usp.br/anaismp/article/view/5417>.
Acesso em: 28 Ago. 2016.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NOBRE, Marcos. **Choque de Democracia, razões da revolta**. Breve Companhia, 2013.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2016.

REIS, Daniel Aarao; SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Modernização, Ditadura e Democracia**. 1964 – 2010. História do Brasil Nação. v 5. São Paulo: Objetiva, 2014.

RIANI, Camilo. **Tá rindo de quê?** São Paulo. Editora Unimep. 2002.

RIBEIRO JUNIOR, Amaury. **A privatária tucana**. São Paulo. Geração Editorial. 2012.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística: intertextualidade e polifonia um estudo de charges da Folha de S. Paulo.** Maringá, Eduem 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia.** 8 ed. São Paulo: Best Seller, 1994.

SCHERER-WARREN. Ilse. **Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política.** 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v27n71/a12v27n71.pdf> (Acesso em: 05 Abril 2018)

SILVA, Gustavo Jorge. **Conceituações teóricas: esquerda e direita.** Revista Humanidades e Diálogo, São Paulo. Universidade de São Paulo, v. 6, 2014, pp.149 – 162. Disponível em: www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265/104928.

SILVA, Marcio Renato Pinheiro da. **Leitura, texto, intertextualidade, paródia.** São Paulo. Universidade Estadual Paulista. (2003).